

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

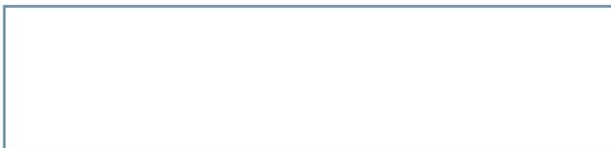


2015

Destaques

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015
Operações					
Reservas provadas de óleo, LGN, condensado e gás natural (bilhões de barris de óleo equivalente - boe critério ANP/SPE)	16,4	16,4	16,6	16,6	13,3
Produção total de óleo, LGN, condensado e gás natural (mil barris de óleo equivalente por dia - boed)	2.622	2.598	2.539	2.669	2.787
Produção de óleo, LGN e condensado (mil barris por dia - bpd)	2.170	2.126	2.059	2.150	2.227
Produção de gás natural (mil boed)	452	472	480	519	560
Volume de vendas no mercado interno (mil bpd)	2.521	2.725	2.883	3.003	2.789
Volume de vendas no mercado externo (mil bpd)	1.196	1.060	909	964	1.056
Meio Ambiente					
Vazamentos de óleo e derivados (m³)	233,8	387,3	187,5	69,5	71,6
Consumo de energia (terajoule - TJ)	682.827	936.199	1.050.949	1.155.220	1.115.185
Emissões de gases do efeito estufa (milhões de toneladas de CO ₂ equivalente)	56,2	67,4	73,4	80,9	77,7
Emissões de dióxido de carbono - CO ₂ (milhões de toneladas)	52,2	63,1	69,4	76,8	73,1
Emissões de metano - CH ₄ (mil toneladas)	160,5	171,2	159	154	149
Emissões de óxido nitroso - N ₂ O (toneladas)	1.752	1.945	2.085	2.291	2.333
Emissões atmosféricas - NO _x (mil toneladas)	222,21	251,49	252,04	299,29	267,21
Emissões atmosféricas - SO _x (mil toneladas)	120,64	116,34	128,35	133,46	120,10
Material particulado (mil toneladas)	17,48	18,19	17,46	21,65	19,18
Retirada de água doce (milhões de m³)	190,9	193,4	193,6	206,5	213,3
Descartes de efluentes hídricos (milhões de m³)	188	217,9	230,6	254,8	277,1
Segurança e Saúde Ocupacional					
Fatalidades (inclui empregados e terceirizados)	16	13	4	10	16
Taxa de Acidentados Fatais (fatalidades por 100 milhões de horas trabalhadas - inclui empregados e terceirizados)	1,66	1,32	0,4	1,1	2,27
Contribuições para a sociedade					
Investimentos em projetos socioambientais (R\$ milhões)	-	-	-	405	271
Investimentos em projetos sociais (R\$ milhões)	207	201	391	-	-
Investimentos em projetos ambientais (R\$ milhões)	172	101	104	-	-
Investimentos em projetos culturais (R\$ milhões)	182	189	203	194	139
Investimentos em projetos esportivos (R\$ milhões)	80	61	81	94	86
Informações financeiras					
Receita de vendas (R\$ milhões)	244.176	281.379	304.890	337.260	321.638
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos (R\$ milhões)	45.403	32.397	34.364	-21.322	-12.391
Lucro líquido por ação (R\$)	2,55	1,62	1,81	-1,65	-2,67
Lucro líquido atribuível aos nossos acionistas (R\$ milhões)	33.313	21.182	23.570	-21.587	-34.836
EBITDA ajustado (R\$ milhões)	61.968	53.439	62.967	59.140	73.859
Endividamento líquido (R\$ milhões)	103.022	147.817	221.563	282.089	391.962
Investimentos (R\$ milhões)	72.546	84.137	104.416	87.140	76.315
Margem bruta	32%	25%	23%	24%	31%
Margem operacional	19%	12%	11%	-4%	-4%
Margem líquida	14%	8%	8%	-6%	-11%

Sumário



ATUAÇÃO CORPORATIVA

07
09
13
15
17
23
27
29



RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE

32
34
39
41



PRÁTICAS TRABALHISTAS

44
47
50



MEIO AMBIENTE

53
56
59
62
65
67

ANEXOS

70
72
74
75
81

Mensagem da Presidência

Em face da nova realidade de preços do petróleo, 2015 foi um ano de grandes desafios para toda a indústria de óleo e gás. Dando continuidade aos esforços empreendidos desde o início da nossa jornada, adotamos medidas para aumentar a eficiência da companhia, ampliamos os cortes de despesas, renegociamos contratos com nossos fornecedores, conseguimos captações para rolagem da dívida em condições mais favoráveis e reduzimos nossos investimentos.

Essa estratégia garantiu que a capacidade produtiva da companhia fosse preservada e que, mesmo operando em um cenário adverso, conseguíssemos entregar um crescimento de produção acima da meta do ano. No pré-sal, ultrapassamos a barreira de 1 milhão de barris por dia, apoiados em nossa excelência tecnológica, que nos rendeu mais um prêmio OTC (Offshore Technology Conference), o mais importante do setor.

Entretanto, a despeito dos progressos obtidos, nosso resultado foi notadamente impactado pela queda do preço da commodity e pela desvalorização cambial. Mas ressalto que, sob a ótica de caixa, nossa geração operacional superou os investimentos, invertendo os recentes resultados negativos e ajudando na elevação do nosso caixa e na redução da dívida líquida.

Permanecemos absolutamente comprometidos com os objetivos de redução da alavancagem e de geração de valor aos acionistas. E é por esta razão que, nas revisões do nosso Plano de Negócios e Gestão, priorizamos investimentos que maximizam o retorno sobre o capital empregado, focando especialmente na exploração e produção do pré-sal. Também seguimos trabalhando para atingir as metas do programa de desinvestimentos, um dos componentes para a consecução destas metas.

Outro destaque importante é o novo modelo de governança da companhia. Além de adequar sua estrutura aos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios, esta mudança fortalece nossa gestão através do maior controle e conformidade nos processos e da ampliação da responsabilização dos executivos, conferindo ao cotidiano de toda a empresa a agilidade, a transparência e a eficiência necessárias para superarmos nossos desafios.

Finalizo essa mensagem reforçando que em 2016 trabalharemos com ainda mais firmeza e dedicação para garantir a construção de um futuro promissor.

Aldemir Bendine

Presidente (fevereiro de 2015 a maio de 2016)

APetrobras, ao longo de 2015, deu mais uma vez provas da sua imensa capacidade de recuperação e superação. Agora, quando apresentamos o nosso relatório de sustentabilidade, não podemos deixar de notar que superar obstáculos nada triviais e começar a construir um novo caminho também é uma forma de ser sustentável, de seguir em frente sempre melhorando.

O Planejamento Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, anunciado em setembro de 2016, foi mais um marco dessa trajetória de recuperação. Pela primeira vez, a Petrobras terá dois indicadores com igual relevância para a sua atuação: num horizonte de dois anos nos comprometemos a reduzir o nosso endividamento à metade, quando comparado à nossa geração de caixa, e a diminuir em 36% a taxa de acidentes na companhia. O programa Compromisso com a Vida, que é tradução dessa métrica, significará uma mudança de patamar em relação à operação segura em nossas instalações.

Temos metas ambiciosas e nossos valores fundamentais - respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança e resultados - serão nossos melhores guias. Em dezembro de 2018, seremos uma empresa que terá se renovado e estará pronta para uma nova fase de crescimento sustentável, realista e norteada pela ética.

Esses direcionamentos nos permitirão gerar valor para os nossos empregados, para a companhia, para os nossos acionistas e para a sociedade em que vivemos. Eles também nos ajudarão a atuar num mercado de energia que está em grande transformação. Por isso, nada mais oportuno que reafirmar o nosso compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito e apoio aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção.

A Petrobras que estamos construindo é uma empresa com excelência nas áreas técnica, econômica, social e ambiental.

Pedro Parente

Presidente

Sobre o relatório

Este relatório compila informações sobre nosso desempenho, estratégia e gestão quanto a aspectos de sustentabilidade. Além de prover aos nossos públicos de interesse os dados que contribuem para o conhecimento e avaliação de nossas práticas, o documento possibilita a elaboração de diagnósticos internos para promovermos melhorias na nossa gestão.

Desde 2001, temos utilizado as diretrizes para relato da sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI). Atualmente seguimos a quarta geração dessas diretrizes (conhecidas como G4) no modo abrangente, com aplicação detalhada no Sumário de Conteúdo GRI.

Pelo quarto ano consecutivo, a PwC executou o serviço de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade que constam em nosso Relatório de Sustentabilidade. O modelo de trabalho desenvolvido e as subsequentes conclusões são apresentados nas páginas 72 e 73.

Por sermos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, devemos apresentar anualmente o progresso das ações que realizamos em relação aos dez princípios da iniciativa. Quando abordamos um deles em algum capítulo, fazemos a referência com base nos respectivos ícones listados abaixo.



1. RESPEITAR
e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.



2. ASSEGURAR
a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.



3. APOIAR
a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.



4. ELIMINAR
todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.



5. ERRADICAR
todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.



6. ESTIMULAR
práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.



7. ASSUMIR
práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.



8. DESENVOLVER
iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.



9. INCENTIVAR
o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.



10. COMBATER
a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.

Em relação à última edição do Relatório de Sustentabilidade, destacamos a fusão de certos capítulos de modo a permitir uma leitura mais adequada. Continuamos a referenciar, sempre que possível, informações já apresentadas em outros de nossos relatórios, como o Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Padronizadas, por exemplo.

Há situações em que dados diferem dos publicados em outras edições do Relatório de Sustentabilidade por conta de revisões ou mesmo mudanças metodológicas na forma de compilá-los. Apesar de pouco frequente, são acompanhadas das explicações necessárias.

Mantivemos para este relatório o escopo de informações referentes às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes à Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), às subsidiárias (Petrobras Distribuidora, Transpetro, Petrobras Biocombustível, Gaspetro e Liquigás) e às nossas empresas em outros países.

Atualmente temos planejado como aprimorar o nosso processo de relato corporativo para os próximos ciclos anuais. Diversas gerências executivas estão mobilizadas e a ação é baseada principalmente nas orientações do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC).

Materialidade

Revimos nossa prática de definição dos temas materiais para esta edição do Relatório de Sustentabilidade. Analisamos 26 temas a partir de questões relacionadas às nossas práticas de estratégia e governança, a exigências legais e regulatórias, a expectativas de alguns dos nossos públicos de interesse, a referências internacionais no setor de óleo e gás e a identificação de macro-tendências. O resultado dessa análise permitiu priorizar para o relato da sustentabilidade os seguintes temas:

- Saúde, segurança e qualidade de vida;
- Comunicação e relacionamento com públicos de interesse;
- Ética nos negócios, incluindo prevenção e combate a corrupção;
- Relações trabalhistas e práticas sindicais;
- Estratégia de negócio a longo prazo;
- Presença no mercado e práticas de compra;
- Emissões atmosféricas e estratégia climática;
- Conformidade com leis e regulamentos;
- Gerenciamento de produtos e serviços e seus impactos relacionados;
- Gestão da cadeia de fornecedores;
- Gestão de resíduos e efluentes;
- Recursos hídricos;
- Prevenção de vazamento e remediação.

Atuação Corporativa



Perfil e desempenho operacional

Somos a Petrobras, uma empresa que atua no setor de óleo e gás em atividades de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, gás-química, além da geração de energia elétrica e produção e comercialização de biocombustíveis. Atuamos diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, coligadas e controladas, denominadas, em conjunto, Sistema Petrobras. Líderes da indústria petrolífera no Brasil, também mantemos atividades na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Gabão, Japão, México, Nigéria, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Somos uma empresa de economia mista e o nosso acionista majoritário é o Governo Federal brasileiro, que mantém o controle.

Nosso desempenho operacional

Nosso principal segmento de negócio é a exploração e produção de petróleo e gás, que concentrou 83% dos investimentos que realizamos em 2015. Buscamos aumentar nossas reservas e desenvolver a produção para garantir o atendimento à crescente demanda de energia no Brasil.

De acordo com os critérios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Society of Petroleum Engineers (SPE), o volume de nossas reservas provadas em 2015 atingiu cerca de 13,28 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), do qual 82,4% referem-se a óleo e condensado. A redução de cerca de 20% em relação a 2014 deve-se a revisões de estimativas anteriores baseadas em critérios técnicos e fatores econômicos além da extração de petróleo e gás natural e a desinvestimentos.



Plataforma semissubmersível P-56 operando no campo de Marlim Sul na Bacia de Campos.



E&P

83% dos investimentos de 2015

Encerramos 2015 com o índice de desenvolvimento de 44,5% de nossas reservas provadas. A relação entre o volume das reservas e a nossa produção é de 14,2 anos. Nosso índice de sucesso exploratório no Brasil foi de 78%, com 51 poços perfurados no Brasil (35 em terra e 16 em mar).

Produzimos cerca de 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), incluindo óleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural, resultado 4,3% superior ao de 2014.

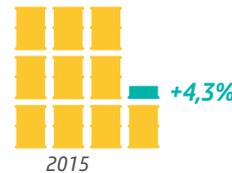
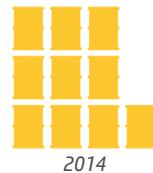
Superamos a meta de produção média de petróleo no Brasil fixada para 2015 em nosso Plano de Negócios e Gestão. Quando comparado a 2014, o nosso desempenho apresentou aumentos significativos na produção tanto de petróleo (4,6%) quanto de gás natural (9,8%). A média anual de 767 mil barris por dia (bpd) da produção operada na camada pré-sal também foi a maior da nossa história, superando em 56% a produção do ano anterior.

Contribuíram para esses resultados o crescimento da produção da plataforma P-58, na porção capixaba da Bacia de Campos, e do FPSO Cidade de Mangaratiba, no pré-sal da Bacia de Santos, além da antecipação, em julho, do início da operação do FPSO Cidade de Itaguaí, na Bacia de Santos, anteriormente previsto para novembro.

Apesar da entrada em produção de campos (Saint Malo, em dezembro de 2014, e Lucius, em janeiro de 2015), nos Estados Unidos, a conclusão da venda parcial de ativos na Colômbia e no Peru, em 2014, e na Argentina, em março de 2015, contribuiu para a diminuição da produção fora do Brasil. Registramos médias de 99 mil bpd de óleo e LGN e de 15,4 milhões de m³ por dia de gás natural.

Em nosso parque de refino no Brasil, registramos uma produção média total de 2,026 milhões de bpd de

PRODUÇÃO



2,79 milhões

de barris de óleo equivalente por dia

ÓLEO E LGN



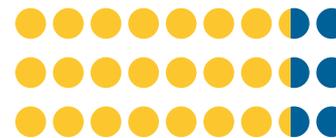
Brasil (95,5%)

(1,9%) Outros países da América do Sul

(1,4%) América do Norte

(1,2%) África

GÁS NATURAL



Brasil (82,9%)

(15%) Outros países da América do Sul

(2,1%) América do Norte

(0%) África

a) Inclui produção proveniente das empresas controladas e de empresas em que detemos participação, mas não o controle.

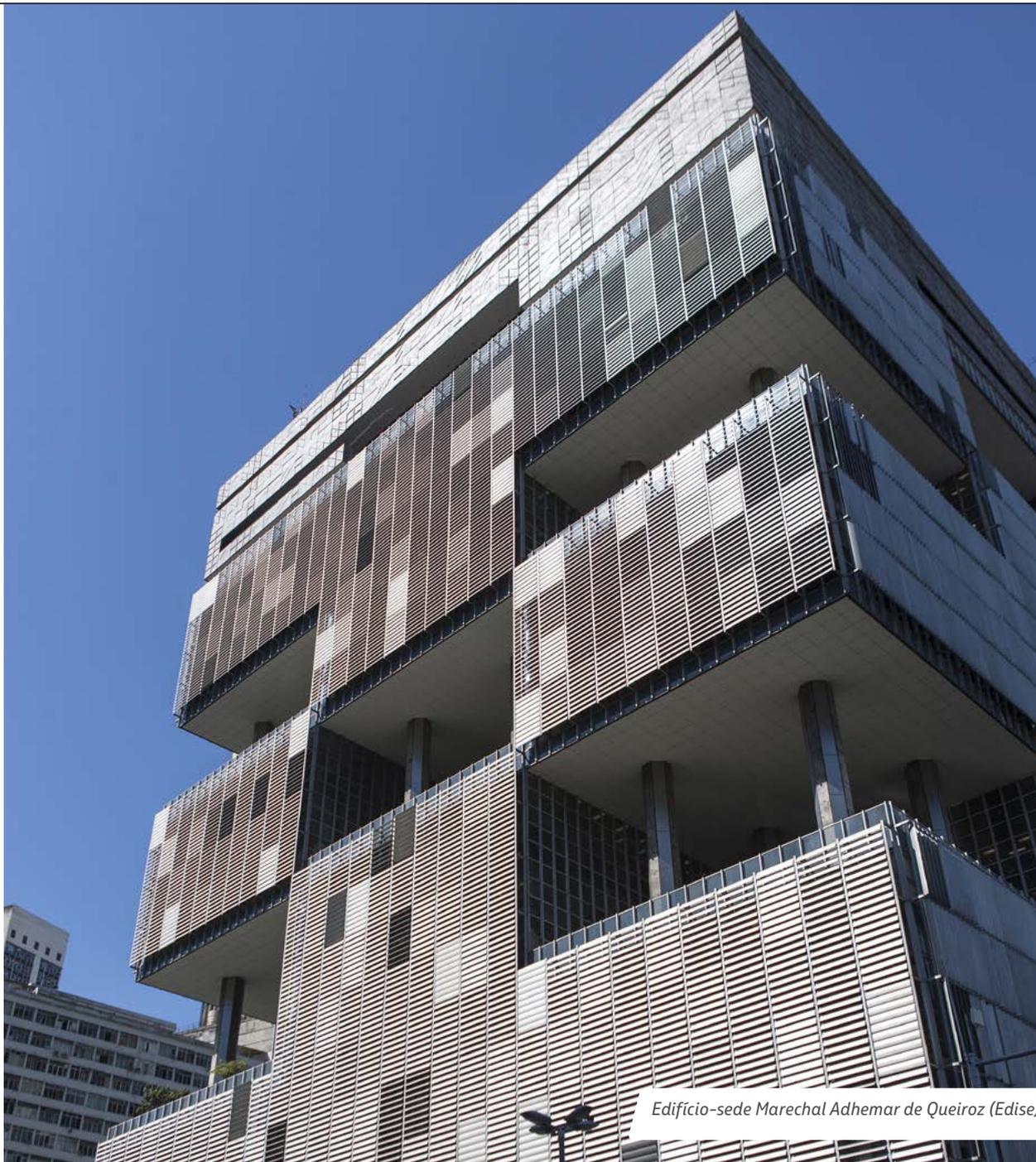
Ultrapassamos **1 MMbbl/d** de óleo no **pré-sal** (produção operada)

derivados, uma diminuição de 7% em relação ao total de 2014, acompanhando a redução da demanda registrada no país. Um destaque foi o aumento de 40% na produção do Diesel S-10, combustível com baixo teor de enxofre e que proporciona redução nas emissões de poluentes.

Ao longo do ano, incorporamos à frota da nossa subsidiária Transpetro quatro novos navios construídos no Brasil. Juntas, essas embarcações acrescentaram cerca de 480 mil toneladas de porte bruto à nossa capacidade de transporte, o equivalente a 12% do total. A entrada em

operação dessas embarcações moderniza nossa frota de 55 navios-petroleiros e reforça o desenvolvimento da nossa logística de transporte.

Com aproximadamente 1,4 mil unidades instaladas na rede de postos Petrobras em todo o Brasil, aumentamos o número de centros avançados de lubrificação automotiva em 30% em relação a 2014. Conhecidas pela marca Lubrax+, essas unidades atenderam cerca de 1 milhão de clientes no ano passado e elevaram em 45% o faturamento da rede de franquias da nossa subsidiária Petrobras Distribuidora.



Edifício-sede Marechal Adhemar de Queiroz (Edise).

Governança corporativa

Por sermos uma companhia de capital aberto, seguimos as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa no Brasil. Também cumprimos as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse, nos Estados Unidos; do Latibex, da Bolsa y Mercados Españoles, na Espanha; e da Comisión Nacional de Valores (CNV) e da Bolsa de Comercio de Buenos Aires, na Argentina. O modelo de organização que adotamos inclui as melhores práticas de governança, com um estatuto social definido, um Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

Adotamos os padrões da Lei Sarbanes-Oxley, que visa garantir a transparência na gestão das empresas e, assim, buscamos reforçar nossa credibilidade junto ao mercado ao aprimorar o processo decisório da alta administração e, conseqüentemente, aperfeiçoar nossa gestão dos negócios.

Desenvolvemos ações com o objetivo de remediar as deficiências significativas que identificamos, fortalecendo nossa governança e aprimorando controles internos. Atualizamos as informações sobre os nossos controles internos nos itens 5.3 do Formulário de Referência e 15 do Form 20F.

Nosso Plano Básico de Organização define as competências dos titulares das unidades organizacionais de nossa estrutura geral, bem como as suas atribuições gerais, em tópicos econômicos, ambientais e sociais, entre outros.

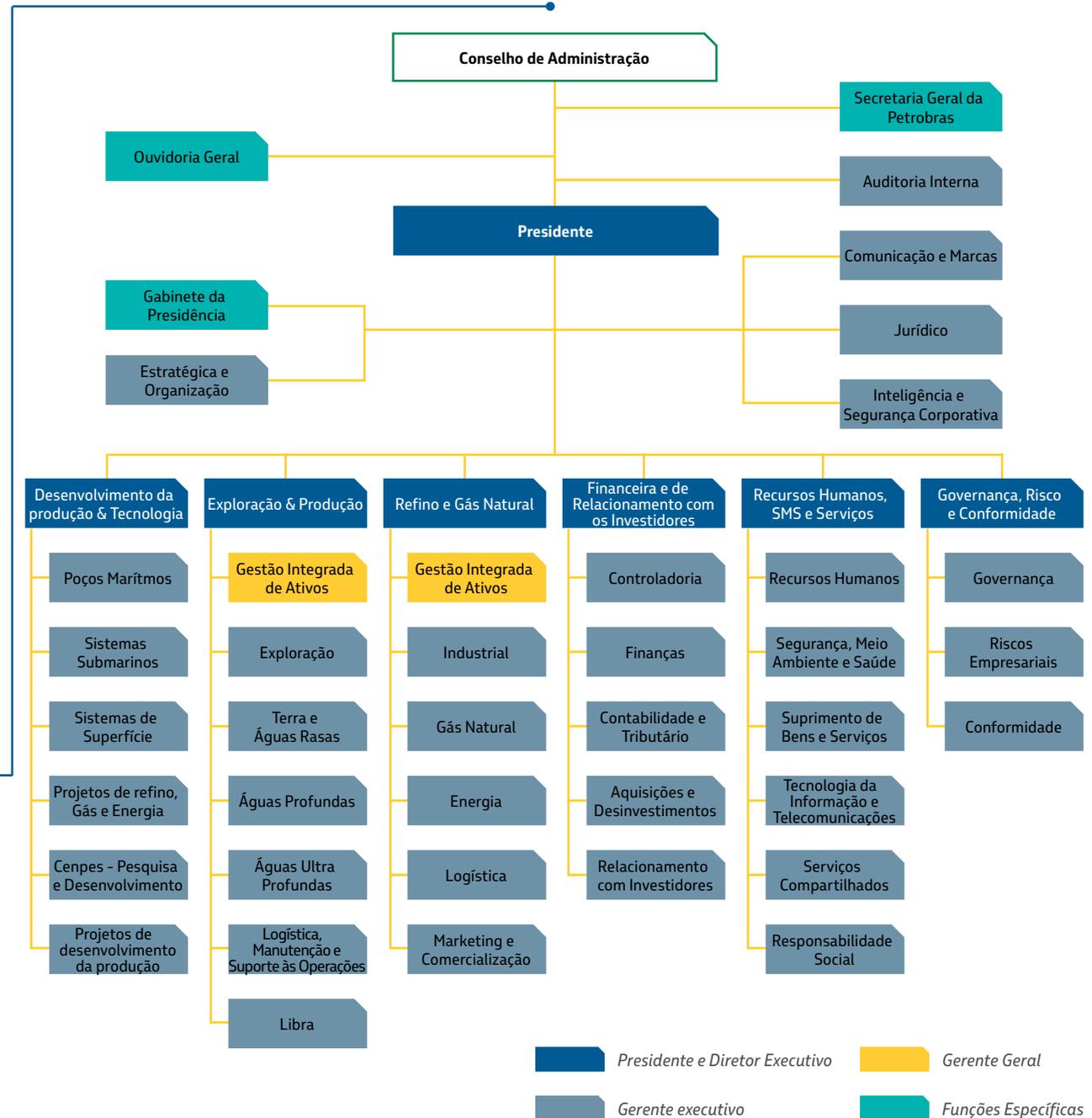
Nossa nova estrutura organizacional

Como resultado de análises realizadas ao longo do ano, o nosso Conselho de Administração aprovou, em outubro de 2015 e em janeiro de 2016, mudanças na nossa estrutura organizacional e no nosso modelo de governança e gestão. A reestruturação prevê, além da redução das funções gerenciais, a redistribuição de atividades e a fusão de áreas. Estimamos que essas medidas gerem uma redução de custos em até R\$ 1,8 bilhão por ano.

O número de diretorias passou de sete para seis, com a junção das de Abastecimento e de Gás e Energia. Já o total de funções gerenciais ligadas diretamente ao Conselho de Administração, ao presidente e aos diretores será reduzido de 54 para 41. Também foi aprovada a redução de aproximadamente 43% no número de funções gerenciais em áreas não operacionais.

Estrutura de topo aprovada em 30 de março de 2016, de acordo com o novo modelo de governança e de gestão da Petrobras.

● Informações atualizadas sobre o nosso modelo de governança podem ser encontradas em www.petrobras.com.br/governanca.



Governança e gestão

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são os órgãos superiores responsáveis por nossa orientação. Ao Conselho cabe, entre outras atribuições, deliberar sobre o Plano Básico de Organização e sobre a eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva. Também é responsável por avaliar resultados de desempenho e fixar nossas políticas globais, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos. Suas competências e atribuições são descritas em nosso Estatuto Social, que foi reformulado em julho e passa a prever a existência de cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Já a Diretoria Executiva exerce a gestão dos nossos negócios de acordo com diretrizes e estratégias estabelecidas pelo Conselho. Com a nova estrutura, passa a ser composta pelo presidente da companhia e por seis diretores, com mandato de três anos (sendo permitida a reeleição) que podem ser destituídos a qualquer tempo.

Além dos conselheiros indicados pelo nosso acionista controlador, compõem o Conselho de Administração um representante dos acionistas titulares de ações preferenciais, no mínimo um dos acionistas minoritários e um dos empregados. Para evitar possíveis conflitos de interesse, o conselheiro eleito pelos empregados não pode participar de discussões e deliberações em pauta sobre a fixação de políticas de recursos humanos que envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais.

A lei federal 12.813 de 2013 foi criada para abordar e esclarecer questões que norteiam o conflito de interesses nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Nosso Estatuto Social, reforçado pelas Diretrizes de Governança Corporativa, e o nosso Código de Ética proíbem

Composição do Conselho de Administração



- a) Composição em 28 de abril de 2016, após deliberações da Assembleia Geral Ordinária.
b) Utilizamos os critérios de independência apresentados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

o envolvimento em qualquer atividade conflitante com os interesses do Sistema Petrobras. O nosso Guia de Conduta possui um capítulo específico sobre conflitos de interesse e abrange diversos de nossos públicos, incluindo os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e ocupantes de funções gerenciais.

Caso algum conselheiro mude de ocupação principal após a sua eleição, deve comunicar o fato ao colegiado, que reavaliará os requisitos, impedimentos e eventuais conflitos. Comunicamos tempestivamente ao mercado fatos julgados relevantes, o que inclui mudanças na composição do Conselho.

Definimos os limites de competência com o apoio de dois instrumentos: a Matriz de Limites de Atuação na Petrobras e a Tabela de Limites de Competência. A primeira estabelece os limites de aprovação para execução de nossos planos, projetos e metas orçamentárias, investimentos de capital, investimentos correntes, vendas, gastos e programas de



captção e prestação de garantias. Já a Tabela apresenta os valores de que dispõem o presidente, os diretores e as demais funções de nossa administração superior para o cumprimento de suas atribuições e gestão de nossas atividades.

Cabe à Auditoria Interna monitorar a prática de delegação, a fim de verificar a conformidade nos atos praticados. Adicionalmente, implantamos o modelo de autorizações compartilhadas, ou seja, com assinaturas cruzadas de, no mínimo, dois gestores, sem relação de subordinação direta entre eles, para realização de contratações, compras, desembolsos e outros atos de gestão.

Nossa governança também conta com o Conselho Fiscal, órgão permanente que possui entre suas atribuições o papel de fiscalizar atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Nosso Conselho de Administração também é composto por cinco comitês (Estratégico; Financeiro; de Auditoria; de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e de Remuneração e Sucessão).

As questões críticas, predominantemente de natureza ambiental, de saúde, de segurança operacional e financeira, são encaminhadas ao Conselho pela Diretoria Executiva. A Auditoria Interna, a Ouvidoria Geral e os comitês do Conselho também podem submeter temas para apresentação ao colegiado ou para análise e deliberação.

A fim de conferir sistematização e transparência ao processo de indicação e seleção dos ocupantes de função gerencial da Petrobras, nosso novo modelo de governança e gestão organizacional estabelece que todas as indicações passem por análises de critérios de capacitação, gestão e integridade, que serão realizadas pelas unidades de Recursos Humanos e de Conformidade, respectivamente. Os critérios de capacitação, gestão e integridade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da alta administração serão aprovados pelo nosso Conselho de Administração, de acordo com o Estatuto Social da Petrobras. Compete ao Comitê de Remuneração e Sucessão apoiar o Conselho na proposição dos critérios e no processo de seleção e indicação dos membros da alta administração.

Para desenvolver e aprimorar o conhecimento de membros da alta administração, realizamos um programa de introdução que inclui visitas às nossas instalações e apresentação de um conjunto de documentos como relatórios anuais, atas das assembleias ordinárias e extraordinárias e das reuniões do Conselho, Estatuto Social e demais instrumentos de governança corporativa. Também contratamos especialistas, peritos ou auditores externos para instruírem sobre matérias a serem deliberadas. Em relação à análise de desempenho de nossos conselheiros e diretores, ainda está em fase de estudo a implantação de uma sistemática de avaliação.

Para assegurar a conformidade de processos e mitigar riscos, incluindo os de desvios de conduta, a nova estrutura

da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, que apresentamos em fevereiro, incorporou e reuniu estruturas e atividades já desenvolvidas por outras áreas, como Controladoria e Gestão Corporativa de Riscos Empresariais, anteriormente geridas pela Auditoria Interna e Estratégia e Organização, respectivamente.

Compromissos e participações em fóruns e entidades

Buscamos, em nossas atividades, avançar no atendimento aos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual somos signatários desde 2003. Participamos do Comitê Brasileiro do Pacto e de suas forças-tarefas nas áreas de governança, direitos humanos, trabalho e anticorrupção.

Para aprofundarmos as discussões de temas estratégicos, conhecermos e compartilharmos boas práticas de responsabilidade social, participamos de uma série de iniciativas e integramos diversas associações e organizações nacionais e internacionais. Para questões específicas ou de alta relevância para o setor de óleo e gás, participamos de discussões promovidas pela Associação da Indústria Global de Óleo e Gás para Assuntos Ambientais e Sociais (Ipieca), pela Associação Regional de Empresas do Setor de Petróleo, Gás, Biocombustíveis da América Latina e Caribe (Arpel), pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), entre outros.

Para 2016, voltaremos a participar dos processos anuais de avaliação de empresas para comporem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. Para isso, além da resposta aos questionários, prevemos a construção de planos de ação para melhoria na gestão e no relato corporativo. Esses planos serão elaborados a partir das oportunidades de avanços identificadas na avaliação de nosso desempenho e envolverão as diversas áreas e empresas do Sistema Petrobras.

Estratégia

A forte queda do preço do petróleo no mercado internacional e a depreciação da taxa de câmbio em 2015 afetaram os nossos negócios e nos fizemos adotar um conjunto de medidas para que possamos cumprir nossas metas financeiras e operacionais previstas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2015-2019, como a redução dos investimentos, a priorização dos projetos de maior retorno e a minimização dos gastos operacionais.

Plano de Negócios e Gestão

Divulgamos, em junho, o PNG 2015-2019, que tem como objetivos fundamentais a nossa desalavancagem e a geração de valor para os acionistas. Prevemos o retorno dos níveis de endividamento às seguintes metas:

- alavancagem líquida, medida pela fórmula $\text{endividamento líquido} / (\text{endividamento líquido} + \text{patrimônio líquido})$, inferior a 40% até 2018 e a 35% até 2020;
- endividamento líquido/Ebitda (sigla em inglês para resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) inferior a 3 vezes até 2018 e a 2,5 vezes até 2020.

Em janeiro de 2016, realizamos ajustes no PNG, baseados nos novos patamares de preço do petróleo e da taxa de câmbio, visando preservar os objetivos fundamentais estabelecidos na versão original.

Revisamos as premissas de preço de petróleo (Brent) e taxa de câmbio adotadas nas projeções de investimentos e custos. Assim, utilizamos para 2016 o Brent médio de US\$ 45/barril (a estimativa original era de US\$ 70/barril) e a taxa de câmbio de R\$ 4,06/US\$ (previsto anteriormente a R\$ 3,26/US\$).

A versão ajustada do PNG 2015-2019 prevê investimentos de US\$ 98,4 bilhões no período, uma redução de cerca de 24% em relação ao inicialmente previsto (US\$ 130,3 bilhões), e manteve a prioridade para projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal. Nas demais áreas de negócios, os investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Desse total, investimos US\$ 23,1 bilhões em 2015 e projetamos uma realização de US\$ 20 bilhões para 2016. Esses ajustes na carteira de investimentos impactaram as projeções de produção de petróleo no Brasil de 2,185 milhões de barris por dia (bpd) em 2016 para 2,145 milhões de bpd. O previsto para 2020 passou de 2,8 milhões de bpd para 2,7 milhões de bpd.

Mantivemos a previsão de adotar medidas de otimização e ganhos de produtividade para reduzir gastos operacionais gerenciáveis (custos e despesas, excluindo-se a aquisição de matérias-primas). Ações já identificadas demonstram que podemos alcançar esse

resultado por meio de maior eficiência na gestão de serviços contratados, racionalização das estruturas e reorganização dos negócios, otimização dos custos de pessoal e redução nos custos de aquisição de insumos e nos custos logísticos de transporte.

Ressaltamos que o PNG 2015-2019 está sujeito a diversos fatores de risco que podem impactar nossas projeções, como:

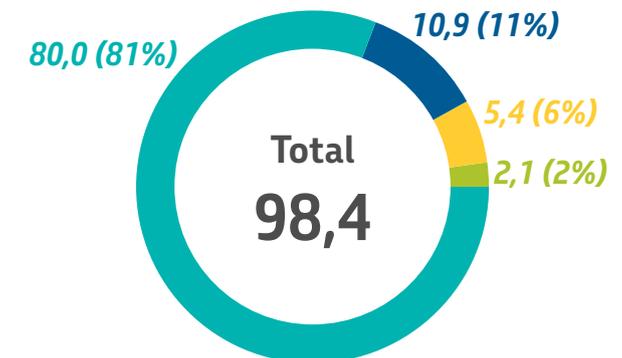
- mudanças de variáveis de mercado, como preço do petróleo e taxa de câmbio;
- operações de desinvestimentos e outras reestruturações de negócios sujeitas às condições de mercado vigentes à época das transações;
- alcance das metas de produção de petróleo e gás natural, em um cenário de dificuldades com fornecedores no Brasil.

● **Informações atualizadas sobre o nosso PNG podem ser encontradas em www.petrobras.com.br/png.**

INVESTIMENTOS 2015-2019 (EM US\$ BILHÕES)

- Exploração e Produção¹
- Abastecimento²
- Gás e Energia
- Demais áreas³

1. Inclui investimento fora do Brasil (US\$ 4,9 bilhões)
2. Inclui a Petrobras Distribuidora
3. Engenharia, Tecnologia e Materiais; Financeira; Corporativa e de Serviços; Governança, Risco e Conformidade; e Presidência.



Cenários Petrobras 2040

A elaboração de cenários permite às empresas uma melhor compreensão das questões que julgam mais relevantes para o contexto de seus negócios. Como parte do nosso processo de planejamento estratégico, ao longo de 2015 elaboramos os Cenários Petrobras 2040, a partir de metodologia desenvolvida internamente e que buscou adaptar as principais abordagens existentes e as melhores práticas à nossa cultura e às características dos nossos negócios.

O processo teve início com o levantamento das principais inquietudes dos nossos gestores e técnicos quanto ao futuro do setor de energia. A elas foram associados fatores, como o grau de impacto sobre a indústria de energia e o grau de incerteza de ocorrência. As variáveis ligadas ao macroambiente em que nos inserimos e que ajudam a compreender uma determinada inquietude podem ser classificadas como incertezas críticas (quando apresentam altos graus de incerteza e impacto) ou tendências consolidadas (quando possuem baixo grau de incerteza, mas alto impacto para os negócios). Considerando os futuros possíveis desses fatores no horizonte de análise, construímos as histórias dos cenários que explicam como o mundo pode evoluir até 2040.

Nosso objetivo é utilizar esses cenários nos processos de tomada de decisão, ao ajudar na identificação de riscos, oportunidades e ameaças, possibilitando a avaliação de estratégias alternativas e uma melhor percepção do futuro.



Atividade de verificação de linhas sísmicas.

Gerenciamento de Riscos

A criação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, em 2014, e a estruturação da Gerência Executiva de Riscos Empresariais, ao longo de 2015, contribuíram para avançarmos em nossa gestão de riscos, que inclui o relato ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva dos efeitos dos principais riscos nos nossos resultados integrados.

Em junho de 2015, aprovamos a nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, que explicita cinco princípios e dez diretrizes que devem orientar as diversas iniciativas associadas à gestão de risco. O documento também define competências e responsabilidades.

A política aborda não só a visão econômico-financeira tradicional, mas também outros elementos de gestão como ameaças à vida e à saúde, proteção do patrimônio e de informações

empresariais, por exemplo. A política enfatiza temas como o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios e o alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance. Identificamos 21 categorias de eventos de riscos empresariais, reunidos em cinco agrupamentos:

- Estratégico, para as categorias que podem nos desviar do alcance dos nossos objetivos estratégicos e/ou da realização do nosso plano de negócios;
- Negócios, para as categorias relativas aos nossos segmentos de negócios, de acordo com a nossa cadeia de valor;

- Conformidade, para as categorias relacionadas ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes, como o Código de Ética e o Guia de Conduta;
- Financeiro, para os riscos de natureza financeira, em especial, os de mercado, de crédito e de liquidez, que podem prejudicar a solidez do fluxo de caixa e dos relatórios financeiros; e
- Operacional, para as categorias que podem nos desviar da utilização eficiente e eficaz dos nossos recursos operacionais, relacionados aos nossos processos e sistemas de informação, entre outros.

Cada unidade organizacional responsável pela gestão dos riscos empresariais deve identificar, priorizar, monitorar e, em conjunto com a Gerência Executiva de Riscos Empresariais, comunicar periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, a evolução dos principais riscos e seus efeitos em nossos resultados integrados.



Centro de Controle de Emergência da UO-Rio.

Nossos riscos

Para mitigarmos os nossos riscos financeiros, reafirmamos o compromisso de atuar com disciplina de capital e rentabilidade. Adotamos um conjunto de medidas estruturais e de processo para garantir o cumprimento das metas financeiras e operacionais, ainda que sob uma conjuntura adversa.

Ajustamos o nosso planejamento financeiro dos anos de 2015 e 2016, por meio de corte de custos gerenciáveis e investimentos de acordo com os novos patamares do preço do barril de Brent e da taxa de câmbio (R\$/US\$), apesar de sua execução estar sujeita a fatores de risco que podem impactar adversamente as projeções.

Riscos relativos à saúde e segurança, como acidentes de trabalho, vazamentos, incêndios, explosões e outros, também são significativos para a nossa atividade, pois podem resultar em perda de vidas, danos ambientais

graves, danos aos equipamentos, perdas financeiras, multas e obrigações de remediação, responsabilidade em processos judiciais cíveis e criminais, além de processos administrativos e restrições na obtenção de licenças. Mais informações sobre a mitigação destes riscos podem ser encontradas no capítulo “Saúde e segurança no trabalho” e ao longo do eixo “Meio ambiente”.

Entendemos que situações como divergências no diálogo com comunidades e governos locais podem afetar expectativas e a dinâmica das localidades onde atuamos e das nossas atividades. Para auxiliar os gestores no tratamento de riscos sociais, considerando os macroprocessos de nossa cadeia de valor, aprovamos, em outubro, um padrão que apresenta premissas, requisitos, processo, macroetapas e temas relevantes para a gestão desses riscos. O documento deve ser aplicado em todo o Sistema Petrobras na identificação dos riscos sociais relacionados à operação, descomissionamento e projetos de exploração, investimento, aquisição e desinvestimento.

● **Mais informações**
sobre os nossos riscos podem ser encontradas no item 4.1 do Formulário de Referência (“Descrição dos fatores de risco”).

Ética, transparência e prestação de contas

No último ano, adotamos uma série de medidas com o propósito de fortalecer nossa governança para garantir a conformidade dos processos e aprimorar nossos mecanismos de monitoramento e controle. Trabalhamos no desenvolvimento de um modelo de gestão focado na qualidade, segurança e transparência, reduzindo ainda mais os riscos de fraude e corrupção.

Estruturamos a Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, no final de 2014, e contratamos João Adalberto Elek Junior como diretor, selecionado por empresa independente de recrutamento de executivos. O novo diretor exerceu, em empresas nacionais e multinacionais de diferentes setores, funções nas áreas de relacionamento com investidores, controle e gestão de riscos e finanças.

Além disso, aprovamos, em 2015, a mudança na composição do Conselho de Administração para aumentar seu grau de independência e ajustes em nosso Estatuto Social, que incluíram a criação de comitês e a permissão de participação de membros externos ao Conselho de Administração. Reformulamos o Comitê de Auditoria, com o aumento do número de membros e da frequência de suas reuniões.

Canal de denúncia e processo de investigação e apuração

Com base nas propostas de ações de melhoria, reestruturamos a nossa Ouvidoria-Geral. Escolhemos um novo Ouvidor-Geral, também selecionado por empresa de recrutamento. Uma lista de profissionais foi analisada pelo Comitê de Auditoria e pelo Comitê de Remuneração e Sucessão, que fizeram uma recomendação ao Conselho de Administração. Em novembro, o Conselho aprovou a indicação de Mário Vinícius Claussen Spinelli. O novo Ouvidor-Geral já atuou em diversas funções na Controladoria Geral da União, inclusive como Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, além de ter desenvolvido pesquisas acadêmicas sobre o papel das ouvidorias.

A Ouvidoria-Geral da Petrobras é o canal de recebimento e tratamento das manifestações relativas à nossa atividade.

Principal canal de recebimento e tratamento das manifestações relativas à nossa atividade, direta ou indiretamente, a Ouvidoria-Geral da Petrobras (Petróleo Brasileiro SA) atua em cinco vertentes: solicitações de informação no âmbito da lei brasileira nº 12.527 de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, pelo Serviço de Informação ao Cidadão; denúncias; reclamações, pedidos, elogios e sugestões; consultas e pedidos de autorização para atividades que possam envolver conflito de interesses; e demandas relacionadas ao benefício de saúde oferecido aos empregados e seus dependentes. O canal respeita a confidencialidade dos demandantes e disponibiliza aos nossos públicos diversos meios de contato (telefone, carta, formulários eletrônicos, atendimento presencial, canal para denúncias e outros).

Também implementamos, em novembro, o novo Canal de Denúncia Petrobras, que passou a ser gerido por uma empresa externa, independente e especializada no recebimento de denúncias. Disponível 24 horas por dia e em três idiomas (português, inglês e espanhol), o novo canal centraliza o recebimento de denúncias e as repassa à Ouvidoria-Geral, que dá o tratamento adequado às demandas.

São aceitas e tratadas denúncias anônimas sobre questões comportamentais, que apontam violência física ou psicológica no trabalho (casos de assédio moral e sexual, por exemplo), desde que contenham nomes de pessoas relacionadas ao problema, sendo obrigatória a identificação precisa do denunciado e eventuais testemunhas. São necessários ainda, nesses casos de anonimato, indícios mínimos que possam subsidiar a apuração, tais como: unidade da companhia em que ocorre o problema e fatos que caracterizam o desvio comportamental, acompanhados das referidas datas das ocorrências.

A mudança no processo de tratamento de denúncias contempla tanto a etapa de recebimento quanto a de apuração. A Gerência Executiva de Conformidade é responsável pela apuração de todas as denúncias oriundas do Canal de Denúncia e de órgãos externos que envolvam relatos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. Já a Ouvidoria-Geral acompanha o trâmite das denúncias desde o seu recebimento até a implementação das ações corretivas. Todas as denúncias recebidas envolvendo fraude e corrupção são encaminhadas para a Gerência Executiva de Conformidade.

A Ouvidoria-Geral é o canal direto entre os nossos diversos públicos de interesse e a alta administração. Trimestralmente, ela apresenta ao Conselho de Administração relatório de suas atividades e um balanço das denúncias de fraude e corrupção.

Demandas recebidas

Do total de 33.160 manifestações que recebemos em 2015, as categorias de demandas que mais se destacaram foram denúncias, reclamações e solicitações de informações, representando 95% do total. Nessas três categorias, recebemos 31.513 demandas, número 2,2 vezes maior do que o total recebido em 2014. Isto se deve, em grande parte, ao aumento de reclamações sobre a operacionalização do Benefício Farmácia oferecido aos empregados e ao crescimento nas solicitações de informação, principalmente por participantes de processo seletivo público e candidatos a estágio.

Das 13.243 solicitações de informações recebidas e concluídas em 2015, atendemos 79% em até 20 dias e 18% entre 21 e 30 dias.

Demandas recebidas por meio da Ouvidoria Geral

Categoria	Total
Reclamação	16.557
Solicitação de Informação	13.676
Denúncia	1.280
Pedido	1.145
Sugestão	322
Opinião	102
Elogio	66
Pedido de autorização	7
Consulta (conflito de interesse)	5
Total	33.160

Entre as denúncias recebidas, os temas mais recorrentes foram relacionados a contratações de bens e serviços e a comportamento e conduta. Identificamos como procedentes 10% do total de denúncias concluídas.

Quanto às alegações de ações impróprias cometidas por funcionários e ex-funcionários, implementamos ações investigatórias, por meio de Comissões Internas de Apuração, e também averiguamos denúncias oriundas do Canal de Denúncia.

O novo Canal de Denúncia Petrobras, disponibilizado em novembro, foi responsável por 22% das denúncias que recebemos.

Em relação às 16.557 reclamações recebidas, os quatro temas mais demandados foram: Assistência Médica Suplementar (AMS); gestão de pessoas (empregos/estágios/terceirização, remuneração e benefícios); contratação de bens e serviços; e relacionamento com a comunidade. Das 14.290 reclamações concluídas, 84% eram procedentes, total ou parcialmente.

Das reclamações feitas sobre a AMS, a operacionalização do Benefício Farmácia foi o assunto mais demandado, com 10.262 reclamações, 87% do total desse tema. As queixas envolvem problemas na entrega de medicamentos, atrasos ou falta de reembolso, dificuldade para compra e cadastramento.

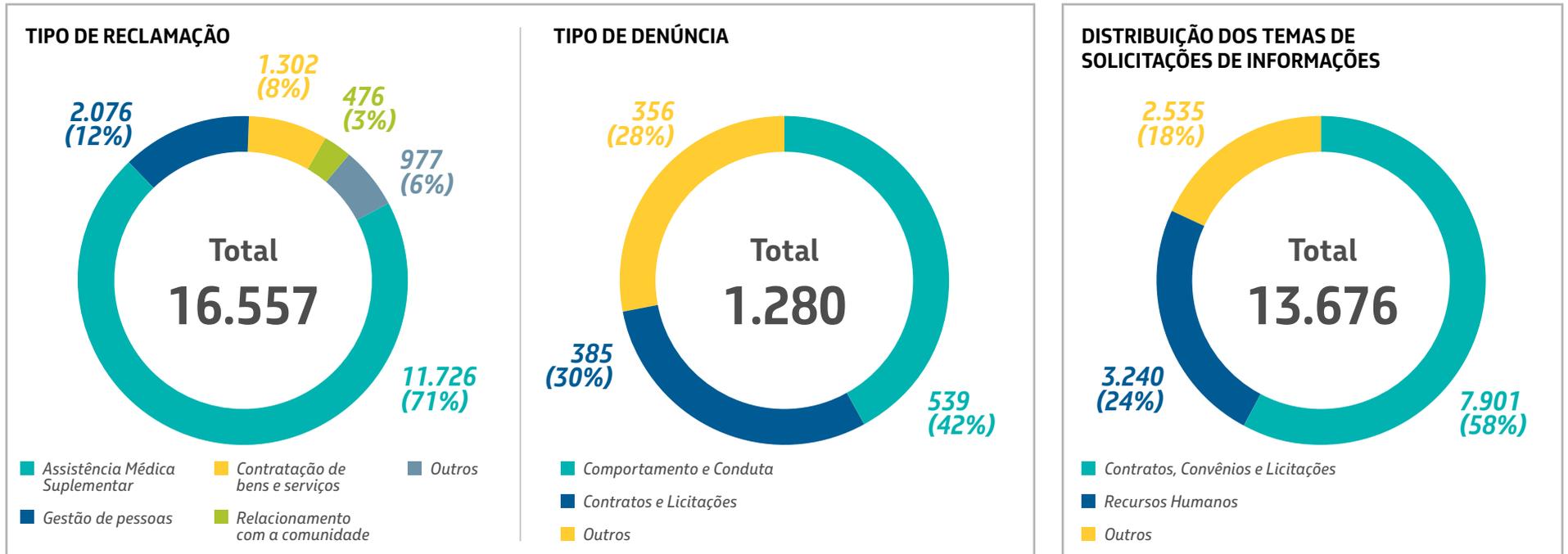
As reclamações sobre gestão de pessoas englobam temas da nossa relação trabalhista com os nossos empregados, sendo os assuntos mais demandados: empregos, estágios e terceirização; remuneração (depósito de

participação dos empregados nos lucros ou resultados, pagamento de pensão ao dependente e outros); e benefícios. Em 2015, recebemos 230 reclamações sobre benefícios, das quais 64% são relacionadas a desconto do benefício educacional.

O tema contratação de bens e serviços abrange principalmente reclamações de empresas contratadas e fornecedores (não pagamento de serviços ou produtos; divergência no cadastro de pedidos e entrega de materiais nas unidades e outros), bem como reclamações registradas pela força de trabalho de empresas que nos fornecem serviços e suas subcontratadas em relação aos seus empregadores, que podem nos revelar irregularidades trabalhistas cometidas por fornecedores atuantes nas nossas instalações, como atraso ou não pagamento de salário, benefícios, parcelas remuneratórias e FGTS. Quando detectamos não conformidades, a fiscalização de contrato ou a unidade gestora buscam as medidas cabíveis para solucioná-las.

Recebemos 13.676 solicitações de informações, 4.570 no primeiro semestre e 9.106 no segundo, ocorrendo um aumento de 99,3%, principalmente nos temas “contratos e convênios” e “recursos humanos”. Para esses dois temas, os assuntos mais recorrentes foram o acesso a contratos e convênios e detalhes sobre informações contratuais, bem como empregos e estágios, relação contratual, quantitativo de força de trabalho e valores de remuneração/salários.

Os temas mais demandados foram recursos humanos e contratos e convênios, tendo como assuntos mais recorrentes: o acesso a contratos e convênios; e as informações relacionadas a cargos, programa de incentivo à demissão voluntária, terceirização e processos seletivos públicos, entre outros.



Comunicação dos princípios éticos

Investimos na disseminação dos nossos princípios éticos por vários meios, internos e externos, para toda a força de trabalho e para os fornecedores, inclusive com treinamentos para a alta direção e os empregados.

Possuímos documentos que descrevem esses princípios e os compromissos de conduta que norteiam as nossas ações e orientam as empresas do Sistema Petrobras e os nossos fornecedores. Entre eles estão o Código de Ética do Sistema Petrobras, o Guia de Conduta, o Código de Boas Práticas, o Código de Conduta Concorrencial, o Manual do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção e o Manual Petrobras de Contratação.

Não toleramos quaisquer desvios de conduta, não apenas fraude e corrupção, cometidos ou sofridos por empregados ou

fornecedores. Para isso, realizamos treinamentos, estimulamos a realização de denúncias pelo Canal de Denúncia Petrobras e, quando necessário, aplicamos as devidas sanções.

Por conta da divulgação do Guia de Conduta no final de 2014, desenvolvemos uma série de ações para disseminar suas orientações e esclarecer as medidas disciplinares cabíveis. Também produzimos documentos correlacionados, como um guia específico sobre brindes, presentes e hospitalidade. O Guia de Conduta serviu de base para a revisão do Manual Petrobras de Contratação e deve ser seguido pelos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, ocupantes de funções gerenciais e empregados. Empresas fornecedoras de bens e prestadoras de serviços também devem respeitar as disposições desse documento.

Além disso, criamos ou intensificamos alguns mecanismos de redução de riscos de não conformidade em nossas

atividades, como processos de auditorias, *due diligences*, cláusulas contratuais, termos de responsabilidade e outros.

Com o objetivo de reforçar a transparência de nossas ações frente aos desvios de conduta, divulgamos as medidas disciplinares aplicadas aos empregados de diferentes níveis hierárquicos. Foram 20 rescisões de contrato, 84 suspensões e 137 advertências por escrito. Os casos se referem a desvios de conduta como negligência, descumprimento de normas da companhia, fraude, desrespeito e uso indevido de recursos da companhia, entre outros.

Há três processos judiciais interpostos com alegações de concorrência desleal. Dois deles, propostos pela Congás, se encontram em fase processual inicial. O outro, já em fase de recurso após a nossa condenação em primeiro grau, foi ajuizado pela Refinaria de Manguinhos e envolve o valor de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Reforçamos, ao longo do ano, a divulgação do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção entre nossos empregados e outros públicos de interesse. O programa prevê ações contínuas, a serem periodicamente aprimoradas e disseminadas, de prevenção, detecção e correção de atos de fraude e corrupção.

Investimos em melhorias e desenvolvimento de sistemas de gestão de riscos e conformidade. Entre as iniciativas estruturadas em 2015, está a inclusão da competência denominada “Compromisso com a Conformidade” no processo de avaliação de desempenho e resultados de todos os nossos empregados, independente do nível hierárquico. O objetivo é avaliar a capacidade de realizar atividades com foco na prevenção de não conformidades, no respeito às normas, procedimentos, regulamentos e leis, fortalecendo, assim, o ambiente interno de controle, bem como nossa imagem e reputação. Revisamos, também, os conteúdos dos documentos “Regime Disciplinar” e “Relações no Trabalho”, com ênfase às ações de correção para desvios de conduta no ambiente corporativo.

Adicionalmente à estrutura responsável pelas ações de conformidade, contamos com cerca de 100 profissionais de diferentes áreas atuando como Agentes de *Compliance*, com o objetivo de contribuir com a multiplicação da informação e a disseminação da cultura de conformidade. Tais profissionais também auxiliam na identificação de riscos e de melhorias nos mecanismos de prevenção e detecção de desvios de conduta.

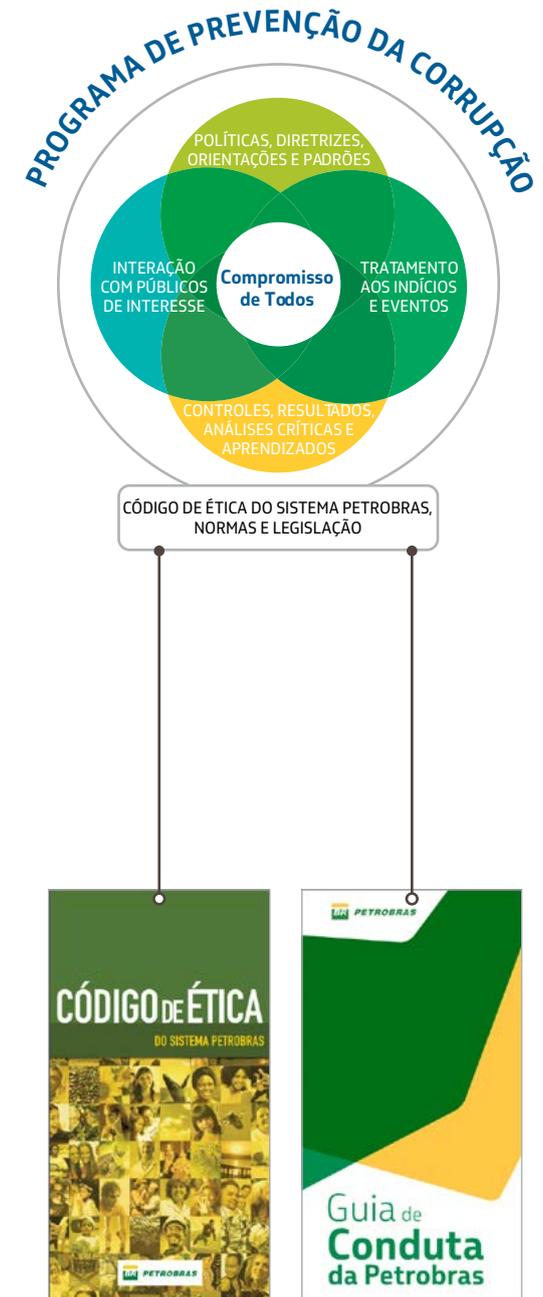
Para aumentar o nosso ambiente de controle interno e governança, limitamos as decisões individuais em

todos os níveis da companhia, promovendo decisões colegiadas, e todos os nossos projetos agora têm de ser submetidos à avaliação de uma matriz que leva em conta os possíveis riscos, inclusive do ponto de vista de controle e transparência.

Contamos com um processo de segregação de funções entre os empregados que demandam bens ou serviços, aqueles que conduzem o processo de contratação e os que são responsáveis pela sua aprovação. Também possuímos uma matriz de limites de competência, atualizados e aprovados periodicamente pela Diretoria Executiva, para celebração de contratos.

A nossa avaliação para aquisição parcial ou total de ativos, para a participação societária em empresas ou para a seleção de compradores nos desinvestimentos inclui — além da verificação de aspectos contábeis, econômicos, financeiros, tributários, legais e ambientais — a reputação, a conduta ética e as práticas relacionadas à prevenção de fraude e corrupção da contraparte.

Para orientar, padronizar e acompanhar a aplicação de sanções disciplinares em casos relacionados à fraude ou corrupção, criamos o Comitê de Correição, vinculado à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade. Reformulamos o procedimento de instituição das Comissões Internas de Apuração, criadas quando é preciso averiguar indícios ou ocorrências relacionados à nossa força de trabalho ou ao nosso patrimônio. Em suspeitas de casos de fraude e corrupção, essas comissões agora passam a ser compostas por representantes das áreas de Segurança Empresarial, Auditoria ou Conformidade e Jurídico. Se houver configuração de crime, seus relatórios são enviados ao Ministério Público ou a órgão policial.



Para aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços e mitigar riscos de fraude e corrupção, tornamos mais rigoroso o processo de gestão de fornecedores. Uma das ações nesse sentido inclui a implementação do processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI), que corresponde à avaliação do nível de risco de integridade de fornecedores por meio de aplicação de questionários, pesquisas em fontes abertas e base de dados contratadas, avaliação do perfil do fornecedor, seu relacionamento com agentes públicos e seu programa de integridade.

Com base na nossa política de riscos, desenvolvemos um procedimento interno com o objetivo de definir as diretrizes para o gerenciamento dos riscos de conformidade relacionados à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O intuito é reduzir a exposição e apoiar os gestores na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento desses riscos.

Considerando o processo anual de certificação de controles internos nos termos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, ao longo de 2015 avaliamos 21 macroprocessos, que se desdobraram em 58 processos, refletindo 3.378 controles autoavaliados pelos nossos gestores. Em 2014, havíamos revisado a matriz de controles internos do macroprocesso Suprir Bens e Serviços, em que avaliamos os riscos de fraude e corrupção, com reflexos já em 2015.

Disseminamos nossas ações de conformidade por diversos canais de comunicação para toda a força de trabalho, incluindo membros da alta administração, e para parceiros comerciais. O objetivo é aprofundar o conhecimento das exigências e responsabilidades legais, bem como das nossas diretrizes corporativas, para que todos sejam capazes de identificar, prevenir, tratar e comunicar situações de risco ou

com indícios de fraude, corrupção ou lavagem de dinheiro nos nossos negócios.

As diferentes formas de disseminação levam em consideração os diversos níveis hierárquicos, tanto para definição de forma como de conteúdo. Alguns assuntos são comuns a todos os empregados e outros específicos, voltados diretamente a quem desenvolve atividades com maior exposição ao risco.

Capacitamos no tema “prevenção à fraude e corrupção” 3.254 empregados, incluindo 29 gerentes executivos e oito presidentes e diretores de nossas subsidiárias. Com a criação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, o número de empregados treinados em 2015 equivale a duas vezes e meia o número de 2014. Além dos treinamentos presenciais, também realizamos treinamentos à distância, com conteúdo desenvolvido pela ONU, com o objetivo de atingir 100% dos nossos empregados em 2016.

Realizamos algumas capacitações específicas de prevenção a fraude e corrupção direcionadas para determinados públicos. Capacitamos 14 membros da Diretoria e do nosso Conselho de Administração. Além disso, capacitamos profissionais da Gerência Executiva de Conformidade em diversos temas relacionados às ações de conformidade, incluindo prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro.

De acordo com Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção, estamos comprometidos a recusar apoio e contribuições a partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos, seja no Brasil ou em outros países.

Nossos compromissos

Somos signatários e participantes de alguns compromissos voluntários voltados à transparência e ao combate à corrupção, como a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (Eiti). Associados desde 2005, investimos anualmente US\$ 60 mil nesta iniciativa. Além de reforçar o nosso compromisso com a transparência, o apoio ao Eiti nos permite participar e contribuir com as discussões do grupo do setor de óleo e gás e acompanhar tempestivamente as decisões tomadas sobre as exigências que devem ser cumpridas pelos países signatários.

Como signatários do Pacto Global da ONU, participamos de algumas de suas ações, como o Grupo de Trabalho do 10º Princípio, a iniciativa “Call to Action: Anticorrupção e a Agenda de Desenvolvimento Global” e o Grupo Temático Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto. Também integramos o Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

3.254

Número de empregados capacitados no tema “prevenção à fraude e corrupção”, incluindo 29 gerentes executivos e oito presidentes e diretores de nossas subsidiárias.

Operação Lava Jato

Conforme publicamos no Relatório de Sustentabilidade 2014, a investigação da Polícia Federal denominada “Operação Lava Jato” focou, a partir de 2014 e no decorrer de 2015, parte de suas investigações em irregularidades envolvendo fornecedores de bens e serviços e revelou pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns ex-executivos da Petrobras, que foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Durante o ano, continuamos a acompanhar e colaborar com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União para que os crimes e irregularidades fossem apurados e os responsáveis punidos. Cooperamos também com as investigações promovidas por órgãos internacionais, como o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a SEC.

Auxiliamos os agentes competentes para a elucidação dos fatos e informamos regularmente os nossos públicos de interesse por meio dos canais de relacionamento. Demos prosseguimento à investigação interna realizada por dois escritórios independentes, que têm como interlocutor o Comitê Especial. Composto pelo diretor de Governança, Risco e Conformidade e por outros dois representantes independentes com notório conhecimento técnico, esse comitê responde diretamente ao Conselho de Administração.

Apresentamos às autoridades brasileiras os resultados das averiguações de não conformidades feitas pelas Comissões Internas de Apuração (CIAs). Em 2015, foram criadas CIAs para apurar possíveis irregularidades em contratos com prestadores de serviços envolvidos em refinarias, projetos de modernização de terminais e construções de gasodutos, entre outros.

Além de medidas para o ressarcimento dos recursos desviados, também contamos com bloqueios cautelares aplicados a empresas investigadas pela “Operação Lava-Jato” a partir de 2014, que as impedem de participar de novas licitações e de celebrar novos contratos com a Petrobras. Caso a caso, esses bloqueios podem ser suspensos na medida em que o fornecedor seja inocentado no procedimento administrativo de responsabilização ou passe pelo processo de *due diligence* de integridade, que compreende a verificação da existência de um efetivo programa de *compliance* no âmbito do fornecedor, que deve concordar, entre outras exigências, com compromissos, cláusulas e condições de prevenção à corrupção.

Destacamos que, em todas as ações penais e de improbidade administrativa nas quais nossos ex-empregados são réus por atos relacionados à corrupção, fomos oficialmente reconhecidos como vítima das irregularidades apuradas e, por essa razão, atuamos como assistente de acusação ou uma das partes que propõem a ação (litisconsorte ativo), conforme o caso.

Temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos em sete ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedido de indenização por danos morais.

Para cada ação de improbidade foi distribuída ação cautelar para o bloqueio de bens dos réus para garantir o nosso futuro ressarcimento, o que foi deferido pelos respectivos Juízos.

Além disso, à medida que as investigações resultem em acordos de leniência com as empresas investigadas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, podemos ter direito a receber uma parte deles. Deste modo, retornaram para o caixa da companhia, a título de ressarcimento de danos, a quantia de R\$ 157 milhões, em maio, e R\$ 72,7 milhões, em agosto.

Atuamos como assistentes de acusação em 7 ações penais propostas em 2014 e em outras 13 propostas em 2015 em decorrência da Operação Lava Jato. Ao final do ano, algumas dessas ações se encontravam em fase de instrução e outras em fase de recurso de sentença de primeira instância, tendo como objeto imputações de crimes de organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, entre outros.

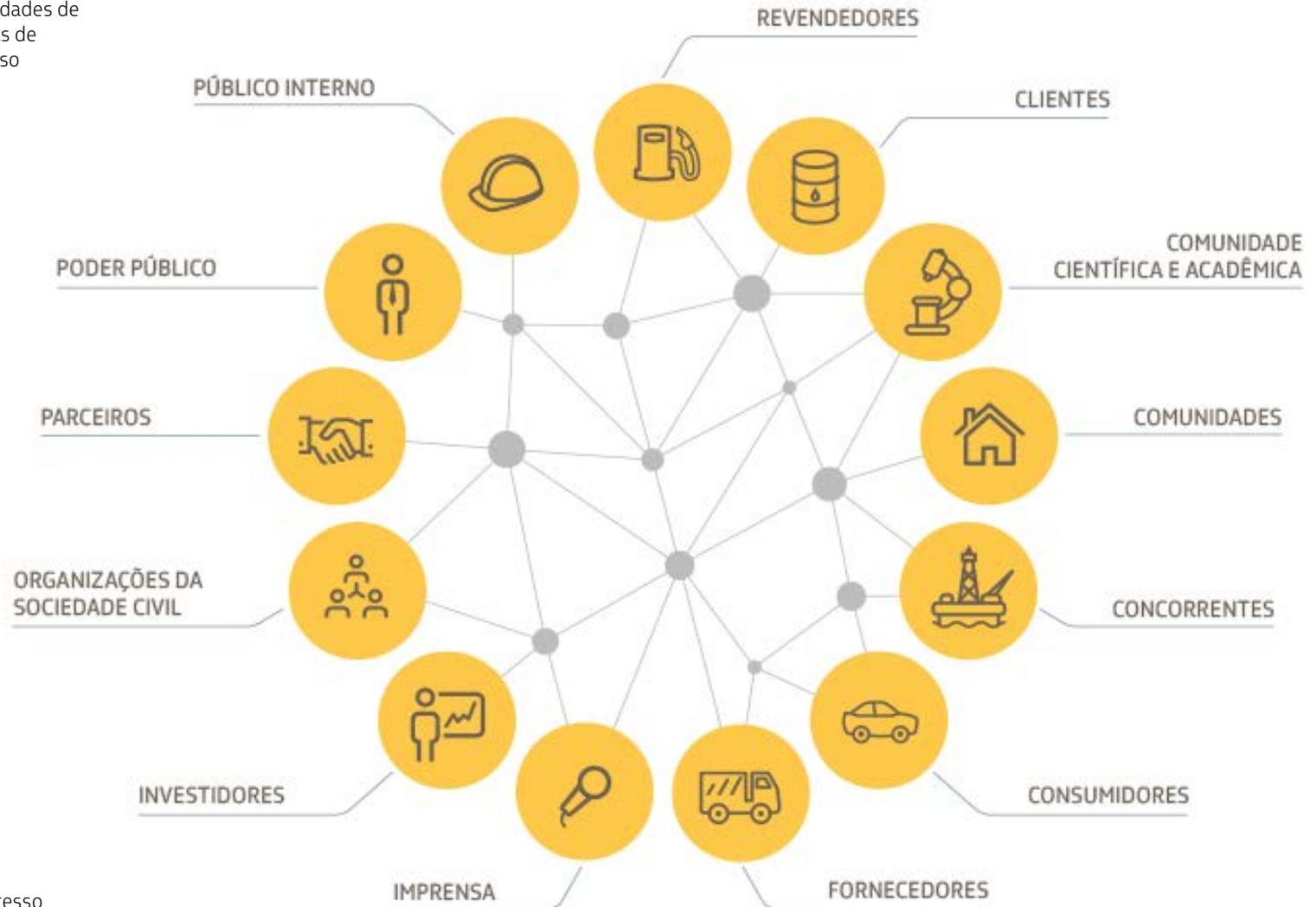
- Apresentamos **mais informações** sobre a Operação Lava Jato na nota explicativa 3 das Demonstrações Contábeis 2015 e no item 7.9 do Formulário de Referência 2015.

Nossos públicos de interesse

Para desenvolver o relacionamento com nossos públicos de interesse, identificamos necessidades de interação e definimos estratégias de abordagem junto a eles. Em nosso Guia de Conduta, reforçamos que o respeito, o diálogo e a transparência devem ser a base desse relacionamento, de modo a permitir a realização eficiente de nosso Plano de Negócios e Gestão.

Possuímos canais para o recebimento de reclamações, sugestões ou dúvidas, divulgações aos públicos e portais online de relacionamento específicos, como os desenvolvidos para clientes, fornecedores e imprensa.

Desenvolvemos, ao longo do ano, ações com foco na divulgação da atuação da nova Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, incluindo o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção e o novo Canal de Denúncia Petrobras. Lançamos o ambiente virtual #DaquiPraFrente, que oferece acesso também aos canais de consulta Fale Conosco, SAC e Ouvidoria.



Investidores

Nossa área de Relacionamento com Investidores é estruturada para atender demandas de órgãos reguladores e de investidores institucionais e individuais, além de produzir divulgações ao mercado. Entre os principais órgãos reguladores, destacamos a CVM, criada para disciplinar o funcionamento do mercado de valores mobiliários no Brasil, a norte-americana SEC e a argentina CNV.

As deliberações dos acionistas são realizadas nas assembleias que ocorrem ao longo do ano. Ao todo, ocorreram quatro assembleias extraordinárias e uma ordinária. Realizamos encontros com investidores e analistas, por meio de reuniões formais, palestras, seminários, conferências e webcasts. Elaboramos relatórios e publicações, como instrumentos de prestação de informações. Entre as obrigações legais está a divulgação do Form 20F, relatório arquivado na SEC, e o Formulário de Referência, exigido pela CVM.

Para a divulgação dos resultados trimestrais, realizamos conferências telefônicas/webcasts para investidores e analistas, entrevistas coletivas para a imprensa e programas na TV corporativa para nossa força de trabalho. Estivemos presentes nos seminários realizados pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e participamos de conferências com investidores institucionais na América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia.

As principais preocupações dos investidores estão relacionadas aos resultados operacionais, financeiros, à governança e ao nosso Plano de Negócios e Gestão. Apresentamos essas informações em nosso portal dedicado a esse público, que inclui cotações, comunicados e fatos relevantes, resultados financeiros e

calendário de eventos, entre outros dados. Os tópicos de interesse envolvem a transparência e ética profissional, reputação corporativa, resultados econômicos e financeiros, informes anuais sobre o desempenho do negócio e relações comerciais.

Entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, investidores nos Estados Unidos propuseram ações coletivas (*class actions*) contra a Petrobras, por se sentirem prejudicados pela queda nos preços dos nossos papéis negociados na Bolsa de Nova York. Apresentamos mais informações sobre as *class actions* na nota explicativa 30.4 das Demonstrações Contábeis 2015 e nos itens 4.4 e 4.6 do Formulário de Referência 2015.

Poder público

Nossas atividades no Brasil são diretamente afetadas por leis, regulamentos e exigências, inclusive as relativas a licenciamentos e autorizações ambientais, nos níveis federal, estadual e municipal, relacionadas à proteção da saúde humana e do meio ambiente. No país, o setor de óleo e gás conta com a regulamentação da ANP e de outras agências nacionais que regulam atividades correlatas, como energia elétrica (ANEEL), transportes aquaviários (ANTAQ) e transportes terrestres (ANTT).

Aplicáveis para a localização, construção, implantação, modificação, ampliação e operação de atividades e empreendimentos com potencial de impacto significativo, os licenciamentos ambientais são geralmente custosos e envolvem a apresentação de diversos estudos técnicos, a realização de audiências públicas com as comunidades e a participação de outros órgãos governamentais. Sempre que necessário, participamos de reuniões com o poder público local para apresentação e esclarecimento do status de nossos empreendimentos.

Mantemos relacionamento constante com os municípios do entorno dos nossos empreendimentos e unidades operacionais; recebemos, analisamos e atendemos demandas, gerando ações conjuntas e criando parcerias socioambientais, para minimizar conflitos junto à população. Realizamos também reuniões sobre normas, procedimentos e processos com órgãos ambientais e Ministério Público para solução de problemas relacionados a licenças e exigências ambientais.

Imprensa

Buscamos gerir da forma mais adequada o relacionamento com jornalistas, com foco na transparência e sem comprometer a segurança das nossas informações. Nosso presidente, diretores ou empregados com autorização de seus superiores hierárquicos falam em nome da companhia. Todo o contato com esse público deve ser conduzido ou intermediado pela nossa área de Comunicação e Marcas.

As investigações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de irregularidades em nossos empreendimentos estiveram entre os temas mais abordados e requeridos pela imprensa. Mantemos relacionamento permanente com esse público e atendemos as suas demandas por meio da produção de posicionamentos e envio de notas, além de entrevistas coletivas. As informações sobre os principais assuntos são disponibilizadas na Agência Petrobras, nosso website específico para jornalistas.

Realizamos a segunda edição do Prêmio Petrobras de Jornalismo, em que reconhecemos 17 trabalhos na categoria nacional e 17 na categoria regional, com destaque para a matéria da jornalista pernambucana Fabiana Moraes, do Jornal do Commercio, de Pernambuco, sobre o cotidiano de jovens que, desde a infância, sofrem com a exploração sexual.

Consumidores

Realizamos campanhas, ações de comunicação digital e promocionais, estudos de satisfação e possuímos canais de atendimento direto a consumidores, além dos demais canais de transparência e diálogo, como a Ouvidoria Geral, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e o Canal de Denúncia. Os canais recebem e dão tratamento a consultas, reclamações, pedidos de informações sobre produtos e serviços.

Também oferecemos o Premmia, programa de fidelidade aos consumidores dos postos Petrobras, que podem trocar pontos acumulados por descontos em diversos parceiros, como companhias aéreas e locadoras de veículos. Uma das ações ligadas ao Premmia foi o sorteio de dez participantes do programa para assistir ao Grande Prêmio Petrobras do Brasil de Fórmula 1 2015, em Interlagos, São Paulo.

Clientes

Mantemos diálogo constante com nossos clientes por meio de reuniões e visitas periódicas para aprimorar o relacionamento comercial e técnico. Observamos a necessidade de inovar e melhorar a gestão dos processos internos, com redução de custo, alcance de resultados mensuráveis e qualificação de recursos humanos.

Entre os canais de relacionamento com esse público, destacamos: o Canal Cliente, website de acesso restrito aos nossos clientes, que integra processos comerciais, operacionais e financeiros de nossas unidades de negócios, e o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). Também prestamos serviços de assistência técnica aos clientes para casos de necessidade de adequação ao uso dos nossos produtos e aplicamos anualmente uma pesquisa de satisfação entre os diferentes segmentos de clientes.

Fornecedores

Alguns dos principais tópicos de interesse levantados junto aos nossos fornecedores referem-se aos resultados da companhia, a aspectos de condições de trabalho e a percepções de apoio social, gestão e ética. Realizamos Diálogos de SMS e reuniões periódicas, incentivamos a divulgação de conhecimentos alinhados à nossa Política de Responsabilidade Social, cumprimento de condições contratuais, status dos pagamentos e condições trabalhistas adequadas.

- **Mais informações** podem ser encontradas no capítulo "Gestão de fornecedores".

Organizações da Sociedade Civil

No relacionamento com organizações da sociedade civil, destacam-se os nossos patrocínios a iniciativas diversas, conforme descrito no capítulo "Investimento social". As principais demandas desse público referem-se às datas de assinatura e vigência dos contratos de patrocínio oriundos da seleção pública do Programa Petrobras Socioambiental.

Comunidade Científica e Acadêmica

Nosso engajamento com a comunidade científica e acadêmica envolve ações de comunicação voltadas para universidades e instituições parceiras e patrocínios a iniciativas na área de ciência e tecnologia. Os tópicos de interesse desse público envolvem aspectos de gestão, crescimento e resultados da companhia, além de perspectivas de oportunidades de trabalho.

- **Mais informações** podem ser encontradas no capítulo "Pesquisa e desenvolvimento".

Comunidades

Em relação às comunidades que vivem no entorno dos nossos empreendimentos, desenvolvemos regularmente ações de relacionamento com moradores e lideranças locais para informar e esclarecer sobre a nossa atuação, riscos associados e precauções a serem tomadas, além de levantar demandas e divulgar iniciativas diversas.

No caso de comunidades localizadas em áreas próximas a dutos e instalações de gás natural, a comunicação ocorre por meio dos programas de integridade de dutos e de terminais e instalações. Com o Telefone Verde, viabilizamos ligações gratuitas para registro de reclamações, anormalidades, denúncias, solicitações e sugestões, visando consolidar o relacionamento entre a empresa e a população do entorno das faixas de dutos.

Emprego e renda são preocupações das comunidades. Estimulamos junto às empresas contratadas a seleção de trabalhadores da região e sua devida qualificação profissional. Por meio dos fóruns da Agenda 21, essas e outras demandas são encaminhadas também para o poder público.

- **Mais informações** podem ser encontradas no capítulo "Desenvolvimento local e impactos nas comunidades".

Público interno

Nossos canais de comunicação com o público interno envolvem o Portal Petrobras (intranet), revista Petrobras, WebTV, Conecte (rede social interna), campanhas internas e programas de relacionamento.

Os principais tópicos levantados por esse público em relação à imagem geral da empresa referem-se aos aspectos de gestão, transparência, ética, crescimento e lucratividade.

Revendedores

O Jornal do Revendedor é uma publicação bimestral para a comunicação da Petrobras Distribuidora com seus revendedores, franqueados e equipes de postos da rede. Os tópicos levantados junto a esse público envolvem dados comerciais sobre pedidos, liberações, despachos, prazos de contratos, garantia de abastecimento, preços, informação sobre produtos e serviços, gestão do atendimento ao cliente e serviços para postos de gasolina e lojas de conveniência.

Parceiros

Em nossas atividades, realizamos parcerias que preveem investimentos conjuntos de recursos com outras organizações, com base em termos e temas diversos (parcerias de negócios, institucionais, convênios, patrocínios etc.). As parcerias podem envolver situações como busca de ganho mútuo — como nas parcerias de negócio e tecnológicas — ou a promoção de causas comuns, como no caso de acordos e endosso a iniciativas relevantes.

Concorrentes

Temos o compromisso de manter uma relação com nossos concorrentes fundada nos princípios da honestidade e respeito, adotando regras explícitas e declaradas em nosso Código de Ética sobre nossos procedimentos relacionados à concorrência. Conduzimos nossos negócios de acordo com a legislação de defesa da concorrência ou antitruste, além do nosso Código de Conduta Concorrencial.

Pesquisas e monitoramentos junto aos públicos

Contamos com metodologias de pesquisa para aferir as percepções de nossos públicos. Utilizamos os resultados para elaborar diagnósticos de comunicação e embasar futuras decisões. Quanto aos processos de consulta, buscamos conhecer opiniões e expectativas, visando auxiliar o desenvolvimento de práticas de comunicação e de relacionamento. Em 2015, desenvolvemos pesquisas qualitativas e quantitativas junto à opinião pública, empregados e fornecedores.

Também monitoramos nossa marca nas redes sociais, realizando avaliações sistemáticas das menções dos públicos nas mídias. Desse modo, identificamos oportunidades de interação e engajamento, conhecemos os temas de interesse, as opiniões e os participantes com capacidade de influência. O resultado da análise nos permite desenvolver a comunicação com foco no diálogo e relevante para os públicos.

Os resultados das pesquisas e monitoramentos dos canais de comunicação nos permitem observar o interesse dos públicos e da opinião pública em aspectos de gestão, governança, transparência e ética da companhia.

Pesquisa e desenvolvimento

Nossos projetos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) contribuem para a continuidade dos nossos negócios e para o avanço tecnológico do setor de óleo e gás. Em 2015, nossos investimentos em P&D totalizaram R\$ 2 bilhões.

As parcerias que mantemos com instituições brasileiras e de outros países viabilizam o desenvolvimento recíproco de conhecimento e tecnologia, com geração de benefícios mútuos. Em 2015, contamos com a colaboração de mais de 100 universidades e institutos de pesquisa com investimento aproximado de R\$ 700 milhões. No período, solicitamos 68 pedidos de patentes e tivemos concedidos 83 registros no Brasil e em outros países.

Em nosso Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), coordenamos as articulações com a comunidade científica e acadêmica sobre temas relacionados ao segmento de óleo, gás e energia e a gestão de projetos de P&D.

R\$ 2 bilhões

Investimento aproximado em pesquisa e desenvolvimento no ano de 2015.



Técnico químico de petróleo trabalhando no laboratório de incrustação do Cenpes.

Tecnologias e ganhos

Utilizamos um software que coleta e analisa parâmetros operacionais de poços que, caso identifique problemas, alerta seus usuários para que possam tomar medidas corretivas ou preventivas imediatamente. Substitui a avaliação feita por especialista, cujas decisões são tomadas de forma subjetiva, o que dificulta analisar. Em uso desde 2013, essa solução tecnológica foi aplicada no acompanhamento de 66 poços e 906 dias de sonda.

Em 2015, o software nos proporcionou uma economia estimada de US\$ 38,3 milhões, superior à meta estipulada em US\$ 28 milhões, e evitou 43,8 dias de tempo perdido. Nos casos de diagnóstico antecipado de furos na coluna de perfuração, que consomem 5,5 dias de parada de extração no poço, a economia gerada pode chegar a mais de US\$ 4,8 milhões por ocorrência.

Iniciamos a operação da unidade industrial de coqueamento retardado de resíduo atmosférico na Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que o transforma em produtos mais leves (gás de refinaria, GLP, nafta, diesel e gasóleo pesado), produzindo, adicionalmente, coque. Com a aplicação de uma tecnologia pioneira que desenvolvemos, poderemos obter rendimentos de aproximadamente 60% em destilados médios, o que representa um ganho de cerca de 25% em relação à média com uso de tecnologias convencionais.

Em agosto, aplicamos pela primeira vez no mundo uma técnica conhecida no mercado como *Floating Mud Cap Drilling* (FMCD) na perfuração de um poço em águas profundas, com sonda de perfuração de posicionamento dinâmico. Usada para viabilizar econômica e tecnicamente a perfuração de poços em reservatórios com queda no nível de pressão, a técnica consiste na perfuração em que fluidos e cascalhos são bombeados para dentro de formações

altamente permeáveis, sem que retornem à superfície, o que ocorre no uso de técnicas convencionais nesse cenário. A adaptação de FMCD no reservatório de Jabuti, na Bacia de Campos, gerou redução de tempo em torno de 15 dias e economia de US\$ 18,1 milhões.

Outra técnica original que desenvolvemos foi a instalação de um dispositivo projetado e qualificado para volumes com até 70% de gás em um módulo de bombeio centrífugo submerso, na Bacia do Espírito Santo. Por permitir a manipulação de frações maiores de gás (sem ele a capacidade de bombeio estaria limitada a uma proporção máxima de 40% de gás), o equipamento elevou a flexibilidade operacional e proporcionou ao poço 7-JUB-04 ganho adicional estimado de mil barris por dia.

Tecnologias desenvolvidas para a produção da camada pré-sal

Em reconhecimento ao conjunto de tecnologias desenvolvidas para a produção na camada pré-sal, recebemos, em maio, o prêmio da Offshore Technology Conference (OTC), principal evento do mundo dedicado à área de exploração e produção de petróleo no mar. Foi a terceira vez que recebemos a premiação, considerada o maior reconhecimento que uma empresa de petróleo pode receber na qualidade de operadora offshore.

Uma das dez inovações tecnológicas premiadas são as boias de sustentação de *risers* (dutos que conduzem o petróleo ou o gás do fundo do mar até a plataforma). Submersas a uma profundidade de 250 metros, ancoradas ao fundo do mar por tendões e ligadas ao navio-plataforma, as boias não transferem integralmente aos dutos rígidos os movimentos da plataforma flutuante, o que diminui danos nos dutos causados por fadiga e aumenta sua vida útil mesmo em condições meteoceanográficas severas.

Em alguns poços do pré-sal, o petróleo produzido está associado não só a água e gás natural, mas também a dióxido de carbono (CO₂). Outra técnica premiada consiste em separar o CO₂ produzido do petróleo e do gás natural por um sistema de membranas e, em seguida reinjetá-lo para aumentar a pressão nos reservatórios e a produtividade dos poços. Três de nossos navios-plataformas foram responsáveis por 670 mil toneladas de CO₂ reinjetadas nos reservatórios em 2015, evitando sua emissão para a atmosfera.

Energias renováveis

Dedicamos R\$ 44,4 milhões em pesquisa e desenvolvimento para a produção de energia renovável, uma diminuição de 49,8% em relação a 2014. Destacamos os biocombustíveis, que respondem por mais de 60% do total investido.

Investimento em pesquisas de energias renováveis

Tipo Energia	R\$ milhões
Biocombustíveis avançados	18,5
Biocombustíveis de primeira geração	9,7
Energia de resíduos ¹	6,8
Solar	6,8
Eólica	2,6
Total	44,4

¹ - Resíduos sólidos urbanos, resíduos de naturezas diversas de unidade Petrobras isolada (Urucu) e vinhaça (subproduto do processo de produção de etanol).

Produtos e serviços

Desenvolvemos produtos para atender as variadas necessidades de nossos consumidores finais e de clientes, como os mercados rodoviário, agropecuário, industrial, aéreo, aquaviário, ferroviário e termelétrico. Temos participação em empresas responsáveis pela produção de produtos

petroquímicos básicos (eteno, propeno, benzeno etc.) e também de matérias-primas para as indústrias de segunda geração fabricarem outros produtos (plásticos, borracha etc.) utilizados pelas indústrias de ponta na elaboração de artigos para o consumo público (embalagens, pneus, etc.).

Também oferecemos serviços automotivos, como lubrificação; e de relacionamento, como programas de fidelidade e lojas de conveniência.

Nossos principais produtos são o diesel, a gasolina automotiva, o gás natural, o gás liquefeito de petróleo (GLP) e a nafta, matéria-prima da indústria petroquímica derivada do petróleo. Esses cinco produtos responderam juntos, em 2015, por 2,3 milhões de barris por dia, ou o equivalente a 81,5% do nosso volume de vendas no mercado interno brasileiro.

A partir de outubro, começamos a comercializar, em nossas estações de serviço no Brasil, o Diesel Petrobras Grid, que possui aditivos que proporcionam maior limpeza do sistema de injeção dos motores. Além dos ganhos de eficiência e na manutenção dos veículos, verificamos e atestamos a qualidade do produto por meio do nosso Programa De Olho no Combustível e sua frota de laboratórios móveis para análises de combustíveis em campo.

Lançamos, também, o Lubrax Unitractor Premium, lubrificante para tratores de alto desempenho e veículos pesados.

Para avaliar a satisfação com os serviços prestados nas unidades de Lubrax+, realizamos, em setembro e outubro de 2015, uma pesquisa com 1.658 usuários, dos quais 84% concederam pontuação “nove” ou “dez” (que equivale a estar “totalmente satisfeito”). Quando considerado o total de avaliações a partir da nota “seis”, o percentual chega a 99% dos entrevistados.



Linha de produção da Fábrica de Lubrificantes da Petrobras Distribuidora.

Qualidade dos produtos e minimização de impactos

Para minimizar o impacto ambiental gerado pelo consumo de nossos produtos, buscamos desenvolver soluções tecnológicas cada vez mais eficientes, como no caso do Add Cleaner Petrobras, óleo combustível usado para geração de energia térmica em fornos e caldeiras e que possui aditivo redutor de emissões de materiais particulados. Desenvolvido para os veículos movidos a óleo diesel e produzidos com a nova tecnologia de redução catalítica seletiva, o Flua Petrobras é um agente líquido que reduz emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em até 98%.

Nosso produto GLP e suas variações de composição são comercializados em embalagens retornáveis (botijões e cilindros) ou na modalidade granel. Os recipientes possuem lacre de inviolabilidade da válvula de fluxo e seus rótulos apresentam dados de segurança e utilização do produto, assim como a data em que foi envasilhado e o nome da unidade operacional ou empresa responsável.

Com vida útil média acima de 18 anos, os botijões comercializados no Brasil são produzidos principalmente de aço. Em 2015, requalificamos cerca de 2,4 milhões deles, com a recuperação ou substituição de suas válvulas, e enviamos 144,7 mil para sucateamento/inutilização. Ao longo do ano, reduzimos o consumo de tinta na pintura dos botijões em 11,2%, em relação ao ano anterior, o que gerou redução na emissão de aproximadamente 115 toneladas de compostos orgânicos voláteis.

Regulações e rotulagens

Avaliamos nossos produtos e, para cada um deles, detalhamos suas características nas fichas de informação de segurança de produto químico, disponibilizadas para consulta no website da Petrobras Distribuidora. Além da composição e informações sobre os ingredientes, as fichas incluem medidas de primeiros socorros para diferentes tipos de contato, procedimentos para combate a incêndio e controle de derramamento, instruções sobre manuseio e armazenagem, efeitos no meio ambiente, entre outros dados.

Produtos como lubrificantes e fluidos de freio e suas devidas rotulagens seguem as instruções de normas e legislações. Entre os principais reguladores estão a ANP e o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Não vendemos produtos proibidos ou em desacordo com as normas regulamentadoras nem no mercado brasileiro nem em outros países. Os questionamentos que recebemos sobre os nossos produtos referem-se, geralmente, a pedidos de esclarecimentos de dúvidas técnicas. Um de nossos canais de comunicação, o Canal Cliente, é voltado para os nossos clientes diretos e também viabiliza o registro de reclamações e sugestões.

Recebemos três autuações com relação à rotulagem de produtos e serviços em razão do descumprimento de leis e regulamentos, totalizando cerca de R\$ 41,7 mil. Também não tivemos conhecimento de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente recebidas de partes externas e comprovadas pela organização ou de agências reguladoras.

Transporte

Investimos em projetos de aprimoramento de rotas, prevenção de acidentes e reestruturação de processos.

Realizamos inspeções veiculares como ações de manutenção preventiva, para mitigar danos ambientais e diminuir riscos. Fiscalizamos, junto aos clientes, o transporte de produtos perigosos em conformidade com as normas de SMS e exigências legais, quanto à documentação dos motoristas e acondicionamento adequado da carga.

Resultados e Contribuições para a Sociedade



Resultados econômico-financeiros

A desvalorização do preço do petróleo, a escalada das taxas de câmbio e a realização de *impairment* de ativos afetaram significativamente os nossos negócios em 2015 e nos fizeram registrar um prejuízo líquido de R\$ 34,8 bilhões, superando as perdas de R\$ 21,6 bilhões do ano anterior. O resultado se deve também ao aumento do risco Brasil pela perda do grau de investimento e pelas despesas com juros e perda cambial. Além disso, houve queda de 5% nas receitas e nos preços de exportação de petróleo e derivados.

Registramos prejuízo operacional de R\$ 12,4 bilhões, ou seja, R\$ 8,9 bilhões inferior ao do ano anterior.

Nossa despesa financeira líquida foi de R\$ 28 bilhões, uma despesa superior em R\$ 24,1 bilhões em relação a 2014. Esse fato deve-se a uma maior perda cambial, em função da depreciação do real em relação ao dólar e ao euro, e ao acréscimo nas despesas com juros, por conta do maior endividamento, da menor capitalização de juros e do reconhecimento de juros sobre despesa tributária.

A queda do preço médio do barril de petróleo Brent impactou negativamente o nosso resultado. Custava US\$ 98,99, em 2014, e passou a valer US\$ 52,46, em 2015.

O nosso lucro bruto aumentou 23% em relação ao ano anterior, em razão do aumento da produção e exportação de petróleo, das melhores margens de comercialização de derivados e dos menores gastos com participações governamentais e importações. Esses efeitos compensaram a redução da demanda por derivados no mercado interno e os menores preços das exportações, decorrentes do declínio nos preços do petróleo.

Apesar de registrarmos prejuízo, houve aumento de 25% no resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), com a geração de caixa operacional somando R\$ 73,9 bilhões devido aos maiores preços de diesel e gasolina, além da redução dos gastos com participações governamentais e importações de petróleo e derivados. Nosso fluxo de caixa livre foi positivo, com R\$ 15,6 bilhões, ante um fluxo negativo de R\$ 19,6 bilhões em 2014, favorecendo a redução do endividamento líquido. Desde 2007, não registrávamos fluxo de caixa livre positivo.

Nosso capital social, representado por ações ordinárias e preferenciais, é de R\$ 205,43 bilhões, dividido em 13.044.496.930 ações sem valor nominal (57,1% ordinárias e

42,9% preferenciais). No Brasil, nossas ações são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), em que as ordinárias têm o símbolo PETR3 e as preferenciais PETR4. A desvalorização do barril de petróleo também impactou na queda de nossas ações, que fecharam o ano cotadas a R\$ 8,57 e R\$ 6,70, respectivamente. Com esse resultado, nosso valor de mercado nessa data ficou em R\$ 101 bilhões (US\$ 25 bilhões).

Na Bolsa de Nova York (Nyse), onde são negociados os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), a queda chegou a 41% e 55%, respectivamente, impactada também pela desvalorização de 47% do real frente ao dólar. Em 31 de dezembro de 2015, a cotação da PBR fechou em US\$ 4,30 e a da PBR/A, em US\$ 3,40.

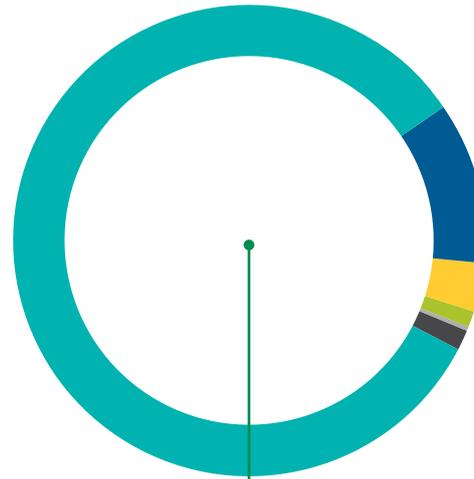
Lucro (prejuízo) líquido consolidado

	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro ou prejuízo (R\$ milhões)	33.313	21.182	23.570	(21.587)	(34.836)
Lucro ou prejuízo por ação (R\$ / ação)	2,55	1,62	1,81	(1,65)	(2,67)

a) São informados os lucros líquidos atribuíveis aos nossos acionistas.

b) Os valores entre parênteses são negativos e referem-se a prejuízos.

*Exploração e
Produção*
**R\$ 63.321
milhões (83%)**



Abastecimento
R\$ 8.390 milhões (11%)

Gás e Energia

R\$ 2.581 milhões (3,4%)

Distribuição

R\$ 853 milhões (1,1%)

Biocombustível

R\$ 152 milhões (0,2%)

Corporativo

R\$ 1.018 milhões (1,3%)

Desinvestimento e vendas de ativos

Focados em nossa recuperação, criamos um plano de venda de ativos e reduzimos em 24,5% o plano de investimentos para o período 2015-2019, para US\$ 98,4 bilhões. Nosso plano de desinvestimento chegará a US\$ 15,1 bilhões até o final de 2016.

Devolvemos à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) alguns campos de exploração, principalmente por terem se revelado economicamente inviáveis. Alienamos a totalidade dos ativos da Petrobras Argentina (PESA) na Bacia Austral e vendemos a participação de 49% da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro).

US\$ 15,1 bilhões

Valor que o plano de desinvestimento atingirá até o final de 2016.

Investimentos Realizados

Nossos investimentos somaram R\$ 76,3 bilhões, cifra 12% inferior a de 2014. Essa redução reflete a adequação da carteira de investimentos estabelecida no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019. O segmento de Exploração e Produção concentrou 83% dos recursos e focou em projetos de aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás, especialmente no pré-sal.

Do valor adicionado distribuído de R\$ 169,9 bilhões, destinamos 65% ao pagamento de tributos, incluindo as participações governamentais. Foram R\$ 109,7 bilhões de tributos pagos, divididos entre tributos federais (R\$ 50,2 bilhões), estaduais (R\$ 51,8 bilhões), municipais (R\$ 725 milhões) e de tributos pagos no exterior (R\$ 6,8 bilhões).

Destinamos R\$ 65,5 bilhões a instituições financeiras e fornecedores e R\$ 29,7 bilhões aos custos de pessoal e administradores, incluindo remuneração direta, salários e benefícios.

Endividamento

Nosso endividamento líquido, ao final de 2015, em dólares, diminuiu 5% em relação ao final de 2014, totalizando US\$ 100,4 bilhões. No entanto, se convertido em reais, passa a registrar um aumento de 39%, em decorrência da depreciação cambial de 47% sobre financiamentos. O prazo médio de vencimento da dívida aumentou de 6,1 anos para 7,14.

Em 2015, captamos R\$ 56,2 bilhões, com destaque para os acordos de cooperação assinados com o Banco de Desenvolvimento da China, no valor de US\$ 5 bilhões, e a emissão de títulos com vencimento de 100 anos (US\$ 2 bilhões), além de créditos bilaterais com bancos brasileiros.

R\$ 76,3 bilhões

Valor total de investimentos realizados em 2015.

Gestão de fornecedores



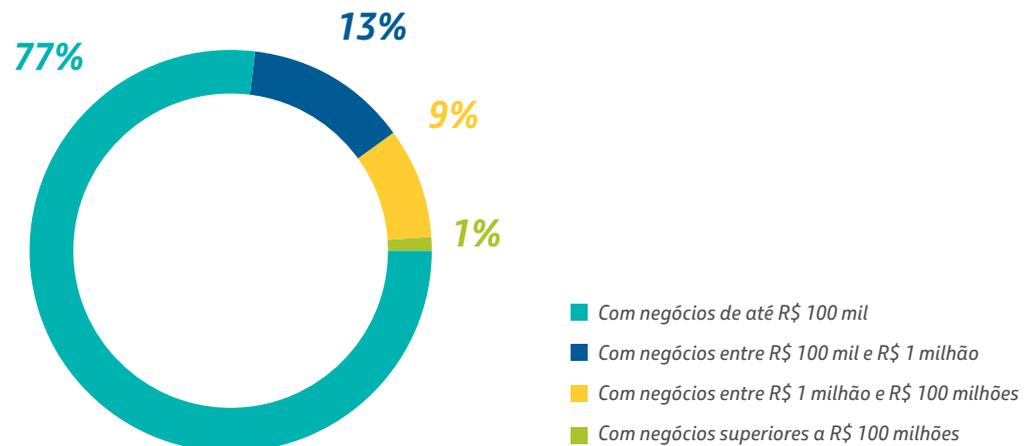
A cadeia de fornecedores do setor de óleo e gás é de complexo gerenciamento e envolve empresas de bens e serviços de diferentes tipos e portes. Constantemente, buscamos melhorar nossa gestão, aprimorando novas políticas, processos e mecanismos de controle. As informações apresentadas neste capítulo referem-se à base de dados da Petrobras e de nossas subsidiárias Petrobras Distribuidora, Transpetro, Petrobras Biocombustível e Petrobras Bolívia.

Em 2015, formalizamos compromissos com cerca de 28 mil fornecedores, por meio de aproximadamente 10 mil novos contratos e 340 mil novos pedidos avulsos, o que totalizou cerca de R\$ 140 bilhões em transações.

Apesar de negociar com empresas nacionais e estrangeiras, priorizamos fornecedores locais, uma vez que os compromissos formalizados no Brasil representaram 69% do valor total.

Como forma de promoção do desenvolvimento das regiões em que atuamos, 40% do valor total dos compromissos para a aquisição de bens e serviços ocorreu junto a fornecedores locais, equivalente a 50% do número total nas empresas Petrobras, Transpetro e Petrobras Biocombustível. No período, a Petrobras Bolívia firmou contratos com 582 fornecedores de bens e serviços, sendo 67% do valor total com fornecedores locais, que representam 95% do número de compromissos. São consideradas compras locais as aquisições realizadas de fornecedores situados no estado da unidade operacional e, no caso da Bolívia, fornecedores legalmente constituídos no país, incluindo distribuidores e representantes, por não existirem no país fabricantes dos principais materiais utilizados nas operações.

PERFIL DAS CONTRATAÇÕES



a) Refere-se aos percentuais em relação ao volume total contratado.

b) Do valor total contratado no ano, a Petrobras responde por 70,8%, seguida pela Petrobras Distribuidora (26,8%), Transpetro (1,8%), Petrobras Bolívia (0,5%) e Petrobras Biocombustível (0,1%).

Exigências aos fornecedores

Em nosso Código de Ética, afirmamos o nosso compromisso de selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços com base em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, além de exigir deles um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental. Devem ser recusados atos de concorrência desleal, trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, além de outras ações contrárias aos nossos princípios éticos, inclusive na cadeia produtiva dos nossos fornecedores.

Para ingressar no Cadastro da Petrobras, o fornecedor passa por uma avaliação nos requisitos legal, econômico, técnico, gerencial e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

Os critérios de avaliação variam de acordo com a criticidade dos itens de fornecimento e o tipo de fornecedor. Nossa Matriz de Risco de SMS e Categorização de Escopo contribui para a adequada aplicação de regras para cada tipo de serviço e condiciona a contratação ao atendimento dos requisitos mínimos e recomendados da categoria de risco do serviço. Também implica em padrões contratuais e de avaliação mais rígidos.

A Matriz de SMS relaciona a gravidade e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados a seis temas: saúde e segurança da comunidade; segurança da força de trabalho;

saúde da força de trabalho; meio ambiente; impacto legal; e atenção com a imagem da empresa. A componente ambiental destaca derramamento de líquidos, emissões gasosas e resíduos sólidos.

Em 2015, o procedimento foi usado em 4,4 mil contratos de serviços, dos quais cerca de 21% foram classificados nos dois quadrantes mais altos de risco. O valor contratado referente a esses compromissos foi de R\$ 31 bilhões (30% do total). Estes dados não contemplam a Petrobras Bolívia e a Petrobras Distribuidora, que utilizam a ferramenta de quadrante de SMS, mas não de forma sistematizada.

Impactos significativos identificados na cadeia de fornecimento		Fornecedores impedidos de contratar
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ● Vazamentos de óleo e derivados, devido à falha de produto ou procedimentos operacionais inadequados. ● Incêndios, explosões e danos nas instalações, devido à falha de produto ou procedimentos operacionais inadequados. ● Descarte inadequado dos resíduos por procedimentos operacionais inadequados. 	2
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Indiciamento da companhia, devido ao uso de trabalho forçado ou compulsório por parte do fornecedor. ● Ambiente de trabalho inadequado devido a práticas discriminatórias. 	0
Trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"> ● Acidentes de trabalho, devido à falha de produto ou procedimentos operacionais inadequados. ● Indiciamento da companhia, devido ao inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte do fornecedor. ● Indiciamento da companhia, devido à falta de condições mínimas de higiene disponibilizadas aos trabalhadores. ● Não cumprimento dos prazos de pagamento das obrigações sociais aos trabalhadores (salários, contribuições para seguros sociais de saúde e fundos de pensão, subsídio de lactação). 	15
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ● Dificuldade operacional local devido à falta de integração do fornecedor com as comunidades de entorno; ● Impacto negativo nos negócios, devido a condutas ilegais do fornecedor. 	6

a) Os impactos foram identificados a partir de registros e/ou manifestações por meio de comunicados de ocorrência de divergência, sanções, lista de empresas impedidas de contratar, Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação.

Melhorias na gestão de fornecedores

O relacionamento com terceiros pode representar oportunidades de negócios alinhadas aos nossos objetivos estratégicos e operacionais, porém também pode resultar em risco de descumprimento das legislações, inclusive de combate à corrupção, gerando possíveis danos financeiros ou à nossa imagem e reputação e, por essa razão, todo o processo de relacionamento com fornecedores passa por revisão.

Dentro deste contexto, está em implantação o Programa de Melhorias na Gestão da Base de Fornecedores (PGBF) da Petrobras que tem como principal objetivo aprimorar o cadastro de fornecedores e processos de suprimento correlatos às necessidades da companhia, elevando o patamar de qualidade dos processos de qualificação, seleção e avaliação de desempenho dos fornecedores, de acordo com as necessidades identificadas na companhia e *benchmark* realizado com as principais empresas de óleo e gás mundiais.

Cabe ressaltar que o Cadastro de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras é uma exigência do Decreto Lei 2.745/1998, estando o mesmo disponível permanentemente para qualquer empresa interessada em fornecer bens e serviços para a Petrobras.

O PGBF apresenta melhorias estruturantes e operacionais. Dentre as melhorias estruturantes, destacamos a segmentação das categorias de bens e serviços conforme a sua relevância e a proposta de implementação de uma gestão integrada de suprimentos e concentrada em categorias de alta relevância. Dentre as melhorias operacionais, destaca-se a revisão das estruturas das famílias do cadastro (itens de fornecimento) e seus requisitos de qualificação. Até a presente data, foram mais de 1.200 famílias revisadas.

Será implementado, no segundo semestre de 2016, um procedimento de seleção de fornecedores para licitações na modalidade de convite. O procedimento de seleção em

construção toma como base os fornecedores previamente cadastrados e possui um rigoroso critério de seleção com base em indicadores registrados no próprio cadastro: avaliação de SMS, desempenho em contratos anteriores, grau de risco de integridade com relação a fraude e/ou corrupção e grau de risco financeiro com base na probabilidade de inadimplência de fornecedores.

A fim de mitigar riscos de fraude e corrupção realizamos o processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI). Para se cadastrar, as empresas devem prestar informações detalhadas sobre o seu perfil, estrutura de negócios, histórico, relacionamento com terceiros e mecanismos de conformidade.

A DDI é iniciada a partir da coleta de informações relacionadas à idoneidade da empresa e dos integrantes do seu quadro societário, obtidas por meio de declarações da contraparte e/ou de outras fontes confiáveis, com a possível extensão dos procedimentos de *Due Diligence*, proporcionalmente aos riscos identificados. Os resultados são documentados e utilizados pelos nossos gestores para a tomada de decisão sobre o início do relacionamento comercial e para a definição do nível de monitoramento dos riscos potenciais de fraude e corrupção identificados.

Cerca de 28 mil fornecedores que tiveram novos compromissos formalizados, foram orientados sobre as nossas políticas e procedimentos de combate à corrupção. Além disso, nosso contrato padrão de fornecimento de bens e serviços possui cláusulas relativas à obediência à legislação anticorrupção.

As nossas contratações de obras, serviços, compras e alienações são regidas pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado, aprovado pelo Decreto nº 2.745/98 e pelo Manual da Petrobras para Contratação (MPC). Esse processo está fundamentado em critérios legais, técnicos, de qualidade e de custo.

Revisamos o MPC e incluímos a necessidade de fornecedores respeitarem o disposto no nosso Guia de Conduta, Código de Ética e Política de Responsabilidade Social. O manual prevê consequências para as empresas contratadas que pratiquem atos ilícitos, que incluem sanções de advertência, multas, suspensões e proibições de participação em processos licitatórios.

Na ocorrência de fatos passíveis de sanção, nomeamos uma Comissão para Análise de Aplicação de Sanções (Caase) para apuração. Ao longo do ano, 238 processos administrativos foram analisados pela Caase, com temas relacionados a suspeitas de fraudes, descumprimento contratual, danos ambientais, entre outras não conformidades apresentadas por fornecedores. Em 2015, estavam vigentes sanções aplicadas a 123 empresas e 44 foram incluídas na lista de empresas impedidas de contratar.

Iniciamos a implementação do Projeto de Responsabilidade Social para Projetos de Investimentos, que atuará em todas as fases dos empreendimentos e é composto por orientações relacionadas à integração de responsabilidade social na cadeia de fornecedores. O documento prevê uma gestão detalhada e com alto nível de controle dos aspectos de responsabilidade social nas contratações.

44

Número de fornecedores incluídos na lista de empresas impedidas de contratar em função de não conformidades.



Navio de produção FPSO Cidade de Maricá operando no campo de Lula Alto na Baía de Santos

Crítérios para contratação

No ato do cadastramento, por meio do Termo de Responsabilidade Social, cada fornecedor declara que não se envolve em práticas de trabalho forçado e infantil, além de coibir quaisquer práticas de discriminação por raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, associação sindical ou política. Cláusulas de responsabilidade social também constam em nossos documentos contratuais, estendendo o veto ao trabalho escravo para a cadeia de bens e serviços.

Entre os procedimentos utilizados por nossos fiscais para controlar e avaliar os fornecedores, destacam-se:

- Fiscalização no local de execução dos contratos.
- Análise anual das evidências documentais e termos autodeclaratórios.
- Boletim de Avaliação de Desempenho, que avalia o fornecedor durante a prestação de serviço.
- Relatório Diário de Obra, em que são notificadas todas as não conformidades e melhorias necessárias.
- Inspeção de produção de bens de maior complexidade que requerem qualificação técnica, para mitigação de possíveis riscos de falhas de equipamentos.
- Apoio à equipe de contratação e de SMS na definição do quadrante de risco para cada tipo de fornecimento.

Os fornecedores estão sujeitos ao registro do Comunicado de Ocorrência de Divergência (COD), quando identificadas não conformidades nos bens e nas execuções dos serviços. Após o cadastramento do COD no sistema, o fornecedor se torna obrigado a realizar um plano de melhoria da divergência apontada. No caso da identificação de impactos reais considerados de alta gravidade e quando não há o cumprimento do plano de melhoria, o fornecedor pode ficar impedido de contratar conosco por tempo determinado. Nesse caso, ele passa a ser incluído na lista de empresas impedidas de contratar, que disponibilizamos em nosso website.

Percentual de novos fornecedores contratados e avaliados com base em critérios específicos

Crítérios utilizados na contratação	2013	2014	2015
Ambientais	60%	61%	66%
Práticas trabalhistas	100%	100%	100%
Direitos humanos	60%	61%	66%
Impactos na sociedade	60%	61%	66%
Total de novos fornecedores	18,3 mil	18,5 mil	21 mil

a) Não inclui dados da Petrobras Distribuidora.

b) Os valores de 2013 referem-se apenas à Petrobras e à Petrobras Biocombustível.

c) Todos os nossos fornecedores são contratados com a utilização de critérios de práticas trabalhistas, dado que todos os documentos legais neste sentido são exigidos. Com relação a critérios ambientais, de direitos humanos e de impactos na sociedade, o percentual é diferente por considerar outros fatores, como, por exemplo, a criticidade do objeto contratual.

Direitos humanos na cadeia de negócios

O levantamento e a análise de riscos são feitos por empreendimento e ainda em fase de obra. Do total de empreendimentos em curso, registramos 18 dessas análises ativas. Os principais riscos relacionados a direitos humanos, práticas trabalhistas e impactos na sociedade identificados foram: exploração sexual de crianças e adolescentes; greve, manifestações e/ou paralisações; assédio moral e/ou sexual; falta ou lacunas de infraestrutura de hospedagem/ alojamento; e acidentes provocados pelo trânsito (colisões, atropelamentos, direção perigosa, danos à infraestrutura) decorrentes da movimentação de pessoas e cargas em função das obras.

Para evitar a ocorrência de trabalho infantil, forçado ou degradante em nossas operações, mantemos a fiscalização e o controle, com imposições contratuais, assinatura de termo de compromisso de responsabilidade social e cobrança de evidências trabalhistas, principalmente em atividades e fornecedores mais sensíveis da nossa cadeia de negócios.

Durante o cultivo de oleaginosas, base para a produção de biocombustíveis, identificamos riscos de ocorrência de trabalho infantil envolvendo fornecedores provenientes da agricultura familiar. Os contratos de fornecimentos de matéria prima incluem cláusula específica que proíbe a utilização de mão de obra infantil.

Observamos a legislação dos países onde operamos e desenvolvemos algumas ações para incentivar o desenvolvimento de boas práticas de relações trabalhistas e, por extensão, de respeito aos direitos humanos. Na Petrobras Argentina, realizamos auditorias em empresas de transporte para assegurar o cumprimento das normas relativas a horas de

trabalho e descanso dos motoristas e verificamos as viagens realizadas e as condições dos profissionais, segundo normas de condução e descanso. Na Petrobras Bolívia, realizamos palestras informativas sobre os direitos dos trabalhadores e diálogos de SMS, além do Programa Hable, também disponível aos empregados de empresas prestadoras de serviço para a comunicação direta à alta gerência de sugestões, reclamações e consultas sobre aspectos relativos a práticas de trabalho e cumprimento das leis aplicáveis.

Patrocinamos a Caravana Siga Bem, maior mobilização de responsabilidade social itinerante das estradas brasileiras e da América Latina, em que duas frotas de caminhões promovem o empoderamento das mulheres e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com relação ao respeito aos direitos humanos por agentes de segurança, em alguns países os serviços contratados de empresas privadas não utilizam segurança armada. Já no Brasil, para poderem portar armas de fogo, os profissionais que fornecem o serviço recebem treinamento periódico e controle psicológico.

Não registramos risco de violação do direito de liberdade de associação e negociação coletiva nos serviços contratados.

Recebemos, na Ouvidoria-Geral, 63 denúncias relacionadas à categoria "direitos humanos", das quais 35 envolveram nossa cadeia de fornecedores. Do total, 29 foram arquivadas, sete encerradas e 27 permanecem em tratamento. Apenas uma das encerradas apresentou-se procedente. Não recebemos nenhuma denúncia de exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil ou de trabalho em condições análogas à escravidão.

Desenvolvimento de fornecedores

Desenvolvemos diversos programas em conjunto com outras instituições para fomento à indústria local. Identificamos como potenciais benefícios gerados por essas ações o crescimento de parques fabris, o aumento do valor agregado do que é produzido no Brasil, investimentos em infraestrutura e tecnologia, arrecadação de impostos, elevação dos níveis de emprego e renda, aumento das exportações e diminuição das importações.

Capacitamos cerca de 100 mil profissionais pelo Programa Nacional de Qualificação Profissional e realizamos projetos de ampliação ou instalação de novas unidades industriais no Brasil.

Capacitamos cerca de 100 mil profissionais pelo Programa Nacional de Qualificação Profissional.

Além disso, o Programa Progredir viabiliza empréstimos a pequenos e médios fornecedores com base nos contratos firmados com nossas empresas. Obtiveram êxito 73% dos fornecedores que buscaram financiamentos. Outra modalidade de crédito são os fundos de investimento em direitos creditórios, instrumentos do mercado de capitais pelos quais são adiantados recursos a empresas que tenham contrato conosco.

Desenvolvimento local e impactos nas comunidades



Em consonância com o respeito aos direitos humanos e às legislações vigentes, desenvolvemos ações de relacionamento comunitário, de modo a evitar ou minimizar impactos das nossas atividades e contribuir para o desenvolvimento local. Esse compromisso está expresso em nosso Código de Ética, em um capítulo exclusivo sobre as formas como se dão as nossas relações com as comunidades do entorno dos nossos empreendimentos, incluindo a prevenção, o monitoramento, a avaliação e o controle dos impactos causados pela nossa atuação.

Consideramos que o relacionamento baseado no respeito aos direitos das comunidades é essencial para o desenvolvimento dos negócios e contribui para viabilizar as nossas atividades e operações. Mantemos canais de diálogo permanentes e fomentamos o desenvolvimento de parcerias, de forma a alcançar o entendimento e a compreensão dos papéis e atribuições dos diferentes atores sociais, o fortalecimento de vínculos, a atuação em rede e a geração de benefícios mútuos.

Definimos as áreas de abrangência a partir da ocorrência de interações diretas ou indiretas de nossas atividades, considerando o contexto, localização, arranjo territorial, distribuição populacional e a dinâmica social existente no entorno. Muitas reclamações que recebemos relacionam-se a empreendimentos e instalações localizados próximos a comunidades, o que inclui as atividades que requerem acesso a áreas residenciais.

Identificamos impactos positivos decorrentes da presença de nossas operações próximas a comunidades, como o aumento das arrecadações tributárias e de royalties, aumento do faturamento de empresas locais por conta da demanda por bens e serviços, qualificação de mão de

obra, criação de novos postos de trabalho e dinamização da economia local. No entanto, algumas demandas das comunidades estão relacionadas a efeitos negativos, causados direta ou indiretamente por nossas atividades, como conflitos pelo uso do espaço marítimo, o crescimento demográfico acelerado e a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a interferência no uso, ocupação e valor do solo, além da pressão sobre a infraestrutura de serviços públicos e de impactos como transformações e modificações do espaço urbano.

Registramos reclamações de moradores do município de Araçás, na Bahia, cujas residências foram afetadas pelas nossas operações de sonda em poços. Realizamos 44 remoções temporárias e duas definitivas. Dessas remoções temporárias, apenas uma não havia retornado ao seu imóvel, por estar mais próximo dos ruídos das operações. O retorno é previsto para meados de 2016.

Em Sergipe, comunidades do município de São Cristóvão interditaram uma estrada que dá acesso às nossas instalações para solicitar sua pavimentação. Quando determinada judicialmente sua desocupação, houve confronto entre os moradores e a polícia local, o que resultou em depredação de patrimônio. Apesar de ser responsabilidade da prefeitura municipal, periodicamente realizamos melhorias na via, com passagem de máquina de rolo compactador para terraplenagem e uso de carro pipa para minimizar os efeitos da poeira.

Levantamos as necessidades das comunidades durante fóruns comunitários e audiências públicas e por meio de diversos canais de manifestação, como o Fale Conosco, Telefone Verde da Transpetro, Serviço de Atendimento ao Cliente Petrobras e a Ouvidoria-Geral.

Povos indígenas e comunidades tradicionais

No relacionamento desenvolvido com povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, seguimos procedimentos de gestão compatíveis com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, as instruções normativas da Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Também nos balizamos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que protege os direitos e garante o respeito à integridade destas comunidades.

Por conta de eventuais impactos nas condições culturais e sociais de povos tradicionais, como indígenas e pescadores, antes de iniciar nossas atividades, buscamos orientações formais de órgãos licenciadores e da Funai no Brasil.

Uma das condicionantes da licença de instalação da Refinaria Premium II, no Ceará, previa a criação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés, em Caucaia, além da realocação da comunidade. Entretanto, o projeto da refinaria foi descontinuado. Apesar de não termos registrado nenhuma reclamação direta dessas comunidades, o Ministério Público do Estado do Ceará encaminhou uma demanda da comunidade Anacés devido à paralisação das obras de implantação da reserva indígena por falta de pagamento do Estado do Ceará à empreiteira contratada.

Honramos com todos os nossos compromissos no projeto da reserva durante a vigência do convênio celebrado com o governo local, porém o prazo expirou sem que ele pudesse concluir as obras ou apresentar um plano de trabalho consistente que permitisse o aditamento do convênio. O Estado do Ceará assumiu, em documento público, que o projeto independia de nossa participação.

Fora do Brasil, registramos onze conflitos com as comunidades localizadas na área de influência do bloco San Alberto, na Bolívia, relacionados ao descumprimento de obrigações trabalhistas e sociais por parte de empresas contratadas. Entre as principais medidas adotadas, realizamos a fiscalização do contrato, além de reuniões mensais de relacionamento com as comunidades, em que analisamos o status do cumprimento das obrigações sociais. Todas as negociações foram mediadas com o objetivo de estabelecer acordos.

Na Colômbia, desenvolvemos um projeto de restauração ecológica de ecossistemas costeiros sensíveis e estratégicos com a participação da população indígena Wayuu. A ação permite a utilização de espécies de manguezal como protetoras de praias nas zonas costeiras de Guajira, em Musichi e no santuário Los Flamencos, com o apoio de cartilhas sobre esses ecossistemas na língua nativa dos indígenas.

Programa Petrobras Agenda 21

Continuamos a elaborar planos de ações participativas com base em diagnósticos comunitários, identificados por meio da metodologia Agenda 21. Durante o ano, focamos no fortalecimento dos fóruns de agendas 21, por meio da revisão dos planos de desenvolvimento sustentável comunitário criados em 193 comunidades vizinhas às nossas unidades de operações.

Para apoiar a execução desses planos de ação, iniciamos em maio uma série de oficinas de gestão social que contaram com 2.422 alunos em todo o país. Os participantes tiveram a oportunidade de aprender sobre produção textual, focada na elaboração de ofícios para os órgãos responsáveis solicitando a solução de problemas levantados durante as reuniões dos fóruns, aulas de empreendedorismo social, cooperativismo e economia solidária, visando a promoção de novos negócios locais e a identificação de oportunidades

para aprimorar os planos de desenvolvimento sustentável comunitário existentes. Também foram realizadas atividades para a elaboração de projetos sociais consistentes que possam ser submetidos a diferentes editais do poder público ou de instituições privadas.

O PPA21 incentivou o levantamento de potenciais parcerias e das políticas públicas federais, estaduais e municipais existentes e suas interfaces com as ações previstas nos planos locais, além de promover ações de capacitação para a criação de empresas, dando subsídios às comunidades para a formalização de associações de moradores, cooperativas, ONGs e outras iniciativas. Hoje, o programa conta com 145 fóruns ativos e 17.346 participantes diretamente envolvidos.

Engajamento e mensuração dos impactos

Entre as principais avaliações de impactos ao longo de 2015, destacam-se as ações de controle de emissões atmosféricas, programas de avaliações internas de segurança, meio ambiente e saúde, gerenciamento de impactos ambientais e a avaliação de risco. Investimos no engajamento e na mensuração de impacto em comunidades do entorno de nossas unidades. Um exemplo é o investimento de aproximadamente R\$ 4,6 milhões em convênios e patrocínios desenvolvidos em nossa faixa de gasodutos em todo o Brasil. Realizamos ações de educação ambiental, diagnósticos e demais elementos que compõem os estudos de componente indígena, em parceria com escolas públicas, nas comunidades do entorno do gasoduto Cacimbas-Vitória, com 130 quilômetros de extensão. Essas ações são realizadas bianualmente e a próxima é prevista para 2016.

O processo para licenciamento da locação de um poço exploratório na Bacia do Amazonas contemplou o levantamento da população na área de influência e sua condição socioeconômica. Realizamos a identificação de impactos, tais como o aumento do fluxo de veículos

e máquinas pesadas, a maior pressão sobre os serviços de infraestrutura básica (saúde, segurança pública e gerenciamento de resíduos sólidos), a maior exposição de pessoas a ruídos e vibrações e o aumento do risco de acidentes devido à operação de máquinas ou ao contato com animais peçonhentos. Em resposta a esse diagnóstico, investimos em infraestrutura e em programas de gestão e supervisão ambiental e de monitoramento dos impactos diretos e indiretos do empreendimento, além de ações de prevenção, controle e recuperação de áreas degradadas.

R\$ 4,6 milhões

Investimento aproximado em convênios e patrocínios desenvolvidos em nossa faixa de gasodutos em todo o Brasil.

Investimento social



Além de promover o crescimento econômico por meio de nossas atividades, realizamos investimentos sociais para contribuir com o desenvolvimento sustentável no Brasil e nos países onde atuamos. Por isso, investimos R\$ 496 milhões em 1.512 projetos socioambientais, culturais e esportivos. Também promovemos capacitações, diagnósticos e avaliações que colaboraram para a estruturação de projetos, o fortalecimento das organizações socioambientais, a articulação de redes e a construção de novas parcerias.



Atividade de educação ambiental com crianças realizada pelo Projeto Caranguejo UÇÁ que integra o Programa Petrobras Socioambiental.

INVESTIMENTO EM PROJETOS

Quantidade		Valor (R\$ milhões)	
933	Socioambientais	271	
517	Culturais	139	
62	Esportivos	86	
1.512	Total	496	

a) A partir de 2015, passamos a utilizar a categoria “projetos socioambientais”, que reúne os valores destinados ao apoio a projetos sociais, ambientais e de esporte educacional. Esse último tipo era contabilizado até 2014 na linha de projetos esportivos.

b) Inclui todos os projetos vigentes, ou seja, aqueles contratados em 2015 e os demais que iniciaram no período anterior e cuja continuidade se deu no decorrer do ano.

Programa Petrobras Socioambiental

Entendemos que as dimensões social e ambiental devem ser trabalhadas de forma integrada. Por esse motivo, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, articulamos uma rede de iniciativas que contribui com o nosso compromisso de integrar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Um exemplo de projeto que apoiamos é o “Peixe na Mesa, Planta na Mata”, que apresenta tecnologias agroecológicas para moradores de comunidade quilombola em São Mateus (ES). A iniciativa, que já recebeu certificado de tecnologia social, também promove a piscicultura sustentável de espécies nativas e a utilização de painéis solares. Segundo coordenadores do projeto, o nosso apoio permitiu a capacitação das comunidades para o desenvolvimento de atividades que resultam em inclusão social, cidadania, ganho financeiro e benefício ao meio ambiente. Outro destaque é o incentivo à permanência do cidadão no seu meio tradicional quilombola, reduzindo os riscos de êxodo rural.

Estimulamos, também, a formação de redes de aprendizagem, para a troca de conhecimento e a disseminação de tecnologias sociais, a exemplo do Projeto Gereleite, que dobrou a produção de leite no município de Itaquiraí (MT). A ação consistiu em dividir a área produtiva de um hectare (o equivalente a um campo de futebol) em pelo menos cinco áreas menores e praticar o cultivo rotativo de diferentes tipos de vegetais. Os animais se alimentam desse pasto durante um mês e depois vão para outra área previamente demarcada. A metodologia traz três importantes vantagens: dobra a produção, preserva áreas e desenvolve a economia local. Para aprender sobre a prática, os agricultores familiares passaram por capacitação e participaram de visitas e de debates, o que proporcionou a multiplicação do aprendizado em relação à utilização de sistemas sustentáveis e aproveitamento de recursos.

Lançamos a Rede Socioambiental, plataforma digital para promover o diálogo e a troca de conhecimento entre integrantes dos projetos do Programa Socioambiental de várias regiões do Brasil e a força de trabalho que atua na função Responsabilidade Social.

Projetos culturais

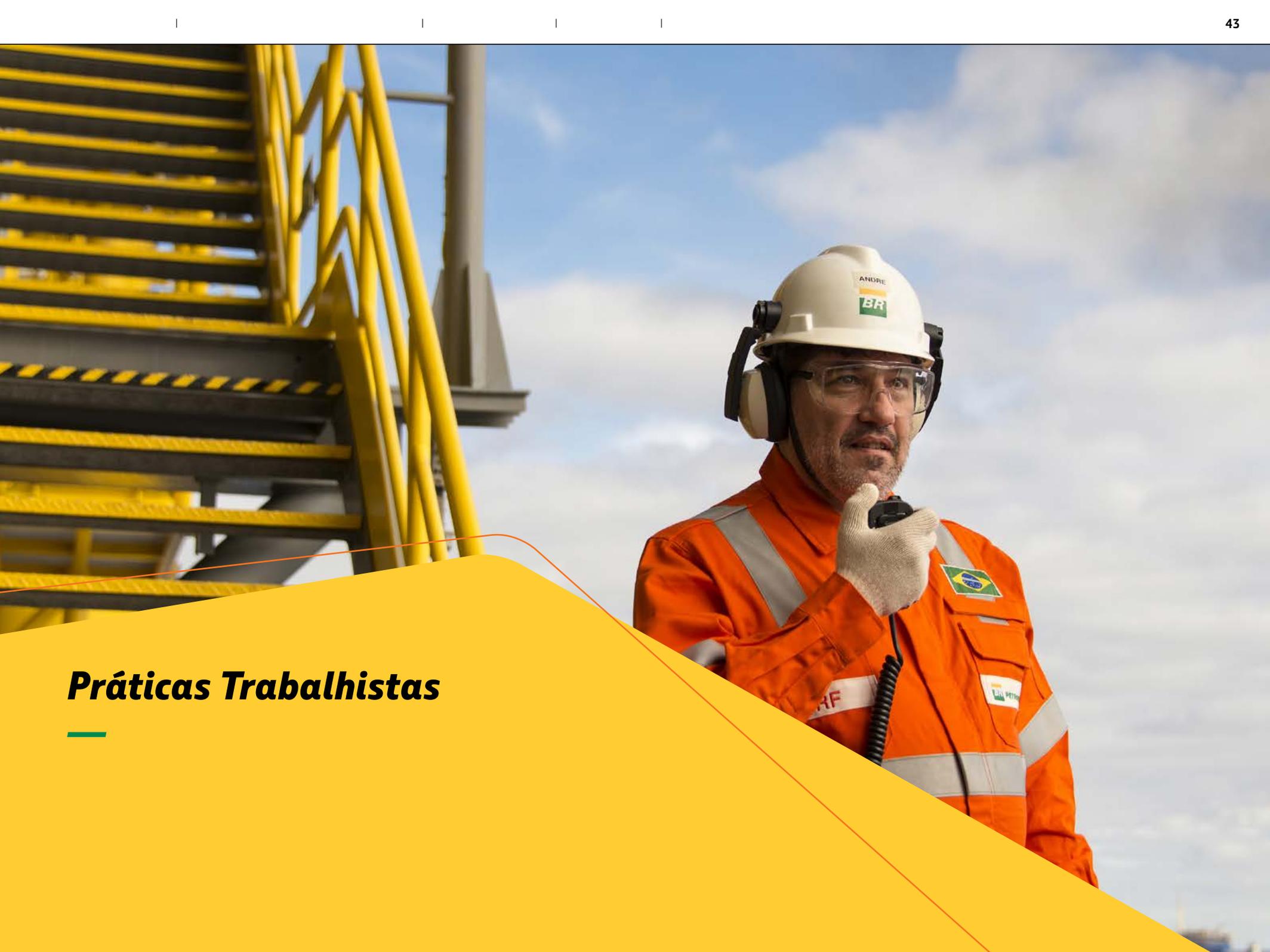
Por meio do Programa Petrobras Cultural, apoiamos projetos que abordam a cultura brasileira em suas mais diversas manifestações, abrangendo sua criação, produção, difusão, preservação e assimilação. Consideramos também o acesso democrático aos bens culturais e a formação de novas plateias e de cidadãos críticos e conscientes. Articulado com as políticas públicas para o setor e focado na afirmação da identidade brasileira, nosso programa busca contribuir para a ampliação das oportunidades de criação, circulação e fruição dos bens culturais e para a permanente construção da memória cultural.

Uma das iniciativas que integram a carteira do programa é o Grupo Corpo, consagrado como uma das mais importantes companhias de dança contemporânea do Brasil. O grupo, que conta com o nosso patrocínio oficial há 15 anos, mantém uma estrutura que envolve ainda uma escola de dança, oficinas de arte e cursos profissionalizantes para jovens, além de um complexo cultural que abriga um galpão voltado para o desenvolvimento e a exposição ou instalação de trabalhos de artes plásticas.

Patrocínio Esportivo

Apoiamos o esporte, patrocinando modalidades olímpicas e competições de esporte motor, onde podemos testar e aprimorar nossos produtos. Definimos como Time Petrobras um grupo de atletas de diferentes modalidades, incluindo duas paralímpicas, composto por nomes consagrados e por jovens com chances de ganhar medalhas em eventos esportivos internacionais. Além disso demos continuidade ao apoio às confederações brasileiras de boxe, esgrima, judô, levantamento de peso, remo e taekwondo. Investimos no treinamento dos atletas de alto rendimento, incentivando mais conquistas e resultados cada vez melhores para o esporte brasileiro em competições diversas.

Promovemos a cooperação tecnológica e o desenvolvimento do automobilismo brasileiro em patrocínios a eventos esportivos por meio do Programa Petrobras Esporte Motor. Apoiamos o automobilismo em todos os seus segmentos — protótipos, kart, turismo, caminhões, rally e fórmula — bem como o motociclismo, testando nossos produtos nas condições rigorosas das competições. Um exemplo disso é a nossa parceria técnica com a equipe Williams de Fórmula 1, principal categoria automobilística do mundo, e que exige os mais altos padrões de qualidade e eficiência.



Práticas Trabalhistas

Gestão de Pessoas

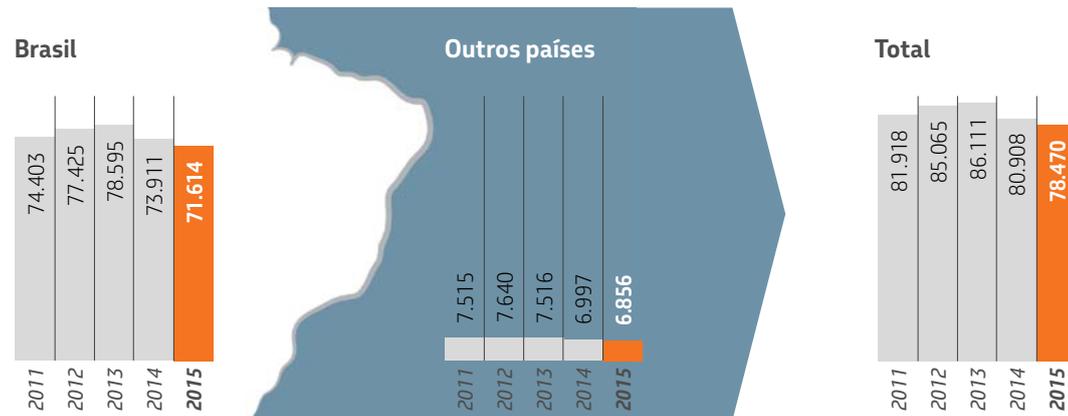


Nosso efetivo contou com 78.470 empregados em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de 3% em relação ao ano anterior, influenciado pelo nosso Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Atuam no Brasil 71.614 de nossos empregados (91,3% do total), dos quais a maioria trabalha na Região Sudeste (49.671 ou 69,4% do efetivo no país). A Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) é responsável por 72,5% do quadro de funcionários do Sistema Petrobras, com 56.874 empregados.

Nossas vagas no Brasil são oferecidas por meio de concurso público, para os níveis médio e superior de ensino em 56 diferentes profissões (20 cargos de nível médio e 36 de nível superior). O nosso processo seletivo de empregados no Brasil ocorre sem discriminação quanto a origem, raça, sexo, cor, idade ou outro fator de diferenciação individual. Em conformidade com a legislação brasileira, garantimos a oferta de 20% das vagas a candidatas autodeclaradas pretas ou pardas e 5% a profissionais com deficiência. Nos demais países, a seleção ocorre por meio de entrevistas e análise de currículos e prioriza a mão de obra local. Do total de empregados no Brasil, 71.143 possuem contrato por tempo indeterminado, 453 por tempo determinado e 18 por contrato especial.

Contamos com 158.076 empregados de empresas prestadoras de serviço, uma redução de 22,4% em relação ao número de 2014. Por orientação do Comitê de Remuneração e Sucessão, passamos a quantificar somente os prestadores de serviços que executam atividades nas nossas instalações ou em áreas sob nossa responsabilidade (plataformas, prédios, áreas de dutos, obras em nossas unidades, refinarias, instalações alugadas, terminais, termoelétricas, usinas de biodiesel, áreas de sondas, dentre outras). O perfil desses profissionais corresponde a 49.340 dedicados aos serviços técnicos especializados para apoio a operação, 39.320 para apoio à infraestrutura, 29.391 de obras e 14.740 administrativos.

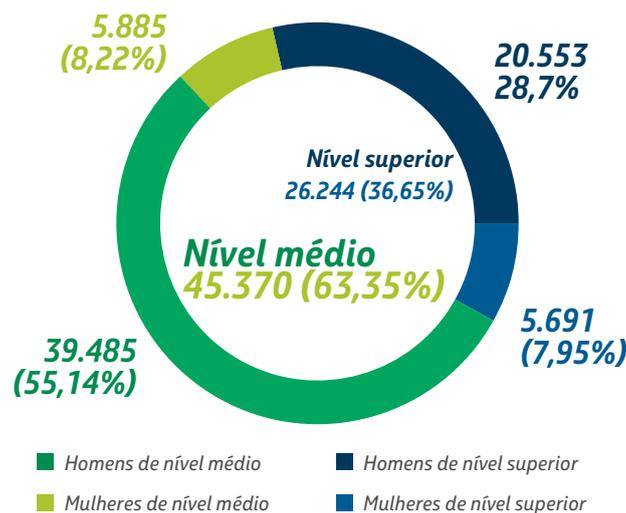
EVOLUÇÃO DO EFETIVO



a) Em 31 de dezembro de cada ano.

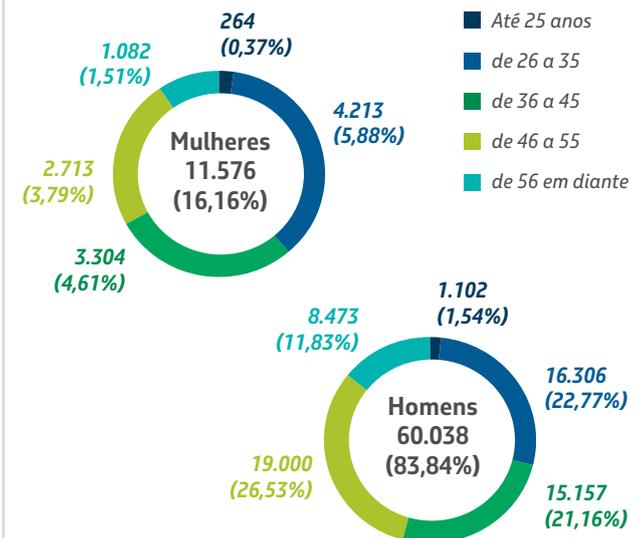
b) O total de 2015 é composto por 64.775 homens (82,5%) e 13.695 mulheres (17,5%).

EFETIVO POR CARGO



a) Inclui apenas os empregados no Brasil.

DIVERSIDADE DE HOMENS E MULHERES POR FAIXA ETÁRIA



a) Inclui apenas os empregados no Brasil.

Lançamos, em janeiro, o Programa de Estágio de Estudante Petrobras 2015, com vagas para cadastro de reserva em diversas formações de nível médio, técnico e superior, distribuídas pelas nossas unidades no Brasil. O processo de recrutamento e seleção foi realizado em duas etapas eliminatórias e classificatórias (análise de pré-requisitos e avaliação de conhecimentos básicos, por meio de teste online, e entrevista presencial para avaliação de conhecimentos específicos e habilidades). Encerramos o ano com 1.438 estagiários e 2.195 aprendizes na Petrobras (Petróleo Brasileiro SA).

Para assegurar a necessária passagem do conhecimento e a continuidade de nossas operações, demos prosseguimento aos desligamentos pelo PIDV iniciados em 2014 de forma gradual. Ao final de 2015, já haviam se desligado 5.902 dos 7.467 originalmente inscritos. Desde o seu início, o PIDV já nos proporcionou uma economia de aproximadamente de R\$ 2,7 bilhões.

Quanto à reposição dos empregados que têm se desligado de nossos quadros, continuaremos a analisar o nosso efetivo junto às áreas e a estudar a melhor forma de suprir o número necessário de empregados para podermos atuar devidamente. Entre as possibilidades consideradas estão a realização de processos seletivos públicos, a contínua otimização da produtividade em nossas áreas, além de novos ciclos do nosso programa de mobilidade interna (Mobiliza), desenvolvido para provimento das demandas de pessoal, compatibilizando as nossas necessidades com as dos nossos empregados.

Em novembro anunciamos um ciclo do Mobiliza para o preenchimento de 266 vagas distribuídas na Área Financeira, na Gerência Executiva de Materiais, na Auditoria e, também, na Diretoria de Governança Risco e Conformidade, que já havia contado com um ciclo específico iniciado em fevereiro devido à sua criação.

Acordo coletivo e liberdade de associação

Nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015 passou a vigorar em setembro. Suas cláusulas econômicas têm vigência de um ano e as de natureza social, dois anos. Do total de nossos empregados da Petrobras, 100% estão cobertos pelo acordo, que contempla os seguintes capítulos: salários; vantagens; benefícios; segurança no emprego; planejamento, recrutamento, seleção e movimentação de pessoal; condições de trabalho; segurança industrial e saúde ocupacional; inovações tecnológicas; relações sindicais; outras disposições; e vigência.

Para refletir a inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), efetuamos reajustes econômicos nas tabelas de salário básico e de remuneração mínima por nível e regime, além dos valores de benefícios, como auxílio-almoço, vale-refeição e benefícios educacionais, do custeio da modalidade Grande Risco da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e do Benefício Farmácia, entre outros.

Mantemos relações com 17 sindicatos e uma federação que representam a categoria petroleira. Ao longo do ano, houve uma série de mobilizações que culminou, durante as negociações do ACT, em uma greve de 27 dias. A paralisação foi responsável pela diminuição da produção em 2,29 milhões de barris de óleo e 48,4 milhões de metros cúbicos de gás natural. No entanto, a meta de produção de 2,125 milhões de barris de petróleo por dia no Brasil para 2015 foi mantida e atingida e o fornecimento de derivados não sofreu qualquer interrupção.

Também realizamos reuniões das comissões de acompanhamento do ACT, de Regimes de Trabalho, AMS, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e Terceirização, com a participação de representantes sindicais. Um exemplo de proposta encaminhada a essas entidades foi

a possibilidade de oferecer aos empregados do regime administrativo, com horário flexível, a opção de redução da jornada de 40 horas para 30 horas semanais, mediante redução de 25% na remuneração.

Exercemos processos de negociação permanente com as entidades sindicais, por meio dos quais conseguimos avançar nos direitos dos empregados e garantir o exercício da participação dos trabalhadores em assembleias. Respeitamos o direito de livre associação do empregado a sindicatos, garantido por lei. Além disso, reconhecemos esse direito em nosso Código de Ética. Não identificamos qualquer restrição à liberdade associativa nem à negociação coletiva nas regiões brasileiras onde operamos.

Gestão de recursos humanos

Nossos gastos com pessoal alcançaram R\$ 29,73 bilhões, uma diminuição de cerca de 4% em relação a 2014, e envolveram salários, benefícios, encargos sociais, previdência complementar e participação nos lucros e resultados.

Em 2015, investimos R\$ 174 milhões no desenvolvimento de nossos empregados e registramos 196 mil participações em cursos de educação continuada e na formação de novos empregados. Obtivemos em média 54 horas de treinamento por empregado. Questões relacionadas aos direitos humanos foram abordadas transversalmente nos cursos da área de conhecimento de Responsabilidade Social, que totalizaram 150 participações e 2,4 mil horas de treinamento.

Utilizamos o processo de gerenciamento de desempenho para fortalecer o alinhamento das metas com as nossas estratégias e com as competências individuais corporativas, necessárias para o alcance dos nossos resultados. Orientamos que todos os nossos empregados e gerentes sejam avaliados.

Realizamos anualmente a Pesquisa de Ambiência Organizacional para a análise do nosso ambiente interno e o conhecimento dos aspectos críticos e pontos de melhoria identificados a partir da percepção de nossos empregados. Devido à grande revisão de estrutura e processos em andamento, a Pesquisa de Ambiência foi postergada e sua aplicação é prevista para o último trimestre de 2016.



Reunião no Edifício Ventura.

Até o fechamento dessa edição do Relatório de Sustentabilidade, ainda não possuíamos os dados referentes à avaliação de 2015.

Apesar de não focar na continuidade da empregabilidade dos que estão em fase de aposentadoria, o nosso Programa de Preparo para Aposentadoria aborda diversos temas que auxiliam esses empregados, como a reflexão sobre os possíveis caminhos e o desenvolvimento de novas atividades profissionais.

Horas de treinamento (HHT médio)	
Nível médio	45,95
Nível superior	59,92
Homens	53,06
Mulheres	59,88
Total	54,16

a) Refere-se à Petróleo Brasileiro S.A.

Saúde e segurança no trabalho

Integrada ao negócio e às atividades produtivas desenvolvidas, a busca de melhores resultados na gestão de SMS é um dos nossos valores e compromissos empresariais. Dessa forma, em nosso Plano Estratégico 2030, estabelecemos, como premissa, consolidar as questões de SMS como princípio de nossas operações e compromisso permanente da força de trabalho.

Nossa Política de SMS é desdobrada em 15 diretrizes com o objetivo de estabelecer orientações e apresentar de forma

transparente os nossos princípios norteadores em relação às questões de SMS.

Temos aperfeiçoado nossas práticas e procedimentos internos de gestão de SMS para mitigar os impactos e os riscos associados às nossas atividades, notadamente, sobre a saúde e segurança da nossa força de trabalho. Para prevenir ou reduzir a gravidade dos acidentes, trabalhamos para cumprir os requisitos legais, adotar padrões e procedimentos operacionais rigorosos e direcionar nossa

gestão à prevenção de acidentes de trabalho. Nossa força de trabalho é treinada para operar com segurança.

Nossa sistemática de investigação, análise e registro de anomalias de SMS é estabelecida por padrões corporativos de gestão e embasada em normas técnicas brasileiras e internacionais, como a OHSAS 18001. A partir da identificação e caracterização de acidentes do trabalho, é possível determinar as formas mais adequadas para a prevenção de novas ocorrências.

Disseminamos fundamentos, conceitos e práticas, desenvolvemos programas e ações em Segurança de Processo e Segurança Ocupacional e aplicamos soluções para a prevenção de lesões e doenças.

Registramos 16 acidentados fatais, sendo um empregado e quinze profissionais de empresas prestadoras de serviço, na execução de atividades em operações e transportes de produtos:

- Acidente em navio FPSO operado por empresa afretada (nove profissionais de empresa prestadora de serviços, no Espírito Santo);
- Acidente relacionado à montagem de andaime (dois profissionais de empresa prestadora de serviços, no Espírito Santo);
- Acidente durante manutenção de tanque de óleo combustível (dois profissionais de empresa prestadora de serviços, no Espírito Santo);
- Acidente em Usina Termelétrica durante operação de caldeira (um empregado, no Rio de Janeiro);
- Acidente de trânsito durante transporte de álcool (um motorista de empresa prestadora de serviços, em São Paulo);
- Acidente em navio de apoio durante movimentação de carga (um profissional de empresa prestadora de serviços, no Rio de Janeiro).



Engenheiro de equipamentos trabalhando a bordo do navio-plataforma FPSO Cidade de Itajaí operando na Baía de Santos.

Em todos os casos, nossa primeira ação foi de apoio às famílias dos acidentados. Em cada situação, divulgamos imediatamente as ocorrências, com a emissão de alerta preliminar para iniciar a análise de abrangência relativa ao acidente e a implementação de ações emergenciais de bloqueio de ocorrências similares. Da mesma forma, iniciamos o processo de investigação e análise para identificar as causas do acidente, consolidando as ações que possam evitar a sua recorrência. As lições aprendidas com os acidentes são discutidas em fóruns envolvendo os gestores e divulgadas para a força de trabalho.

Iniciamos a consolidação dos indicadores de segurança de processo Tier 1 a partir de janeiro de 2014, atendendo às orientações aplicáveis ao setor de óleo e gás (API RP

754 e IOGP 456). Registramos, em 2015, 51 ocorrências de acidentes de processo Tier 1, uma a mais que em 2014.

Acompanhamos o percentual de tempo perdido por doenças ou acidentes por meio do indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP) e a evolução do absenteísmo provocado por doenças ou acidentes, medido em dias perdidos. Ambas as métricas aplicam-se apenas aos empregados da Petrobras e consideram eventos motivados por causas relacionadas ou não ao trabalho. Nosso PTP em 2015 foi de 2,47%, pouco acima do limite de alerta de 2,41% estabelecido para o ano. O absenteísmo motivado por causas diretamente relacionadas ao trabalho (acidente e/ou doença) correspondeu a somente 3% do total de dias perdidos por motivos de doença na empresa.

Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA)

	2011	2012	2013	2014	2015
Petrobras	0,68	0,83	0,75	0,72	0,76
Média do setor	0,77	0,58	0,56	0,46	0,43

a) A Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) representa o número de acidentados com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco, abrangendo empregados da Petrobras e profissionais de empresas prestadoras de serviço.

b) Não estabelecemos metas nem Limites de Alerta para o indicador TFCA.
c) A média do setor de óleo e gás considera os resultados divulgados por grandes empresas do setor, com porte e natureza das atividades que permitem a comparabilidade com a Petrobras.

Acidentados fatais

	2011	2012	2013	2014	2015
NAF	16	13	4	10	16
Média do setor (NAF)	5	7	9	4	3
TAF	1,66	1,31	0,4	1,1	2,27
Média do setor (TAF)	1,31	1,22	1,99	1,09	0,92

a) O indicador Número de Acidentados Fatais (NAF) consolida o número de acidentados fatais em acidentes típicos, enquanto a Taxa de Acidentados Fatais (TAF) representa o número de acidentados fatais por 100 milhões de horas-homem de exposição ao risco. Em ambos os casos, são computados dados referentes a empregados da Petrobras e a profissionais de empresas prestadoras de serviço.
b) A Petrobras não estabelece metas nem Limites de Alerta para os

indicadores NAF e TAF.
c) A média do setor de óleo e gás considera os resultados divulgados por grandes empresas do setor, com porte e natureza das atividades que permitem a comparabilidade com a Petrobras.
d) Não dispomos de informações sobre as metas estabelecidas para 2016 pelas empresas de nosso peer group.

Medidas de prevenção

Eliminar as fatalidades é o principal desafio da nossa jornada rumo ao zero dano às pessoas. Para tanto, mobilizamos as diversas áreas e empresas do Sistema Petrobras para a implementação de programas de prevenção em todas as nossas unidades. Com foco na prevenção de acidentes no transporte rodoviário, nossa subsidiária Petrobras Distribuidora lançou o Pacto de Acidente Zero, que visa conscientizar motoristas e transportadores que prestam serviço para a empresa sobre os cuidados necessários para uma viagem segura.

Todos os nossos empregados são representados em comitês formais de segurança e saúde. Em nossas unidades de operação e em instalações administrativas, existem Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), responsáveis por relatar condições de risco nos ambientes de trabalho e contribuir para a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores. Nas unidades localizadas nos demais países onde atuamos, também há comissões compostas por empregados, orientadas por legislações locais que dispõem sobre as características, atribuições e responsabilidades dos seus membros.

Os integrantes das comissões recebem capacitação, cumprem rotinas de verificação das condições de segurança das instalações e das ações implementadas para a melhoria dessas condições, além de participar da investigação de acidentes.

Dedicamos um capítulo exclusivo em nosso ACT às cláusulas referentes a segurança industrial e saúde ocupacional. Entre elas, inclui-se a garantia de acesso por parte dos representantes sindicais que integram as Comissões de Investigação e Análise a toda a documentação relativa a acidentes, quase acidentes e incidentes graves ocorridos em suas bases de representação. O conjunto de ações definidas no Acordo abrange todos os locais onde operamos, com respeito às legislações locais.

Desenvolvemos os programas de controle médico de saúde ocupacional, de prevenção de riscos ambientais e ergonomia para proporcionar condições mais adequadas de saúde, qualidade de vida, segurança e higiene no trabalho. Possuímos iniciativas voltadas à prevenção e mitigação de riscos em atividades ocupacionais.

Como parte das melhorias implementadas por estes programas, os exames médicos ocupacionais ganharam um escopo maior do que o previsto na legislação e, atualmente, enfocam também a adoção de estilos de vida mais saudáveis, a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

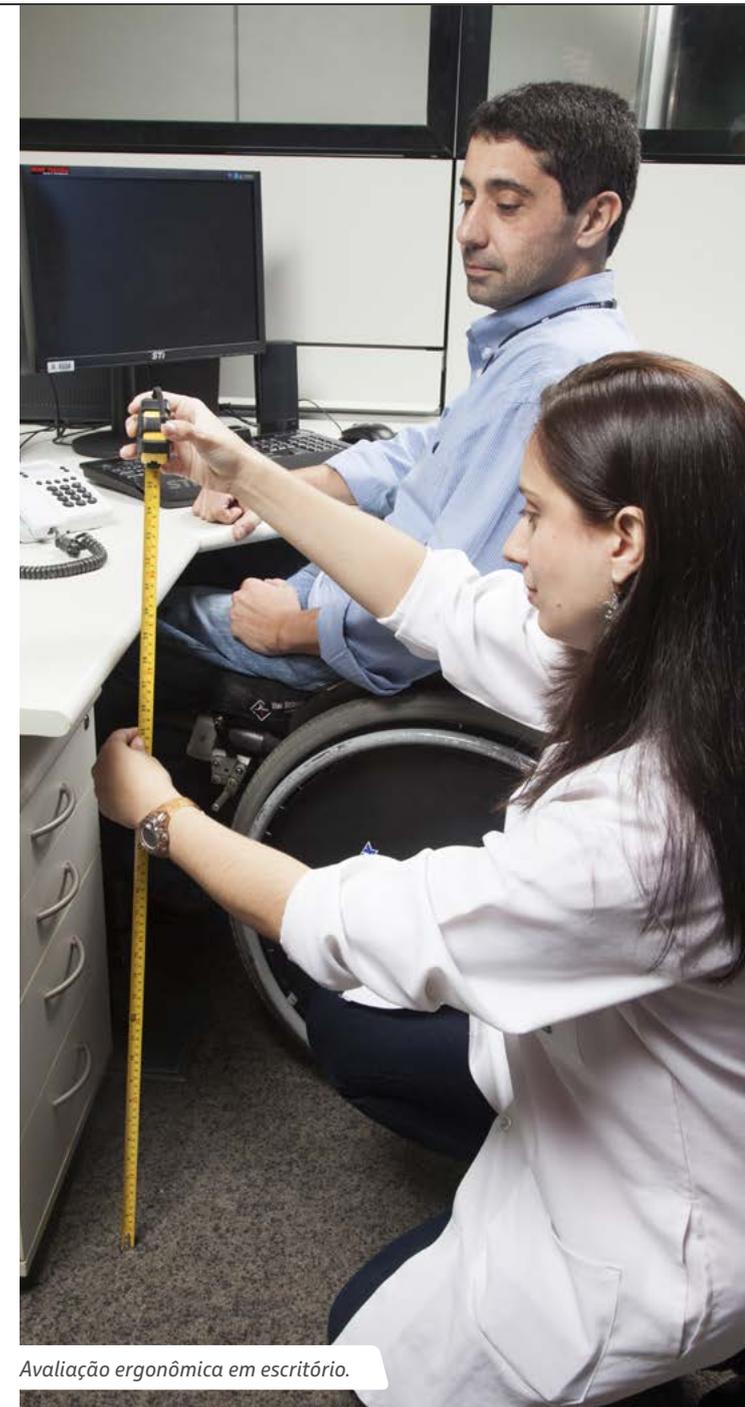
Também desenvolvemos ações e programas que incentivam a atividade física e a alimentação saudável, além de promover avaliação nutricional e odontológica periódica, atenção à saúde do viajante e combate ao estresse, ao tabagismo e ao uso de álcool e outras drogas.

Nossa Taxa de Incidência de Doença Ocupacional (Tido) foi de 0,018 casos novos por mil empregados, correspondendo a apenas uma ocorrência no ano. O indicador é aplicável apenas aos empregados da Petrobras.

Respeito à Vida

Respeito à Vida é o primeiro item do Código de Ética da Companhia e temos investido continuamente neste valor. Em 2015, realizamos o evento “Seguindo em frente com segurança”, liderado pelo presidente e diretores da Petrobras, que demonstraram o compromisso e engajamento de todos com este valor.

Lançamos e estabelecemos um conjunto de dez regras práticas, conhecidas internamente como Regras de Ouro, com o objetivo de chamar a atenção da força de trabalho para a importância da adoção de atitudes capazes de prevenir danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança. As Regras de Ouro abordam questões como permissão para trabalho, isolamento de energias, trabalho em altura e em espaços confinados, atmosferas explosivas, posicionamento seguro, equipamentos de proteção individual, atenção às mudanças, segurança no trânsito e uso de álcool e outras drogas.



Avaliação ergonômica em escritório.

Diversidade e equidade de gênero



Exigimos o respeito à diversidade humana e cultural nos ambientes e relações de trabalho e repudiamos toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Eventuais casos vivenciados ou testemunhados devem ser devidamente comunicados. Nosso Guia de Conduta inclui seções específicas sobre o respeito à diversidade e à igualdade, a liberdade política e religiosa e o combate à violência psicológica e aos assédios moral e sexual. Entre nossos princípios éticos, há o respeito às diferenças e diversidades de condição étnica, religiosa, social, cultural, linguística, política, estética, etária, física, mental e psíquica, de gênero, de orientação sexual e outras.

Diversidade em nosso efetivo

A participação feminina em nosso efetivo representa 17,5% do total, com 13.695 empregadas. O cargo com o maior número de mulheres na Petrobras (Petróleo Brasileiro SA) é o de técnico de administração e controle, com 1.262 profissionais, e o com a maior participação é o de nutricionista, com 100% do total. Em relação à faixa etária, 36,4% de nossas empregadas no Brasil possuem entre 26 e 35 anos.

O Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva possuíam em 28 de abril de 2016 um total de 25 membros, incluindo titulares e suplentes. Entre eles, há três mulheres (a conselheira Betânia Rodrigues Coutinho, a diretora de Exploração e Produção Solange da Silva Guedes e a conselheira fiscal Marisete Fátima Dadald Pereira).

Ao longo do ano, concedemos licenças maternidade e paternidade a 1.194 mulheres e a 452 homens. Considerando as licenças encerradas em 2015, a taxa de retorno ao trabalho foi de 99,94% por conta de profissional que voluntariamente pediu seu desligamento.

Proporção de remuneração média entre mulheres e homens

Categoria funcional	Nível médio	Nível superior
Sem função gratificada	0,78	0,91
Com função gratificada	0,87	0,92
Total	0,84	0,92

a) Média das remunerações de mulheres dividida pela média de remunerações de homens, para cada grupo.

b) Possuímos tabela salarial com diversos níveis de salário básico, todos aplicáveis tanto a homens quanto a mulheres.

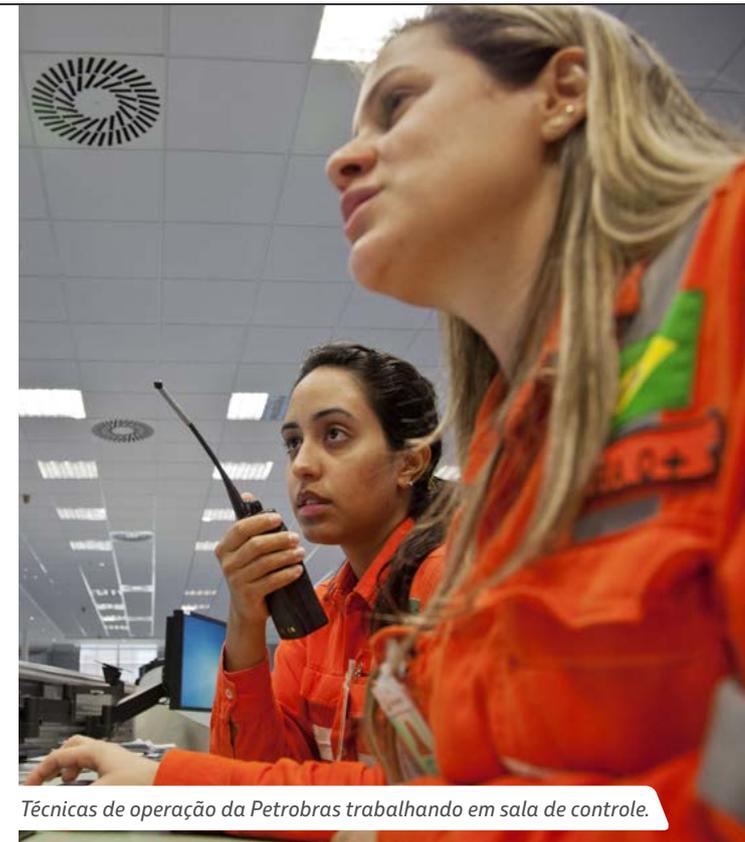
c) São considerados os salários básicos e adicionais, como vale-transporte, auxílio-creche, diárias de viagens, etc.

Diversidade étnico/racial por gênero

Raça/cor	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não informada
Mulheres	5.296 (9,3%)	377 (0,7%)	1.847 (3,2%)	131 (0,2%)	28 (0%)	1.451 (2,6%)
Homens	24.579 (43,2%)	2.408 (4,2%)	10.883 (19,1%)	623 (1,1%)	147 (0,3%)	9.104 (16%)
Total	29.875 (52,5%)	2.785 (4,9%)	12.730 (22,4%)	754 (1,3%)	175 (0,3%)	10.555 (18,6%)

a) Informações autodeclaradas por cada empregado da Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.).

b) Considerando o fator faixa etária e incluindo homens e mulheres, o grupo com maior representatividade são os empregados autodeclarados brancos entre 31 e 40 anos, com 18,2% do total no Brasil.



Técnicas de operação da Petrobras trabalhando em sala de controle.

Ações efetuadas

Como parte do nosso plano de trabalho piloto para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno de seis de nossos empreendimentos, desenvolvemos, ao longo do ano, ações para capacitação de profissionais de responsabilidade social e sensibilização de trabalhadores de obras, por meio de campanhas e diálogos com o público interno dos empreendimentos. Também realizamos a capacitação de profissionais da rede de proteção das áreas de educação, assistência social, saúde, sociedade civil, projetos sociais locais, além de seminários com as redes de proteção, sensibilização de profissionais de comunicação e mobilização do empresariado local. O trabalho foi concluído em dezembro e envolveu, desde o seu início, em 2013, aproximadamente 1,6 mil pessoas.

Recebemos em novembro, pela quinta vez consecutiva, o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ONU Mulheres e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O selo é um reconhecimento das práticas implementadas por empresas públicas e privadas para promover a igualdade de gênero e raça. Entre outras medidas que adotamos nessa edição do programa, destacam-se a extensão dos benefícios e reembolso de auxílio-creche para os empregados homens e a ampliação do número de salas de apoio à amamentação (de 14 para 29).

Em fevereiro de 2015, homologamos os resultados de nosso primeiro processo seletivo público regido pela lei 12.990 de 2014, que prevê a reserva aos candidatos negros de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e inclui sociedades de economia mista controladas pela União, como é o nosso caso. Do total de inscritos, 20,7% autodeclararam-se como indivíduos pretos e pardos. No entanto, um percentual superior ao previsto por lei foi aprovado. Dos 6.083 selecionados, 1.586 eram candidatos que haviam se autodeclarado pretos ou pardos (26% do total).

Somos participantes da campanha Compromisso e Atitude, da SPM, que visa contribuir para o enfrentamento à violência contra a mulher e inclui a mobilização da sociedade para os instrumentos de responsabilização dos agressores. Com a parceria, existente desde 2006, temos o compromisso de divulgar e desenvolver ações para o público interno e externo sobre a lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

Recebemos, na Ouvidoria-Geral, 63 denúncias relacionadas a violações dos direitos humanos. Dessas, 29 foram arquivadas, sete encerradas e 27 permanecem em tratamento. Das encerradas, apenas uma foi considerada procedente. Além disso, recebemos 11 denúncias específicas sobre o tema discriminação, das quais sete foram arquivadas, três permaneceram em tratamento e uma foi encerrada, por ser considerada improcedente.



Meio Ambiente

Estratégia ambiental

Com foco na proteção da saúde, da vida e do meio ambiente, trabalhamos para identificar, controlar e monitorar os riscos das nossas atividades e, assim, alinhar a segurança dos nossos processos às melhores práticas internacionais. Buscamos nos manter preparados para eventos críticos e emergências, por meio de um sistema de contingência com ações imediatas e eficientes.

Temos como objetivo reduzir ao mínimo nossos impactos, ao utilizar de forma racional recursos, como água, energia e materiais, e ao realizar a gestão das nossas emissões atmosféricas e da geração de resíduos e efluentes.

O Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), um dos cinco comitês de assessoramento do nosso Conselho de Administração, é responsável por encaminhar análises e recomendações sobre questões críticas relacionadas principalmente à ecoeficiência e aos riscos ambientais de nossos projetos, empreendimentos e produtos ao longo de todo o seu ciclo de vida. Esse comitê, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanha o resultado das avaliações que conduzimos quanto aos principais riscos de SMS dos nossos projetos de investimento. Essas avaliações são realizadas de

forma sistematizada, verificando o alinhamento às orientações corporativas e o cumprimento das recomendações do Plano de Gerenciamento e Mitigação de Riscos.

Em nossa estrutura organizacional, as matérias voltadas ao meio ambiente cabem à Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, responsável por atuar no planejamento, orientação, coordenação, acompanhamento, avaliação e controle de atividades e investimentos relacionados ao tema.



Ação de recuperação de mata ciliar realizada pelo Projeto Caranguejo UÇÁ que integra o Programa Petrobras Socioambiental.

Para buscar a excelência da gestão ambiental nos níveis estratégico, tático e operacional, contamos com nossa política corporativa, com padrões e práticas estabelecidos para as nossas unidades, comprometendo toda a força de trabalho. Além disso, difundimos, interna e externamente, os valores e princípios de segurança, meio ambiente e saúde, buscando o engajamento dos nossos públicos de interesse.

Com o objetivo de assegurar a conformidade legal de nossas operações, avaliamos, orientamos e damos suporte aos processos de licenciamento ambiental, incluindo termos de ajustamento e acordos, nos níveis municipal, estadual e federal, bem como os processos de compensação ambiental. Para prevenir e mitigar potenciais impactos ambientais, sociais ou econômicos da nossa cadeia de negócios, realizamos verificações em nossos fornecedores de serviços ambientais, incluindo os serviços referentes a transporte, tratamento, destinação e análises químicas de resíduos. Em 2015 registramos 356 verificações documentais.

Buscamos mitigar a geração de passivos ambientais mediante a definição das linhas estratégicas dos planos de adequação ambiental. Além disso, elaboramos estratégias e estudos dos potenciais impactos socioeconômicos e culturais das nossas obras e empreendimentos, visando à proposição de programas sociais e comunitários para gerenciar esses impactos.

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, apoiamos projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e demais entidades parceiras. Uma das linhas de atuação do programa, denominada Floresta e Clima, por exemplo, reúne iniciativas focadas na restauração de áreas degradadas e na conservação de áreas naturais.

DISPÊNDIOS E GASTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ milhões)

Gastos ambientais relacionados com a produção / operação

2015	3.190,9
2014	2.829,2
2013	2.727,3

Equipamentos e sistemas de controle de poluição

2015	45,6
2014	94,1
2013	373,1

Projetos de recuperação de áreas degradadas

2015	209,3
2014	245,9
2013	118,7

Total

2015	3.446
2014	3.169
2013	3.219

a) Não estão incluídos os valores de investimentos em programas e projetos externos (incluindo patrocínios), divulgados no capítulo "Investimento Social".

Mudança do clima

O mundo está vivendo uma transição para uma economia de baixo carbono, fortalecida pelos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21), realizada em dezembro em Paris, com líderes de diversos países.

A COP 21 aprovou o primeiro acordo de abrangência global para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mitigar impactos climáticos com o objetivo de manter o aquecimento do planeta abaixo de 2 °C em relação ao período pré-industrial e de empreender esforços para limitá-lo a 1,5 °C, até o final do século.

Para cumprir suas metas voluntárias de redução das emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e 43% em 2030, o Brasil pretende fortalecer políticas públicas e mecanismos de controle, visando a redução do desmatamento ilegal, a expansão do consumo de biocombustíveis (etanol e biodiesel) e o uso de fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) e investir em eficiência energética.

Cabe ressaltar que os resultados obtidos na COP 21 e seus possíveis desdobramentos em termos de políticas e metas nacionais podem trazer novas perspectivas de transição para uma economia de baixo carbono e, nesse sentido, devem ser acompanhados como um ponto de atenção para a indústria de óleo e gás.

Nesse contexto, estabelecemos uma estratégia de mitigação da mudança do clima, por meio da redução da nossa intensidade de emissões de GEE, do aumento da eficiência energética dos nossos processos e produtos e da incorporação dos riscos e oportunidades associados à mudança do clima nos processos decisórios.

A mudança do clima impõe desafios e oportunidades aos nossos negócios. Assim, avaliamos os riscos potenciais e nos preparamos para enfrentá-los. Entre esses riscos destacamos os seguintes:

- riscos regulatórios, que podem resultar na imposição de custo associado às emissões de GEE, seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais de iniciativas de mitigação, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória, como taxaço sobre emissões de GEE e criação de mercados de emissões de GEE com limitação de emissões, entre outros, com potencial para aumentar os nossos custos operacionais;
- riscos empresariais e de negócio, que podem se materializar na dificuldade de acesso a capital devido a questões de imagem junto aos investidores; mudanças no perfil do consumidor, com redução do consumo de combustíveis fósseis; e transições energéticas na economia mundial, com aumento da eletrificação da mobilidade urbana, que podem reduzir a demanda pelos nossos produtos e serviços;
- riscos físicos das mudanças climáticas, com eventos climáticos extremos impactando as operações globais em águas profundas e aquelas próximas ao nível do mar, redução da disponibilidade hídrica, excesso de pluviosidade afetando a execução de nossas operações, podendo reduzir a capacidade de produção e aumentar custos operacionais.

Em 2015, alcançamos um aumento significativo na pontuação no critério “Transparência” do CDP, passando de 80 pontos, em 2014, para 92.

Além disso, também avaliamos e buscamos aproveitar as oportunidades decorrentes da mudança do clima, com destaque para:

- incentivo à adoção de padrões de eficiência, mediante investimentos na modernização e na otimização das nossas operações, com potencial de reduzir os custos operacionais;
- aumento do interesse dos consumidores por produtos menos intensivos em carbono na produção e no consumo, como os biocombustíveis;
- pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos de baixo carbono, como a tecnologia de captura, uso e armazenamento de dióxido de carbono (CO₂), energias renováveis, biorrefinaria e biocombustíveis avançados.

Participamos de iniciativas e fóruns sobre mudança do clima, destacando-se os promovidos pela Associação da Indústria Global de Óleo e Gás para Assuntos Ambientais e Sociais (Ipieca) e o Carbon Disclosure Program (CDP), com o objetivo de compreendermos o contexto, planejarmos estratégias e identificarmos possibilidades de melhorias dos nossos processos.

Eficiência energética e gerenciamento de emissões

Baseamos nossa estratégia energética no desenvolvimento e implementação de projetos de eficiência, gestão da operação para ganhos de energia e atendimento a requisitos de eficiência energética em novos projetos.

Para atingirmos os resultados pretendidos, continuamos investindo em ações com foco em integração energética; modernização das nossas instalações; otimização e controle avançado de processos; adaptação de equipamentos; padronização de projetos e de sistemas operacionais; conversão de plantas termelétricas de ciclo aberto para ciclo combinado; e aproveitamento do gás natural associado à produção de petróleo.

Além disso, investimos, em 2015, aproximadamente R\$ 35 milhões em três programas de pesquisa e desenvolvimento: o PRO-CO₂, voltado para o gerenciamento de CO₂ no desenvolvimento do pré-sal; o Emissões, para a redução de emissões; e o Proconfe, com foco na otimização, confiabilidade e eficiência energética. Também registramos melhorias operacionais por conta da identificação de novas tecnologias ainda na fase de projeto dos empreendimentos, o que garantiu uma maior efetividade das ações realizadas.

R\$ 35 milhões

Valor (aproximado) investido nos programas de pesquisa e desenvolvimento: **PRO-CO₂, Emissões e Proconfe.**

Energia consumida

Registramos consumo total de 1,12 milhão de terajoules (TJ), ou 519 mil boed, quantidade 3,5% menor do que a registrada no ano anterior, tendo como uma das razões a redução no despacho das termelétricas por solicitação do Operador Nacional do Sistema.

As ações de melhoria do desempenho energético nos possibilitaram uma economia de 12,5 mil terajoules no ano, ou 5,8 mil boed, o que equivale ao consumo de energia elétrica de uma cidade com cerca de 1,2 milhão de habitantes. Destacam-se as ações de gestão para otimização do envio de gases para tocha nas refinarias que permitiram evitar, em 2015, a queima de cerca de 110 mil toneladas de gás, o que corresponde a uma redução do consumo de energia de aproximadamente 5,5 mil TJ/a, ou 2,5 mil boed, com emissão evitada de aproximadamente 308 mil toneladas de CO₂.

Com a implantação, em 2015, do projeto de injeção de polímero redutor de atrito nas várias estações de bombeio do Oleoduto São Paulo-Brasília (Osbra), esperamos alcançar uma economia de energia de pelo menos 3.284 MWh/ano, evitando, ainda, a emissão de 4,4 mil toneladas de CO₂ equivalente no mesmo período.

Com investimento estimado de R\$ 30 milhões, implementaremos até 2017 seis unidades recuperadoras de calor na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES), com o objetivo de aproveitar a energia térmica proveniente dos gases de combustão liberados pelos turbo-compressores, aumentando a eficiência energética da unidade e reduzindo a intensidade das nossas emissões.

Após a entrada em operação de todas as unidades recuperadoras de calor, prevemos uma redução de até

353 boed no consumo de gás natural nos fornos aquecedores de óleo térmico. O gás natural que deixará de ser utilizado nos fornos será disponibilizado para o mercado, podendo gerar uma receita adicional de até R\$ 20 milhões por ano, além de evitar a emissão direta anual de cerca de 43 mil toneladas de CO₂ equivalente para a atmosfera.

As ações que implementamos nas nossas instalações administrativas geraram uma economia de R\$ 28,3 milhões e permaneceram focadas na gestão dos contratos de energia e na modernização dos sistemas de iluminação.

Consumo de energia dentro do Sistema Petrobras (em TJ)

	2013	2014	2015
Óleo diesel	92.459	92.510	79.648
Óleo combustível	69.722	79.383	59.415
Gás natural	647.139	728.146	719.597
Gás combustível	112.098	131.515	124.596
Gás residual	10.068	10.350	17.990
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	949	223	1.254
Coque	65.765	70.945	69.161
Outros	50	2	-3.114
Vapor importado	35.933	26.224	28.256
Energia elétrica importada	16.765	15.923	18.382
Total	1.050.949	1.155.220	1.115.185

a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).

b) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2015, totalizou 97 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.

c) A rubrica "Outros" inclui vapor e eletricidade exportados.

Gerenciamento de emissões atmosféricas

Registramos um volume total de emissões diretas de gases de efeito estufa de 76,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, 2,7% a menos que em 2014.

-2,7% de CO₂

Redução do volume total de emissões diretas de gases de efeito estufa.

EMIÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (em milhões de toneladas de CO₂ equivalente)

Emissões diretas (Escopo 1 – GHG Protocol)

2015	76,9
2014	79,1
2013	71,7

Emissões indiretas (Escopo 2 – GHG Protocol)

2015	0,8
2014	1,7
2013	1,8

Outras Emissões Indiretas

(Escopo 3 – Emissões pelo uso dos produtos – GHG Protocol)

2015	502
2014	520
2013	500

Um fator importante para esse resultado foi a redução de emissões das termelétricas bicombustíveis que utilizaram gás natural em substituição aos combustíveis líquidos. Além disso, utilizamos 95,9% do gás produzido em nossas operações no Brasil, superando o recorde histórico.

Registramos a queima de 3,6 milhões de metros cúbicos por dia de gás em tocha nas atividades de exploração e produção, 15% abaixo do total de 2014. A redução se deve ao Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás, com ações que visam o aumento da eficiência operacional das unidades de produção e do aproveitamento do gás natural produzido.

a) Emissões relativas às operações de exploração e produção, refino, fabricação de fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutiário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, México, Paraguai e Uruguai.

b) As emissões indiretas se referem à compra de energia elétrica e vapor, fornecidos por terceiros, nos países mencionados.

c) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do GHG Protocol. Sua abrangência inclui ativos em que somos responsáveis pelo controle operacional. A abordagem do inventário segue a metodologia bottom-up, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os algoritmos utilizados para o cálculo das emissões de gases do efeito estufa se baseiam em referências internacionais, de público acesso, como o API Compendium e o "AP-42" (US EPA). A fonte prioritária dos fatores de emissão de gases de efeito estufa é o GHG Protocol.

d) Em termos de gases de efeito estufa, o inventário compreende as emissões de CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano) e N₂O (óxido nitroso) expressos em CO₂ equivalente, de acordo com seus respectivos potenciais de aquecimento global (GWP – global warming potential) publicados no segundo relatório do IPCC (SAR).

e) Submetemos todos os nossos inventários a processo de verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064.

Outras emissões indiretas relevantes, provenientes do uso de nossos produtos, somaram, aproximadamente, 502 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. O volume é estimado a partir da premissa de que todos os produtos vendidos foram utilizados no mesmo ano, liberando seu conteúdo de carbono para a atmosfera. Usamos como base os dados consolidados de venda de produtos e a metodologia do GHG Protocol (escopo 3). Além disso, consideramos a premissa conservadora de classificar os produtos exportados como "óleo residual".

Emissões diretas de gases de efeito estufa (toneladas)

	2013	2014	2015
Dióxido de carbono – CO ₂ (milhões)	69,6	76,8	73,1
Metano – CH ₄ (mil)	159	154	149
Óxido nitroso – N ₂ O	2.085	2.291	2.333

Outras emissões atmosféricas significativas (toneladas)

	2013	2014	2015
Óxidos de nitrogênio (NOx)	252.039	299.285	267.205
Óxidos de enxofre (SOx)	128.354	133.462	120.056
Material particulado	17.469	21.651	19.184
Compostos orgânicos voláteis (COV)	249.625	248.685	230.150
Emissões fugitivas	100.972	96.689	80.888
Monóxido de carbono	173.560	180.676	191.155

a) Consideramos no cálculo emissões diretas e indiretas.

b) Consideramos como COV as emissões de hidrocarbonetos não metano computadas no inventário.

c) As emissões fugitivas são compostas por hidrocarbonetos totais provenientes de fontes de processo. Não incluem emissões por queima em tocha.

Hidrocarbonetos não aproveitados (milhões de metros cúbicos)

	2013	2014	2015
Queimados em tocha	2.153	3.066	2.902
Dissipados na atmosfera	59,9	34,6	72,0

a) Consideramos os registros de volume de gás queimado em tocha para as atividades de E&P, Refino, Energia, Transporte e Distribuição.

b) Consideramos registros de gás liberado diretamente para a atmosfera através de eventos de ventilação e depressurização.

Gerenciamos as emissões atmosféricas provenientes de nossas atividades a partir de inventário anual que divulgamos voluntariamente e que reuniu, em 2015, dados referentes a cerca de 34 mil fontes ativas cadastradas, abrangendo 75 diferentes tipologias de fontes. Essas informações são compiladas por meio do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (Sigea), cujos resultados são submetidos a verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064.

Reinjetamos, ao longo do ano, 1,3 milhão de toneladas de CO₂ nos campos de Lula e Sapinhoá, localizados no pré-sal da Bacia de Santos. Também destacamos a substituição de parte do gás natural consumido nas refinarias por biogás de aterro, que evitou a emissão de aproximadamente 28 mil toneladas de CO₂; a otimização de consumo de gás combustível no sistema de tocha, que evitou a queima de 15,5 mil metros cúbicos de gás por dia na Refinaria de Paulínia (Replan); além da cogeração e do uso do gás natural em termoelétricas.

Os 41 projetos do Programa Petrobras Socioambiental na linha "Florestas e Clima" atuaram para a manutenção de áreas naturais, além da recuperação e reconversão produtiva de áreas degradadas, e contribuíram localmente também para a fixação de carbono e mitigação de mudanças climáticas.

Os nossos esforços em ações de otimização de processo e mitigação de emissões nos permitiram evitar a emissão de cerca de 72 milhões de toneladas de CO₂ equivalente de 2010 a 2015 em nossas atividades upstream e downstream. O resultado superou em mais de 56% a meta definida para o período, estimada em 46 milhões de toneladas de CO₂e (englobando Escopos 1 e 2).

Consumo Consciente

Promovemos o consumo consciente de derivados de petróleo, principalmente por meio do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. Um dos destaques foi a realização de aproximadamente 100 mil avaliações de ônibus e caminhões quanto às emissões de materiais particulados, que também busca promover a conscientização dos motoristas para o uso eficiente dos seus veículos.

Para estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e de veículos mais eficientes, participamos do Programa Brasileiro de Etiquetagem, desenvolvido pelo Conpet e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Por meio de etiquetas, o consumidor é informado sobre a eficiência e rendimento dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos a gás. Os que apresentam

melhor resultado e, conseqüentemente, geram menor emissão de CO₂, recebem o destaque do Selo Conpet.

Sistemas interativos de consulta no *website* do Conpet permitem aos consumidores comparar os diferentes modelos dos aparelhos a gás e veículos e seus respectivos rendimentos. Já os dados dos automóveis que fazem parte do programa podem ser encontrados no aplicativo Etiquetagem Veicular.

O Programa de Eficiência Energética em Transportes, cujo piloto teve início em 2013, visa a redução do consumo de combustível nas movimentações de produtos e empregados por meio de transportes contratados pela Petrobras Distribuidora. Em 2015, o programa proporcionou uma redução do consumo de cerca de 20 mil metros cúbicos de combustível, o que evitou a emissão de 48 mil toneladas de CO₂.

Em 2015, o Programa de Eficiência Energética em Transportes proporcionou uma redução do consumo de cerca de 20 mil metros cúbicos de combustível, o que evitou a emissão de 48 mil toneladas de CO₂.

Oportunidades de melhorias identificadas resultaram na adoção, pela Petrobras Distribuidora, de outras iniciativas, como a modernização da frota de caminhões tanques, com a utilização de veículos dotados de motores com tecnologia avançada; aumento da capacidade média dos caminhões visando a redução do número de viagens; melhoria do otimizador de roteiros; capacitação dos condutores com foco na condução econômica; maior utilização dos modais de menor consumo de combustível; incorporação de caminhões servidores nos aeroportos; e implantação de novas bases e terminais.

Biodiversidade



Interagimos com diversos ecossistemas e suas interfaces em nossas unidades operacionais e na implantação de novos empreendimentos. Para estabelecer critérios para o adequado manejo dessas interações, utilizamos normas e padrões internos que orientam nossa gestão de riscos e impactos à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos.

Adotamos requisitos específicos voltados ao mapeamento de áreas protegidas e sensíveis e à caracterização e monitoramento da biodiversidade, de acordo com a natureza de nossas operações. A partir dos resultados de investimentos em pesquisa, de demandas originadas de nossos processos de gestão ou de licenciamento ambiental e de outras exigências, desenvolvemos um conjunto de ações, estudos e projetos para a melhoria da gestão ambiental e a mitigação dos impactos. Projetos em andamento contemplam a caracterização e o monitoramento ambiental, a prevenção ou redução de efeitos sobre os ecossistemas e a biodiversidade e a recuperação de ambientes degradados e impactados.

Os relatórios técnicos produzidos a partir dessas iniciativas são armazenados em nosso cadastro de dados ambientais, que já reúne aproximadamente 5,7 mil registros. Outro sistema informatizado, o GeoPortal SMES, possibilita a integração de bases de dados ambientais georreferenciados em uma plataforma única de visualização.

Os estudos de caracterização e monitoramento ambiental que desenvolvemos contribuem para a obtenção de dados sobre espécies existentes nas áreas de influência de nossas atividades. Entre elas, identificamos um total de 190 espécies de fauna e flora ameaçadas, com base na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e nas Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção, publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente.



Cavalo-marinho de focinho longo, espécie encontrada na área de atuação do Projeto Ilhas do Rio, que integra o Programa Petrobras Socioambiental.

Áreas protegidas internas e externas

Tipo de área protegida	Internas	Exclusivamente externas
Unidades de Conservação	30	429
Terras indígenas	3	13
Territórios quilombolas	2	13
Sítios arqueológicos	46	121

a) Dados parciais correspondentes a 103 unidades operacionais que reportaram a existência de áreas protegidas em sua área de influência.

b) As áreas protegidas exclusivamente externas às unidades compreendem as localizadas nas respectivas áreas de influência. As áreas protegidas internas abrangem aquelas localizadas, parcial ou totalmente, na área das próprias unidades.

Número de espécies ameaçadas por estado de conservação (IUCN)

	Vulnerável	Em perigo	Em perigo crítico
Fauna	60	21	7
Flora	24	9	6

a) Foram considerados registros fornecidos por 36 unidades que reportaram a ocorrência, com base em dados primários, de espécies ameaçadas em suas áreas de influência.

b) A quantidade de espécies ameaçadas foi elaborada segundo a Lista Vermelha da IUCN.

c) De acordo com as listas nacionais oficiais de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, do Ministério do Meio Ambiente, registramos, nas áreas de influência de nossas unidades, 118 espécies ameaçadas (85 vulneráveis, 20 em perigo e 13 criticamente em perigo).

Realizamos, na Bacia do Espírito Santo e porção norte da Bacia de Campos, um projeto de caracterização em parceria com diversas instituições de ciência e tecnologia do país e que contemplou, ao máximo, a heterogeneidade ambiental da região, abrangendo dados sobre oceanografia, geologia e geomorfologia, macrofauna bentônica (no fundo oceânico) e plâncton, corais de profundidade e rodólitos (estruturas de algas calcárias), peixes, mamíferos, quelônios e aves, entre outros. As informações geradas pelo projeto constituem-se em uma importante ferramenta para avaliação ambiental da região e para apoio a tomadas de decisão.

Identificamos e avaliamos impactos nas fases de instalação, operação e desativação dos empreendimentos, de forma a subsidiar a definição de medidas preventivas, mitigadoras (preventivas e de controle) e compensatórias. Por exemplo, planejamos os traçados de nossos dutos para transporte de óleo e derivados em longas distâncias no sentido de minimizar o impacto da fragmentação de habitats nos diversos ecossistemas presentes ao longo da tubulação.

Quando não é possível prevenir os impactos decorrentes da supressão vegetal em obras de ampliação ou implantação de instalações, desenvolvemos ações para a recuperação das áreas degradadas. Em nossas operações na província petrolífera de Urucu, na Amazônia, realizamos a recuperação do solo e o reflorestamento da região após o término das atividades de perfuração. As espécies nativas utilizadas no plantio são produzidas em viveiro mantido pela própria unidade.

Também em Urucu, construímos duas passarelas aéreas, localizadas em nossa planta de exploração e produção, que funcionam como corredores ecológicos para a travessia de fauna. O objetivo é reduzir impactos como eventuais atropelamentos, além de conectar os fragmentos florestais separados por estradas. Os pontos de instalação das passarelas foram os locais com maior incidência de animais e fluxo intenso de veículos.

Em ambientes marinhos, realizamos, durante as atividades de sísmica, o monitoramento acústico passivo, que permite detectar, gravar e rastrear sinais acústicos emitidos por cetáceos. A localização desses sinais possibilita estimar a distância dos animais em relação aos canhões de ar, minimizando os impactos da operação. Nossas unidades de exploração e produção offshore contam com planos de proteção da fauna e de áreas vulneráveis, que detalham estratégias de proteção, resgate e reabilitação de espécimes em casos de vazamento de óleo.

Apoio a projetos ambientais

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, na linha “Biodiversidade e Sociodiversidade”, apoiamos projetos com foco na proteção e recuperação de espécies e habitats, bem como nos usos tradicionais associados, para preservar e conservar a biodiversidade nos ecossistemas terrestres e aquáticos.

O projeto “Abraça o Boto Cinza”, do Instituto Boto Cinza, visa ampliar o conhecimento técnico-científico e contribuir para a conservação da espécie (*Sotalia guianensis*) da Baía de Sepetiba (RJ). As ações de educação ambiental e o envolvimento com pescadores e com a população local contribuíram para a criação da primeira área de proteção ambiental marinha municipal no Brasil, a APA Marinha Boto-Cinza.

Na Reserva Natural Serra das Almas em Crateús, no sertão do Ceará, o projeto “No Clima da Caatinga”, realizado pela Associação Caatinga, disseminou tecnologias para a mitigação de efeitos das mudanças climáticas e para o combate à desertificação. Entre elas, destaca-se a implantação de fogões ecoeficientes, com redução de 40% no consumo de lenha. Além disso, o projeto disseminou a utilização de fornos solares sem emissão direta de carbono, a produção de mel de abelhas nativas e o uso de cisternas para o armazenamento de água da chuva. O projeto foi reconhecido em 2014 pela Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

O Projeto Garoupa tem como objetivo preservar a garoupa verdadeira (*Mycteroperca marginata*), espécie ameaçada de extinção. Na base do projeto em Ilhabela (SP), foram estruturados tanques especiais com controle de temperatura, salinidade da água e outros cuidados para viabilizar a reprodução da espécie, visando repor as populações na natureza. As desovas já resultaram em mais de um milhão de ovos fecundados. Após seis meses em tanques, os peixes são soltos e os sobreviventes são monitorados por meio de telemetria (detecção e transmissão de sinais e dados à distância).

Além dos ambientes costeiros e marinhos, apoiamos projetos que atuam na preservação dos seis biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Campos Sulinos, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal).

Recursos hídricos



Nossa gestão de recursos hídricos tem como princípio básico a constante busca pela racionalização do uso da água, visando garantir o suprimento necessário às nossas atividades e contribuir com a sua conservação nas áreas de influência de nossas instalações. As ações que visam minimizar o uso da água nas nossas atividades reduzem, por um lado, as nossas necessidades globais de captação e a nossa dependência desse insumo e, por outro, ampliam a disponibilidade do recurso para o seu uso pela sociedade.

Buscamos a adoção de tecnologias pouco intensivas na utilização da água, a minimização do seu uso nas operações e processos, o reúso e a identificação de fontes alternativas de suprimento, sempre considerando os fatores disponibilidade hídrica local e viabilidade técnico-econômica das ações.

Realizamos anualmente um inventário de recursos hídricos e efluentes, consolidando as informações sobre volumes de água utilizados, fontes de captação, cargas potencialmente poluidoras lançadas, volumes dos efluentes industriais e sanitários e custos envolvidos, entre outros aspectos necessários à gestão. O inventário contempla, ao todo, 486 instalações usuárias de água e é realizado a partir de um processo interno padronizado, subsidiado pelo banco de dados corporativo, o Datahidro.



Captação de água da chuva na Fábrica de Emulsões Asfálticas de Duque de Caxias.

Uso da água

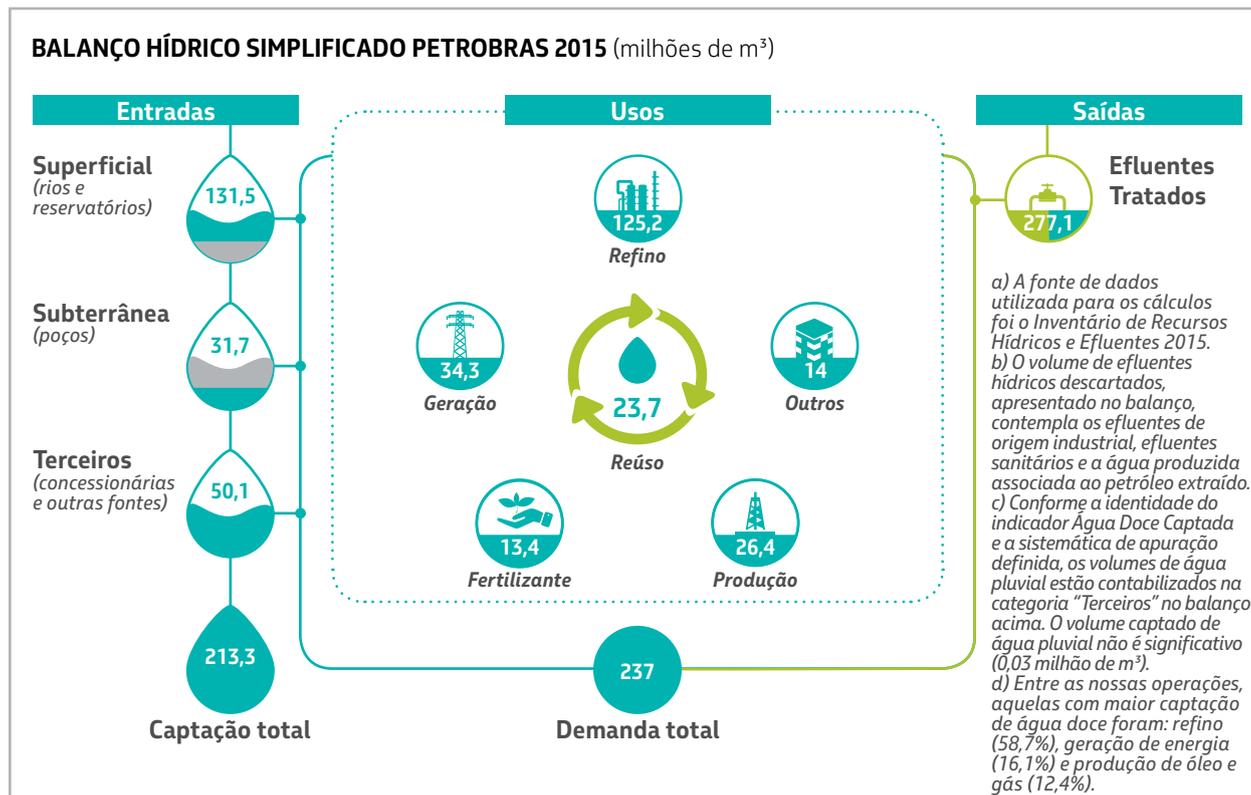
Ao longo de 2015, captamos 213,3 milhões de metros cúbicos de água doce para nossas atividades operacionais e administrativas. Utilizamos 227 fontes de captação, sendo 170 localizadas no Brasil, que responde por cerca de 90% do volume total de água doce que captamos. No país, os limites máximos de retirada de água doce do ambiente são estabelecidos pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos, considerando critérios hidrológicos e os múltiplos usos humanos e ecológicos da água dentro de uma bacia hidrográfica.

Não tivemos conhecimento sobre impactos significativos nos mananciais onde realizamos captação direta de água. Ainda assim, investimos continuamente no monitoramento de áreas protegidas, e/ou sensíveis localizadas nas regiões de influência de nossas unidades.

Parte significativa de nossos investimentos na racionalização do uso da água tem sido orientada para o desenvolvimento de projetos de reúso. Entre os benefícios alcançados, obtivemos a redução das nossas necessidades globais de captação de “água nova” – diminuindo a nossa dependência

do insumo – e a consequente disponibilização de maior quantidade para uso pela sociedade. O volume total de reúso foi de 23,7 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a 10% da nossa demanda total de água doce. O volume reusado seria suficiente para abastecer, por exemplo, uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes por um ano. A partir dessas ações de reúso, estimamos uma economia anual de aproximadamente R\$ 5 milhões nos custos de captação de água e lançamento de efluentes.

Para colaborar com a gestão participativa das bacias hidrográficas onde estão situadas nossas instalações, participamos de diversos fóruns, como os comitês de bacias hidrográficas. Para acompanhar as discussões e identificar possíveis melhorias de gestão, integramos a Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria.



Volume total de água reusada

	2013	2014	2015
Água reusada (milhões de m ³)	24	24,5	23,7
Reúso em relação ao total de água doce utilizada (%)	11,1	10,6	10,0

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2015.

b) A atividade de refino responde por aproximadamente 98% do volume total reutilizado.

Descarte de efluentes

Em 2015, o volume de efluentes hídricos descartados no ambiente a partir de nossas operações foi de 277,1 milhões de metros cúbicos, incluindo efluentes de natureza industrial, sanitária e água produzida oriunda do processo de extração de petróleo. Esse volume total de efluentes continha 1,5 mil toneladas de óleos e graxas; 5,3 mil toneladas de demanda química de oxigênio (DQO) e 1,1 mil toneladas de amônia (os dois últimos poluentes estavam contidos nos efluentes das atividades de refino e de produção de fertilizantes no Brasil). Nossos processos de descarte de efluentes são regulados por padrões de lançamento estabelecidos em lei.

Para a assimilação de nossos efluentes, utilizamos 91 corpos hídricos superficiais, 56 pontos de descarte subterrâneo e 53 concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas. Não identificamos impactos quantitativos ou qualitativos relevantes nos mananciais onde nossos efluentes são lançados. Quatorze projetos relacionados à implantação ou modernização de sistemas de tratamento e drenagem de efluentes tiveram andamento ao longo do ano.

Acesso à água e identificação de riscos

Assegurar o acesso ao suprimento da água necessária para a continuidade manutenção das nossas atividades é uma das prioridades da nossa gestão de recursos hídricos, sobretudo diante da recente crise hídrica que atingiu a Região Sudeste do país entre 2014 e 2015.

Avaliamos preliminarmente a exposição de nossas instalações a riscos de escassez por meio do "Índice de Risco de Escassez Hídrica", ferramenta desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) capaz de fornecer subsídios sobre onde priorizar a adoção de medidas mitigadoras de risco e investimentos em segurança hídrica.

Aplicamos o índice em um conjunto de unidades operacionais que respondem por cerca de 90% do total de água doce captada, o que possibilitou a classificação das instalações em faixas de magnitude de risco bem como a estimativa das potenciais perdas financeiras relacionadas à exposição a esses riscos, de forma a orientar as nossas ações. Elaboramos, também, um mapa de criticidade hídrica, o que nos permite a visualização espacial dos riscos.

Para o enfrentamento de potenciais cenários de disponibilidade limitada de água, destacamos o conjunto de medidas adotadas na Replan (SP), envolvendo desde ações operacionais de otimização do uso de vapor e água, até a intensificação do processo de manutenção e a realização de pequenos projetos que incluem o aproveitamento de água subterrânea. Essas ações contribuem para uma redução de aproximadamente 200 metros cúbicos/hora na captação de água pela refinaria no Rio Jaguari, localizado na bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, atingida pela crise hídrica ocorrida no período 2014-2015.

Tecnologias

Investimos cerca de R\$ 10 milhões no Pro-Água, programa tecnológico específico para orientar a atuação em tratamento, reúso e minimização do consumo de água. O programa reúne 18 projetos em parceria com oito universidades brasileiras. As unidades operacionais recebem, também, assistência técnico-científica para o diagnóstico e a solução de problemas operacionais nos sistemas de tratamento de águas e efluentes.

Na Refinaria Henrique Laje (Revap), em São Paulo, conseguimos aumentar os ciclos de concentração nos sistemas de resfriamento por meio do aperfeiçoamento da tecnologia e da gestão do processo e, assim, reduzir a necessidade de água de reposição, sem comprometer a eficiência operacional. A mudança gerou uma economia de 23 metros cúbicos/hora de água.

Descarte total de água pelo Sistema Petrobras por destinação

Destino	Volume descartado (milhões de m³)			Volume descartado (%)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Corpos hídricos superficiais	217,5	242,7	270,7	94,3	95,3	97,7
Corpos hídricos subterrâneos	6,7	6,3	3,2	2,9	2,5	1,15
Concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas	6,4	5,8	3,2	2,8	2,2	1,15
Totais	230,6	254,8	277,1	100	100	100

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2015.

Resíduos

Ao longo dos últimos anos, principalmente com aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/10), as empresas, órgãos públicos e academia vêm intensificando a discussão sobre o tema, seus impactos e as responsabilidades de cada agente. Buscamos continuamente evitar e minimizar a geração de resíduos e aprimorar iniciativas para seu aproveitamento, como reúso e reciclagem. Utilizamos sistemas informatizados para gestão dessas atividades e capacitamos regularmente a força de trabalho no tema.

Juntamente com as nossas empresas subsidiárias, investimos em desenvolvimento tecnológico e na busca de processos mais limpos e inovadores, a fim de aumentar a eficiência da produção e atender aos padrões de segurança e de qualidade ambiental no tratamento dos resíduos gerados. Destacamos a utilização de biorreatores para o tratamento de solos contaminados com hidrocarbonetos e o uso de biossurfactantes para o tratamento de solos contaminados com metais pesados e hidrocarbonetos. Geramos, em 2015, 192 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos em processos, quantidade 18% menor do que a de 234 mil toneladas registrada no ano anterior.

- 18%

Redução registrada em 2015 de resíduos sólidos perigosos em processos em comparação ao ano anterior.



Área industrial da Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto.

RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS GERADOS

(mil toneladas)



a) Revisamos o total de resíduos sólidos perigosos gerados em 2014 informado na última edição do Relatório de Sustentabilidade, de 245 mil toneladas para 234 mil toneladas.

b) As atividades que geraram mais resíduos sólidos perigosos foram os processos de perfuração e completação de poços (fluidos: 20% do total), limpeza de áreas operacionais (solos contaminados: 20%) e limpeza de tanques e de outros equipamentos (borras oleosas: 17%).

Ao processar correntes residuais oleosas, recuperamos hidrocarbonetos para produção de combustíveis e evitamos a geração de resíduos. Na Unidade de Industrialização de Xisto (SIX), no Paraná, a técnica evitou a geração de mais de 12,2 mil toneladas de resíduos em 2015. A unidade de recuperação de óleo da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, processou 12 mil metros cúbicos de correntes residuais oleosas, com a recuperação de hidrocarbonetos e a produção de coque verde de petróleo.

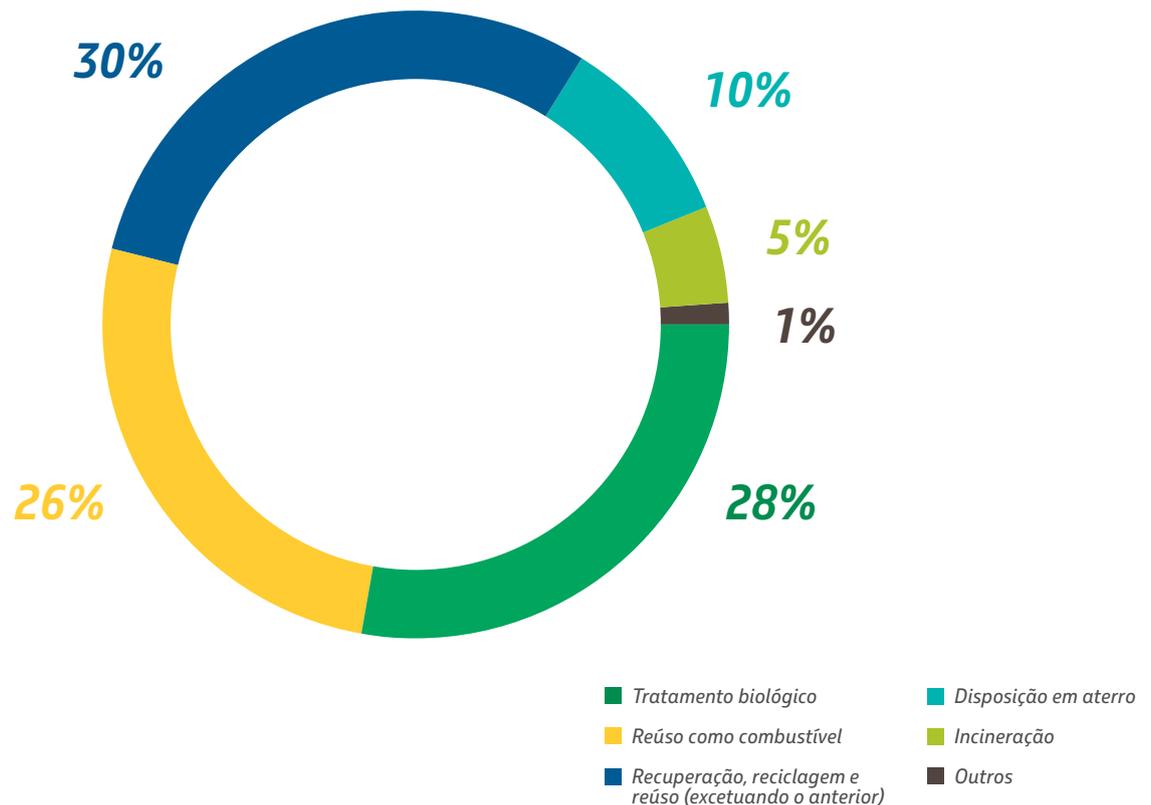
Podemos destacar, também, entre as iniciativas de recuperação de óleo, o processo de limpeza mecanizada química ou bioquímica do interior de tanques, realizado sem contato humano direto, que nos permitiu reduzir a geração de resíduos perigosos.

Enviamos cerca de 191 mil toneladas de resíduos sólidos de processos para diferentes tipos de destinação, definidos com base em critérios técnicos e ambientais, segundo a legislação vigente.

De acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador das atividades marítimas, apenas resíduos de fluido de perfuração de base aquosa e cascalhos, após passarem por testes realizados a bordo, podem ser descartados no mar. Investimos no reúso para reduzir a geração de resíduos de fluidos de perfuração de base não aquosa. Outros resíduos são encaminhados a empresas licenciadas para que seja feita a destinação final, de acordo com a legislação brasileira. Também realizamos práticas de incorporação, coprocessamento e reciclagem de resíduos de cascalho nas nossas operações em terra.

Não realizamos movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS DE PROCESSO



a) "Outros" inclui os resíduos devolvidos aos fornecedores, submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

b) As tecnologias de recuperação, reciclagem e reúso atingem a significativa participação de 56% do total, destacando-se o reúso de resíduos como combustível, o que permite incorporá-los no processo produtivo de cimenteiras. Outra tecnologia de destaque é o tratamento biológico, que utiliza microrganismos ou enzimas para a redução da toxicidade ou do volume dos resíduos (landfarming, biorreatores, biopilhas).

c) Entre os resíduos não perigosos submetidos a reciclagem, recuperação ou reúso, destacam-se as sucatas (99%), papéis (95%), madeiras (94%) e plásticos (89%).

Passivos ambientais

Alguns impactos ambientais significativos inerentes às nossas atividades podem ocorrer durante operações como manutenção de equipamentos, de armazenamento, nas redes de distribuição de gás, petróleo e derivados e no transporte marítimo ou rodoviário envolvendo caminhões-tanque contratados. Nosso programa de eliminação de passivos atua no diagnóstico e na remediação de impactos.

Os processos de descomissionamento parcial ou total de uma instalação ocorrem somente após análise global da concessão, considerando aspectos de preservação do meio ambiente, garantia da segurança operacional e redução dos custos. Iniciamos com a identificação da alternativa mais adequada frente a requisitos legais e normativos, seguida pelo detalhamento da proposição e seu protocolo junto aos órgãos reguladores, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos casos de devolução de campos. O descomissionamento ou desativação total de instalações é uma das fases do ciclo de vida dos projetos na indústria de óleo e gás.

Entre os nossos ativos que foram descomissionados ou passaram por processo de descomissionamento em 2015 estão plataformas de produção, como a P-12, que iniciou suas atividades em 1984 e encerrou sua produção em fevereiro. Seu processo de descomissionamento prevê até o final de 2016 operações como a desativação das instalações submarinas e a conclusão do abandono de poços. Após esse período, a plataforma será destinada a um estaleiro e os empregados realocados em outras unidades.



Equipe do Centro de Defesa Ambiental da Base de Imboassica durante operação de simulado da saída do comboio para atendimento de emergência.

Vazamentos

Registramos 25 derramamentos de petróleo e derivados, que somaram 71,6 metros cúbicos, 3% a mais que o volume registrado no ano passado e 84% abaixo do limite de alerta fixado em 461 metros cúbicos. Mantivemos níveis de derramamento inferiores a um metro cúbico por milhão de barris de petróleo produzido. Nossa sistemática de comunicação, tratamento e registro de vazamentos possibilita o monitoramento diário dos incidentes, de seus impactos e das providências de mitigação.

O tombamento de caminhões-tanque foi a causa dos quatro eventos com maior volume vazado, ocorridos em Chiquihue, no Chile, em Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Derivados, como óleo diesel, gasolina e cimento asfáltico de petróleo, atingiram o solo e foram contidos.

Não conformidades

No terminal aquaviário de Angra dos Reis (Tebig), durante operação de descarga de óleo do navio-aliviador Navion Gothenburg, em março, houve derramamento de mistura oleosa do tanque de lastro, que atingiu o mar. Em junho, registramos vazamento de óleo cru no oleoduto que liga o Tebig à Refinaria de Duque de Caixas (Reduc), provocado por vandalismo. Essas ocorrências resultaram em multas de R\$ 50 milhões e R\$ 2,4 milhões, respectivamente. Ambas são objeto de negociação junto ao órgão ambiental interessado, visando convertê-las em termo de ajuste de conduta.

Em decorrência de vazamento em duto marítimo em Sergipe, recebemos multa no valor de R\$ 2,5 milhões.

O valor das multas recebidas pela Petrobras (excluindo subsidiárias e controladas) em 2015 por desconformidade

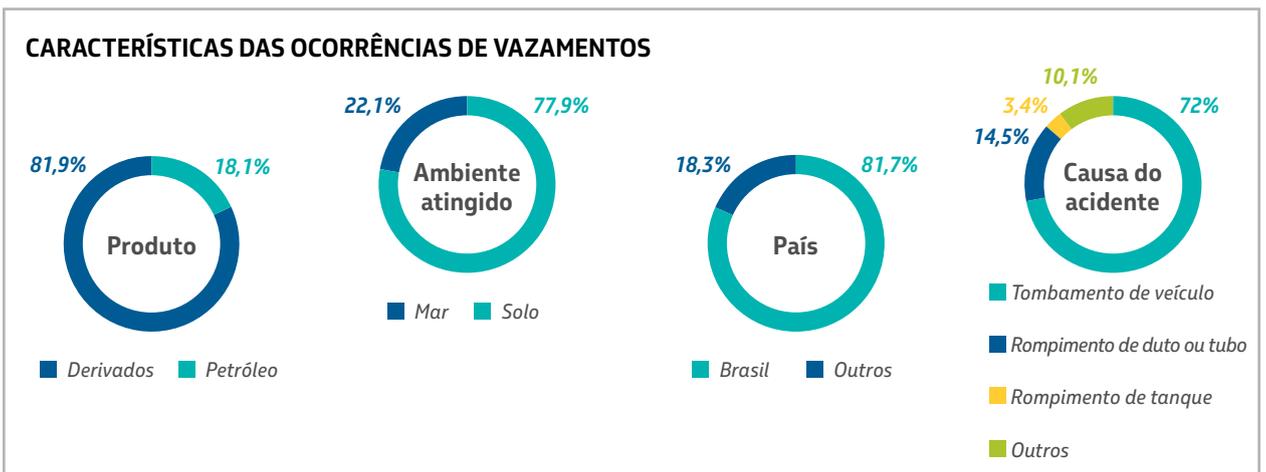
Vazamento de Petróleo e derivados (m³)

	2011	2012	2013	2014	2015
Número total de vazamentos	66	71	39	32	25
Volume total de vazamentos	234	387	187	69,5	71,6
Volume médio vazado por outras empresas do setor de óleo e gás	2.748,9	1.370	1.133,9	1.453,9	-

a) São computados os vazamentos de volumes maiores do que um barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente.

b) Até o fechamento do Relatório de Sustentabilidade, não haviam sido divulgados os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas que compõem o peer group da Petrobras.

c) O total de 71,6 m³ equivale a cerca de 450 barris.



com leis e regulamentos ambientais correspondeu a aproximadamente R\$ 10,5 milhões. As principais causas de multas ambientais foram por não atendimento a condicionante de licença de operação, vazamento em duto marítimo e execução de furo direcional ocasionando lançamento hídrico sem anuência ou autorização do órgão ambiental.

Em relação a sanções não monetárias, recebemos advertência de órgão ambiental por iniciarmos, sem a licença de

alteração, obra de ampliação e modernização de parque de armazenamento de óleo, em São Francisco do Conde (BA).

Das 20 demandas que apontavam riscos de impactos ambientais recebidas por nossa Ouvidoria-Geral, 14 foram classificadas como denúncias e seis como reclamações. Das denúncias, seis foram concluídas, outras seis arquivadas e duas permaneceram abertas para tratamento em 2016. Todas as reclamações foram concluídas.

Anexos



Balanço Social

							consolidado	
1 - Base de Cálculo			2015		2014			
Receita de vendas Consolidada (RL)			321.638		337.260			
Lucro (Prejuízo) antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)			(41.229)		(24.771)			
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB) (i)			30.637		31.671			
2 - Indicadores Sociais Internos			Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação			1.226	4,00	0,38	1.222	3,86	0,36
Encargos sociais compulsórios			6.162	20,11	1,92	5.774	18,23	1,71
Previdência privada			2.190	7,15	0,68	1.978	6,25	0,59
Saúde			1.685	5,50	0,52	1.477	4,66	0,44
Segurança e saúde no trabalho			233	0,76	0,07	225	0,71	0,07
Educação			263	0,86	0,08	242	0,76	0,07
Cultura			7	0,02	-	18	0,06	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional			309	1,01	0,10	365	1,15	0,11
Creches ou auxílio-creche			79	0,26	0,02	58	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados			-	-	-	1.045	3,30	0,31
Outros			92	0,30	0,03	50	0,16	0,01
Total - Indicadores sociais internos			12.246	39,97	3,81	12.454	39,32	3,69
3 - Indicadores Sociais Externos			Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Socioambiental (I)			271	(0,66)	0,08	405	(1,63)	0,12
Cultural (II)			139	(0,34)	0,04	194	(0,78)	0,06
Esportivo (III)			86	(0,21)	0,03	94	(0,38)	0,03
Total de investimentos para a sociedade			496	(1,20)	0,15	693	(2,80)	0,21
Tributos (excluídos encargos sociais)			113.840	(276,12)	35,39	106.319	(429,21)	31,52
Total - Indicadores sociais externos			114.336	(277,32)	35,55	107.012	(432,00)	31,73
4 - Indicadores Ambientais			Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa			3.678	(8,92)	1,14	3.169	(12,79)	0,94
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa			() não possui metas () cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional			2015		2014			
Número de empregados(as) ao final do período			78.470		80.908			
Número de admissões durante o período (IV)			804		3.786			
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços (V)			158.076		203.705			
Número de estagiários(as) (VI)			1.438		1.746			
Número de empregados(as) acima de 45 anos (VII)			31.268		33.767			
Número de mulheres que trabalham na empresa			13.695		13.625			
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres (VII)			15,3%		15,2%			
Número de negros(as) que trabalham na empresa (VIII)			20.098		19.959			
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IX)			25,3%		20,3%			
Número de empregados com deficiência (X)			444		286			

Balanco Social

continuação

consolidado

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				2015				Metas 2016
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (XI)				32,0				32,0
Número total de acidentes de trabalho (XII)				3.096				-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	(X) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará	(X) organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (XIII)	na empresa: 9.455	no Procon: 36	na Justiça: 30	na empresa: 5.564	no Procon: 0	na Justiça: 0	na Justiça: 0	
Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 99,1%	no Procon: 47,2%	na Justiça: 40%	na empresa: 98%	no Procon: -	na Justiça: -	na Justiça: -	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):				Em 2015: 169.931				Em 2014: 146.440
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65% governo 0% acionistas	17% colaboradores(as) 39% terceiros	-21% retido	70% governo 0% acionistas	22% colaboradores(as) 23% terceiros	-15% retido		
7 - Outras Informações								
I. A partir de 2015, passa a incluir os valores destinados ao apoio a projetos sociais, ambientais e de esporte educacional. Contempla as antigas linhas de "Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho", "Educação para a Qualificação Profissional", "Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente", "Outros" e "Investimentos em programas e/ou projetos externos", além de parcela da linha "Esporte" destinada a projetos de esporte educacional.								
II. O valor difere do divulgado no Balanço Social do ano anterior, em função de os números inicialmente publicados não contemplarem os investimentos em projetos culturais desvinculados do programa de patrocínio vigente que, em 2014, somaram R\$ 51,6 milhões.								
III. A partir de 2015, não inclui os valores de projetos de esporte educacional, já contemplados na linha Socioambiental. Por essa razão, o valor de 2014 difere do divulgado no Balanço Social anterior pois não contabiliza tais investimentos, que somam R\$ 30,1 milhões e passa a contemplar os investimentos em projetos desvinculados do programa de patrocínio vigente, que em 2014, somaram R\$ 25,2 milhões no segmento esportivo.								
IV. Informações do Sistema Petrobras no Brasil, relativas a admissões por processo seletivo público.								
V. Em 2015, passou a refletir apenas os prestadores de serviços que trabalham nas instalações da Petrobras. O número de 2014 foi ajustado para fins de comparabilidade.								
VI. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Breitener e Gas Brasileiro. As demais controladas não possuem programas de estágio.								
VII. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liqueigás e Petrobras Biocombustível.								
VIII. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro e Liqueigás que se autodeclararam negros (cor parda e preta).								
IX. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,3% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).								
X. Dado obtido através dos registros no Sistema Informatizado de Saúde, a partir da autodeclaração do empregado e análise médica durante os exames ocupacionais.								
XI. Informações da Petrobras Controladora.								
XII. Se refere ao número de acidentados. Não há meta específica para o número total de acidente de trabalho. O número apresentado para 2016 foi estimado com base no Limite de Alerta estabelecido para o indicador TOR, que é de 4,40 e no HHER projetado para o ano (636,68 milhões de homens-hora de exposição ao risco).								
XIII. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liqueigás. As metas para 2016 incluem apenas Petrobras Controladora e Liqueigás.								
(i) Composta por salários, vantagens, FGTS, INSS e demais benefícios a empregados.								

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015

Aos Administradores e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Rio de Janeiro- RJ

Introdução

Fomos contratados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Companhia” ou “Petrobras”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Petrobras é responsável pela elaboração e adequada apresentação de informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade constantes do Relatório de Sustentabilidade 2015, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à

norma internacional *ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board*. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles

internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras;

(d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou os registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, testes para observar a aderência às diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI-G4) e aos critérios da estrutura de elaboração aplicável na elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos

do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petrobras. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes Relatório de Sustentabilidade 2015 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI G4).

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 “S” RJ

Glossário

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Órgão regulador do setor de petróleo e gás natural no Brasil.

Águas profundas

Águas oceânicas situadas em áreas com lâmina d'água, em geral, entre 300 metros e 1.500 metros. De maneira geral, os limites mencionados resultam de aspectos associados ao estado da arte na tecnologia requerida para as unidades estacionárias de perfuração ou de produção, limites de mergulho humano.

Barril de óleo equivalente (boe)

Unidade normalmente usada para expressar volumes de líquidos e gás natural na mesma medida (barris). Um metro cúbico de gás natural nacional é aproximadamente 0,00629 barril de óleo equivalente. Há taxas variadas para cada composição de gás natural e de óleo. A expressão boed equivale a barris de óleo equivalente por dia.

Biodiesel

Combustível alternativo ao diesel, renovável e biodegradável, obtido a partir da reação química de óleos, de origem animal ou vegetal, com álcool, na presença de um catalisador (reação conhecida como transesterificação). Pode ser obtido também pelos processos de craqueamento e esterificação.

Biosurfactantes

Compostos orgânicos produzidos por bactérias ou outros microrganismos e usados para redução da tensão superficial de líquidos.

Bpd

Barril por dia.

Brent

Mistura de petróleos produzidos no Mar do Norte, oriundos dos sistemas petrolíferos Brent e Ninian, com grau API de 39,4° e teor de enxofre de 0,34%.

Campo

Área produtora de petróleo ou gás natural a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.

Condensado

Líquido do gás natural, obtido no processo de separação normal de campo, que é mantido na fase líquida nas condições normais de pressão e temperatura.

Coque de petróleo

Produto sólido, negro e brilhante obtido por craqueamento dos resíduos pesados (coqueamento). Queima sem deixar cinzas.

Diligence de Integridade (DDI)

Avaliação do grau de risco de integridade ao qual podemos estar expostos no relacionamento com nossos fornecedores de bens ou serviços, a partir de informações relacionadas à reputação, idoneidade e às práticas de combate à corrupção de tais fornecedores.

FPSO

Navio com capacidade para produzir, armazenar e escoar petróleo e/ou gás natural para navios aliviadores.

Gás liquefeito de petróleo (GLP)

Mistura de hidrocarbonetos com alta pressão de vapor, obtida do gás natural em unidades de processo especiais, mantida na fase líquida em condições especiais de armazenamento na superfície.

Gás natural

Todo hidrocarboneto ou mistura de hidrocarbonetos que permaneça em estado gasoso em condições atmosféricas normais, extraído diretamente de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Gás natural liquefeito (GNL)

Gás natural resfriado a temperaturas inferiores a -160 °C para transferência e estocagem como líquido.

Índice de sucesso exploratório

Número de poços exploratórios com presença de óleo e/ou gás comerciais em relação ao número total de poços exploratórios perfurados e avaliados, no ano em curso.

Líquido de Gás Natural (LNG)

Parte do gás natural que se encontra na fase líquida, em determinada condição de pressão e temperatura na superfície, obtida nos processos de separação de campo, em unidades de processamento de gás natural ou em operações de transferência em gasodutos.

Nafta

Derivado de petróleo utilizado principalmente como matéria-prima da indústria petroquímica na produção de eteno e propeno, além de outras frações líquidas, como benzeno, tolueno e xilenos.

Óleo

Porção do petróleo existente na fase líquida nas condições originais do reservatório e que permanece líquida nas condições de pressão e temperatura de superfície.

Óleo combustível

Frações mais pesadas da destilação atmosférica do petróleo. Largamente utilizado como combustível industrial em caldeiras, fornos, etc.

Petróleo

Todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado.

Pré-sal

Rochas reservatórios que se encontram abaixo de uma extensa camada de sal, que abrange o litoral do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina, ao longo de mais de 800 km de extensão por até 200 km de largura, em lâmina d'água que varia de 1.500 m a 3.000 m e soterramento entre 3.000 m e 4.000 m.

Reservas

Recursos descobertos de petróleo e/ou gás natural comercialmente recuperáveis a partir de determinada data.

Reservas provadas

Reservas de petróleo e/ou gás natural que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pela legislação petrolífera e tributária brasileira.

Sísmica

Técnica de obtenção de informações geológicas por meio da captação de sinais sonoros refletidos nas camadas subterrâneas.

Conversão

Metro cúbico	1m ³ = 1.000 litros = 6,28994113 barris
Barril	1b = 0,158984 m ³ = 158,984 litros

Sumário de conteúdo GRI

Conteúdos Padrão Gerais

Conteúdos Padrão Gerais	Localização ou motivo para omissão
Estratégia e Análise	
G4-1	4
G4-2	15, 16, 35 e 40, Formulário de referência (capítulo 4.1. "Descrição dos Fatores de Risco") Relatório da Administração (Capítulos "Estratégia Corporativa" e "Desempenho dos Negócios")
Perfil Organizacional	
G4-3	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
G4-4	7, 8, 29 e 30 Formulário de Referência (capítulo 7.3. "Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais")
G4-5	Rio de Janeiro, Brasil.
G4-6	7
G4-7	Sociedade anônima de capital aberto.
G4-8	7 Formulário de Referência (capítulos 7.1. "Descrição das atividades do emissor e suas controladas", 7.2. "Informações sobre segmentos operacionais" e 7.3. "Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais")
G4-9	7, 32 e 44 Formulário de Referência (capítulos 3.1. "Informações Financeiras" e 3.2. "Medições não contábeis")
G4-10	44, 45 e 50
G4-11	45
G4-12	34
G4-13	36 Formulário de Referência (capítulos 8.3. "Descrição das operações de reestruturação ocorridas no grupo" e 15.6 "Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor")
Compromissos com Iniciativas Externas	
G4-14	Em alinhamento aos princípios da precaução e prevenção, buscamos adotar medidas eficazes para impedir danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana, mesmo quando não há consenso científico sobre o assunto.
G4-15	12, 21 e 55
G4-16	12, 21 e 55

Sumário de conteúdo GRI

continuação

Aspectos Materiais Identificados e Limites	
G4-17	5 Demonstrações Contábeis (nota explicativa 4.1. "Base de consolidação")
G4-18	5 A metodologia que usamos na definição do limite do relatório, apesar de atualizada, foi a mesma adotada nos nossos relatórios anteriores, ou seja, consideramos como referência os critérios de grau de influência (controle acionário ou operacional) e potenciais impactos relevantes em sustentabilidade. Quando há alteração do limite em determinada informação no relatório, apresentamos a devida ressalva e justificativa.
G4-19	5
G4-20	Todos os 13 temas materiais são abordados no Relatório e possuem significativa relevância dentro da companhia, de acordo com o limite descrito no indicador G4-18.
G4-21	Apesar de todos os 13 temas materiais terem potencial de impacto ou influência fora da organização (incluindo fornecedores, clientes, parceiros e consumidores), o relato prioriza o limite descrito no indicador G4-18. No entanto, os temas "Prevenção de acidentes e vazamento" e "Saúde e segurança dos trabalhadores" também consideram empresas parceiras e fornecedoras.
G4-22	65
G4-23	5 e 72
Engajamento de Stakeholders	
G4-24	23
G4-25	23 a 26
G4-26	23 a 26
G4-27	5, 23, 24 25 e 26
Perfil do Relatório	
G4-28	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.
G4-29	A versão anterior à esta edição referia-se ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.
G4-30	Anual.
G4-31	rs2015@petrobras.com.br
G4-32	O Relatório de Sustentabilidade é elaborado conforme a opção abrangente de definição de conteúdo pelas diretrizes GRI-G4.
G4-33	5 e 73
Governança	
G4-34	10 e 11 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")
G4-35	11
G4-36	9
G4-37	Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais")
G4-38	11 Formulário de Referência (Capítulo 12.5/6 "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal")
G4-39	11

Sumário de conteúdo GRI

continuação

G4-40	Os processos de seleção e nomeação para o nosso Conselho de Administração seguem os critérios de independência listados no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais" e 12.5/6 - "Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal")
G4-41	11 Formulário de Referência (capítulos 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais", 12.4 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração" e 16.3 "Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado")
G4-42	10 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")
G4-43	12
G4-44	Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")
G4-45	15 Formulário de Referência (capítulos 5.1. "Política de gerenciamento e riscos", 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado" e 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")
G4-46	15 Formulário de Referência (capítulo 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado")
G4-47	Formulário de Referência (capítulo 12.4 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração")
G4-48	O Relatório de Sustentabilidade 2015 foi submetido a análise e validação pelos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.
G4-49	15 e 17
G4-50	11 e 12
G4-51	11 e 12 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")
G4-52	11 e 12 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")
G4-53	Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")
G4-54	72
G4-55	Formulário de Referência (capítulo 13.11 "Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal")
Ética e Integridade	
G4-56	19 Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais")
G4-57	23
G4-58	17 e 23

Sumário de conteúdo GRI

Conteúdos Padrão Específicos

Aspectos Materiais	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores	Localização ou motivo para omissão
Saúde, Segurança e Qualidade de Vida	Forma de Gestão	47
	G4-LA5	48
	G4-LA6	47 e 48
	G4-LA7	49
	G4-LA8	48
	G4-OG13	48
	Comunicação e Relacionamento com Públicos de Interesse	Forma de Gestão
G4-24		23
G4-25		24, 25 e 26
G4-26		5, 24, 25 e 26
G4-PR5		29 e 25
Ética nos Negócios, incluindo Prevenção e Combate a Corrupção	Forma de Gestão	17
	G4-SO3	21
	G4-SO4	21
	G4-SO5	19 e 22 Diferente do apresentado no Sumário de Conteúdo GRI do Relatório de Sustentabilidade 2014, decidimos divulgar de forma consolidada as medidas disciplinares aplicadas em casos de desvios de conduta, não limitadas apenas a situações de fraude e corrupção.
	G4-SO6	21
	G4-SO7	19
	Relações Trabalhistas e Práticas Sindicais	Forma de Gestão
G4-LA3		50
G4-LA4		Apesar de buscarmos comunicar com a devida antecedência aos empregados sobre mudanças operacionais, não há prazo mínimo estabelecido.
G4-HR4		45
Estratégia de Negócio a Longo Prazo	Forma de Gestão	13
	G4-OG1	7
Presença no Mercado e Práticas de Compra	Forma de Gestão	7, 8, 32, 33, 34 e 39
	G4-EC8	38
	G4-EC9	34

Sumário de conteúdo GRI

Continuação

Emissões Atmosféricas e Estratégia Climática	Forma de Gestão	55
	G4-EC2	55 e 56
	G4-EN15	58 e 59
	G4-EN16	58 e 59
	G4-EN17	58
	G4-EN18	Os indicadores de intensidade de emissões são monitorados e utilizados por nossas áreas de negócios, mas não são disponibilizados publicamente, por seu grau de confidencialidade, definido pela alta gerência por razões estratégicas.
	G4-EN19	57 e 59
	G4-EN20	Não apresentamos o volume consolidado de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDOs) no Sistema Petrobras. Apesar disso, monitoramos seu uso nas nossas instalações para atender a legislação brasileira, que prevê a sua eliminação, após redução gradual.
	G4-EN21	58
	Conformidade com Leis e Regulamentos	Forma de Gestão
G4-EN29		69
G4-SO8		68 Formulário de Referência (capítulos 4.3 a 4.6).
G4-PR2		30
G4-PR4		30
G4-PR7		30
G4-PR9		30
Gerenciamento de Produtos e Serviços e seus Impactos Relacionados		Forma de Gestão
	G4-EN12	35
	G4-EN27	30
	G4-EN28	30
	G4-EN30	59 e 61
	G4-PR1	30
	G4-PR3	30
	G4-PR5	29
	G4-OG8	8

Sumário de conteúdo GRI

Continuação

Gestão da Cadeia de Fornecedores	Forma de Gestão	34
	G4-EN32	37
	G4-EN33	35
	G4-LA14	37
	G4-LA15	35
	G4-HR10	37
	G4-HR11	35
	G4-SO9	37
	G4-SO10	35
	Gestão de Resíduos e Efluentes	Forma de Gestão
G4-EN22		65
G4-EN23		66 e 67
G4-EN25		67
G4-EN26		65
G4-OG5		64 e 65
G4-OG6		59
G4-OG7		66
Recursos Hídricos	Forma de Gestão	63
	G4-EN8	64
	G4-EN9	64
	G4-EN10	64
Prevenção de Vazamento e Remediação	Forma de Gestão	69
	G4-EN24	69

Administração

Diretoria Executiva

Pedro Pullen Parente
Presidente

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

João Adalberto Elek Junior
Diretor Executivo de Governança, Risco e Conformidade

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Nelson Luiz Costa Silva
Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão

Roberto Moro
Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção & Tecnologia

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

Conselho de Administração

Luiz Nelson Guedes de Carvalho
Presidente
(eleito pelo acionista controlador)

Betânia Rodrigues Coutinho
(eleita pelos empregados)

Durval José Soledade Santos
(eleito pelo acionista controlador)

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis
(eleito pelo acionista controlador)

Guilherme Affonso Ferreira
(eleito pelos acionistas preferencialistas)

Jerônimo Antunes
(eleito pelo acionista controlador)

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
(eleito pelos acionistas minoritários)

Pedro Pullen Parente
(eleito pelo acionista controlador)

Segen Farid Estefen
(eleito pelo acionista controlador)

Conselho Fiscal

Titulares

Luiz Augusto Fraga Navarro
(eleito pela União)

Marisete Fátima Dadald Pereira
(eleita pela União)

Reginaldo Ferreira Alexandre
(eleito pelos acionistas minoritários)

Walter Luiz Bernardes Albertoni
(eleito pelos acionistas preferencialistas)

William Baghdassarian
(eleito pela União)

Expediente

Responsável pelas Informações

Beatriz Nassur Espinosa
Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Paulo José Alves
(CRC-RJ 060073/O-0)
Gerência Executiva de Contabilidade e Tributário

Coordenação e Produção

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Redação

Adriano Lima
Bruno Moreira Cazonatti
Paula Calainho Teixeira
Raquel Ferreira Simiqueli

Gerência Executiva de Comunicação e Marcas

Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão

Diego Ávila
Fabiane Castro
Liane Reis

Divulgação

Gerência Executiva de Comunicação e Marcas

Fotografias

Página 6 - Steferson Faria
Página 7 - Andre Motta de Souza
Página 9 - Andre Motta de Souza
Página 14 - Andre Motta de Souza
Página 15 - Tais Peyneau
Página 27 - Andre Valentim
Página 29 - Luiz Prado
Página 31 - Andre Motta de Souza
Página 37 - Andre Motta de Souza
Página 41 - Ana Helena Grieco Gonzalez (Acervo Projeto Caranguejo Uçã)
Página 43 - Andre Motta de Souza
Página 46 - Roberto Rosa
Página 47 - Steferson Faria
Página 49 - Bruno Veiga
Página 50 - Tais Peyneau
Página 52 - Dimas Gianuca (Acervo Projeto Albatroz)
Página 53 - Pedro Paulo Belga de Souza (Acervo Projeto Caranguejo Uçã)
Página 60 - Athila Bertoncini
Página 63 - Paulo Múmia
Página 66 - Daniel Dereveck
Página 68 - Tais Peyneau

Para mais informações:

Responsabilidade Social / Gerência de Práticas e Avaliação de Responsabilidade Social
rs2015@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 sala 903
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-912

www.petrobras.com.br/rs2015



www.petrobras.com.br